



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Faculdade de Serviço Social

Lenilse de Souza Coimbra

**A inserção da assistente social nas Coordenações de Estágio em  
serviço social: estudo em universidades públicas no estado do Rio  
de Janeiro**

Rio de Janeiro

2021

Lenilse de Souza Coimbra

**A inserção da assistente social nas Coordenações de Estágio em serviço social: estudo em universidades públicas no estado do Rio de Janeiro**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof.º Dr. Renato dos Santos Veloso

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/A

C679	<p>Coimbra, Lenilse de Souza. A inserção da assistente social nas Coordenações de Estágio em serviço social: estudo em universidades públicas no estado do Rio de Janeiro / Lenilse de Souza Coimbra. – 2021. 128 f.</p> <p>Orientador: Renato dos Santos Veloso. Dissertação (Mestrado)– Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.</p> <p>1. Serviço Social – Teses. 2. Capitalismo – Teses. 3. Estado – Teses. 4. Trabalho – Teses. I. Veloso, Renato. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.</p> <p>CDU 36</p>
------	---

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Lenilse de Souza Coimbra

**A inserção da assistente social nas Coordenações de Estágio em serviço social: estudo em universidades públicas no estado do Rio de Janeiro**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 16 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof.º Dr. Renato dos Santos Veloso (Orientador)  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof.º Dr. Ney Luiz Teixeira de Almeida  
Faculdade de Serviço Social - UERJ

---

Prof.ª Dra. Larissa Dahmer Pereira  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela fidelidade. Ser, no qual deposito minha fé e esperança.

A minha família, lugar da verdade, caráter, aprendizado constante, dificuldade, resiliência, superação, possibilidade, alegria, contentamento, desentendimento, união, diálogo. Lugar de tanta coisa. Gratidão, gratidão, gratidão.

As queridas amigas Jaqueline Brum e Vânia Machado, pelo que fizeram por mim durante essa caminhada. Sabemos que não foi fácil, mas permaneci fortalecida durante todo o processo porque vocês também entraram no circuito com esse objetivo. A também querida amiga Lidiane Marangoni que vibrou tanto com essa conquista. Muito, muito obrigada, flores. E demais amiga/os que apesar de não participarem diretamente desse processo, sempre torcem por mim.

A Maria Helena Azevedo, muito obrigada pelas constantes orações.

A querida profa. Sandra Vaz, pelo estímulo, disponibilidade de tempo, mesmo quando faltava, pela troca, sugestões e confiança depositada. Foi tão bom conhecê-la, trabalhar com você e tê-la por perto. Obrigada por tudo. A gente se vê.

A querida profa. Ilma Rezende que teve uma participação fundamental durante o processo de orientação em outra produção que antecedeu a esse estudo que considero uma continuidade. Momentos prazerosos.

As profas. Francine Helfreich e Miriam Reis, então chefias, pelo apoio e intervenção necessários para que esse processo de qualificação profissional não fosse interrompido.

Ao meu orientador, prof. Renato Veloso, pelo ensino, pelas contribuições, trocas, mas também pela horizontalidade, respeito e leveza em um momento tão desafiador como a produção de conhecimento. Sua chegada e intervenção a esse/nesse processo foram verdadeiramente fundamentais. Prazer enorme, prof. Renato. Muito obrigada.

A banca examinadora, profa. Larissa Dahmer e prof. Ney Almeida, pelo aceite ao convite, mas sobretudo, por aceitar contribuir, e muito, com esse estudo. Sinto-me honrada por comporem a minha banca, pois são referências na categoria profissional na discussão sobre Serviço Social e Educação e têm contribuído ao longo da minha inserção profissional na Política de Educação. Aprendendo, amadurecendo profissional e intelectualmente. Muito obrigada. A categoria de Serviço Social tem muito a agradecer vocês.

A todas profissionais (técnicas e docentes) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da UERJ, pela acolhida e aprendizado.

A turma ME2019, pela troca, sorrisos, mesmo nas horas dos apertos e, sobretudo, por terem me dado a oportunidade de conviver com vocês, pessoas que chegavam junto, sempre. Coletividade e solidariedade.

As profas. Ana Paula Mauriel e Janaína Bilates pela disponibilidade e apoio pontual que se não ocorressem dificultaria o andamento dessa dissertação.

As diretoras de cada Unidade acadêmica pelo consentimento para realização da pesquisa.

As informantes da pesquisa por se colocarem à disposição para dar corpo a essa dissertação e permitirem apresentar as respectivas e valiosas experiências profissionais. Quantas reflexões e aprendizado. Muito obrigada.

Ao diretor e as profissionais de determinada Unidade acadêmica de Serviço Social que de igual modo se colocaram disponíveis para contribuir com esse estudo, através de entrevistas, mas devido a questões burocráticas, infelizmente, não foi possível. Obrigada pela receptividade e prontidão em cada retorno.

As minhas usuárias que me definem constantemente como assistente social. Quanta responsabilidade a minha.

Então fazer valer a pena cada verso daquele poema sobre acreditar.

*Ana Vilela*

## RESUMO

COIMBRA, L. **A inserção da assistente social nas Coordenações de Estágio em serviço social**: estudo em universidades públicas no estado do Rio de Janeiro. 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esse estudo consiste em investigar a inserção de assistentes sociais nas Coordenações de Estágio em Serviço Social de quatro Universidades públicas situadas no estado do Rio de Janeiro, objetivando conhecer e analisar como e por que se deu essa inserção profissional, bem como conhecer o trabalho realizado por essas profissionais nesses espaços sócio-ocupacionais, os limites, desafios e possibilidades. Durante o processo de investigação, pretendia-se identificar os possíveis determinantes e condicionantes atrelados a essa inserção, considerando o contexto neoliberal e de reestruturação da produção capitalista, que provocaram mudanças no mundo do trabalho e na gestão estatal, a partir dos anos 1990, no Brasil, referenciado em autores como Marx (1978,1996), Mandel (1985) e Filho e Gurgel (2016). Trata-se de um estudo exploratório, de natureza qualitativa, fundamentado em revisão teórico-bibliográfica, pesquisa documental e realização de entrevistas semiestruturadas. A pesquisa revelou a legitimidade do exercício profissional de assistentes sociais nas coordenações de estágio, e ao mesmo tempo, o imperativo que se coloca para a categoria de discutir sobre a inserção de assistentes sociais nesses *lôcus*, sobretudo se considerar os fenômenos supracitados, a partir dos anos 1990, e os desdobramentos no processo formativo de estudante em Serviço Social.

Palavras-chave: Capitalismo. Estado. Trabalho. Serviço Social. Coordenação de Estágio.



## ABSTRACT

COIMBRA, L. **Social workers entering the Social Work Training Coordinations: a study in public universities in Rio de Janeiro state.** 2021. 128 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This paper consists in investigating the work of social workers at Training Coordination in Social Work of four public Universities in Rio de Janeiro State. This study aims at knowing and analyzing not only the reasons and means by which these professionals entered the Training Coordination but also the job developed, limits, challenges and possibilities in their professional area. During the process of investigation, it was intended to identify possible determiners and conditions related to their entering the Training Coordinations, considering neoliberal context and the capitalist production restructuring, which have caused changes at work market and public administration, since 1990, in Brazil, as discussed by authors such as Marx (1978,1996), Mandel (1985) e Filho e Gurgel (2016). This is an exploring, qualitative, theoretical and bibliography research with open-closed interviews. The research showed the legitimate work of the social workers at Training Coordinations and the imperativeness of a discussion on the social workers entering this area considering phenomena which have occurred since 1990 and their consequences in the educational process of social work students.

Keywords: Capitalism. Estate. Work. Social Work. Training Coordination.

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
ABESS	Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social
BIRD	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CEDEPSS	Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social
CES	Câmara de Ensino Superior
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRESS	Conselhos Regionais de Serviço Social
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MARE	Ministério da Administração e Reforma do Estado
MEC	Ministério da Educação e Cultura
OMC	Organização Mundial do Comércio
PDRAE	Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado
PNE	Plano Nacional de Educação
PNE	Política Nacional de Estágio
PROUNI	Programa Universidade para Todos
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SESU	Secretaria de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	10
<b>1 ESTADO, CRISE DO CAPITAL E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO</b> .....	18
1.1 Breves concepções sobre Estado: análises para compreensão da relação entre capital e trabalho e seu vínculo com Estado.....	19
1.2 Fatores determinantes da lógica gerencial do Estado.....	21
1.3 Aspectos da administração burocrática e gerencial do Estado.....	27
1.4 A incidência do gerencialismo na gestão e controle da força de trabalho.....	31
<b>2 CAPITALISMO, SERVIÇO SOCIAL E GERENCIALISMO</b> .....	44
2.1 A lógica gerencial e os rebatimentos no serviço social na esfera estatal.....	44
2.2 Estágio em serviço social: precedentes ao trabalho da assistente social nas coordenações de estágio.....	53
2.3 Coordenação de Estágio em serviço social e perfil profissional.....	61
<b>3 COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL COMO ESPAÇO OCUPACIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL</b> .....	68
3.1 Inserção de assistente social na coordenação de estágio.....	68
3.2 Trabalho da assistente social na coordenação de estágio.....	79
3.3 Gerencialismo na coordenação de estágio.....	89
3.4 Limites, desafios e possibilidades.....	94
3.5 Relação entre inserção profissional na coordenação de estágio e formação profissional de estudantes em serviço social.....	101
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	113
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	120
<b>APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturada</b> .....	127

## INTRODUÇÃO

O presente estudo aborda a inserção de assistentes sociais nas Coordenações de Estágio em Serviço Social de Universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro, com objetivo de conhecer e analisar as determinações e condicionantes que justificam essa inserção nesse novo e/ou recente espaço sócio-ocupacional, identificando suas razões e objetivos, bem como as possibilidades, limites e desafios dessas experiências. Para tanto, consideramos como pressuposto, o contexto no qual se dá essa inserção, as mudanças no “mundo do trabalho” (IANNI, 1994; STAMPA, 2012) e seus impactos para a força de trabalho, com ênfase no processo de reestruturação produtiva combinada ao ideário neoliberal, no Brasil, a partir dos anos 1990.

As categorias centrais e os conceitos que orientam nossa pesquisa são os apresentados por Marx (1978, 1996) - totalidade, contradição, mediação, processo de trabalho e processo de valorização do capital - ao considerar a relação entre capital e trabalho que, portanto, avaliamos ser fundamental para compreensão dos processos que envolvem nosso estudo, isto é, a investigação dos determinantes e condicionantes que levaram à requisição e inserção profissional da assistente social na Coordenação de Estágio em Serviço Social.

Por se tratar de uma pesquisa demarcada a partir dos anos 1990, considerando os processos de reestruturação produtiva e o neoliberalismo no Brasil, resgatamos Mandel (1985) a partir da sua contribuição sobre o fenômeno da supercapitalização (capitais excedentes não mais valorizados na esfera produtiva passa a penetrar na esfera de serviços), e Gurgel e Filho (2016) com suas contribuições sobre o reordenamento do trabalho na esfera estatal a partir da lógica gerencial do Estado (com destaque para as funções política e econômica do Estado, estruturalmente, combinadas com a lógica do capital) que nos permite compreender os impactos na gestão e controle da força de trabalho vinculada ao setor público.

Esses principais autores supracitados, considerados para elaboração dessa dissertação, fundamentaram a pesquisa seja no que se refere à problematização/apresentação de que espaço profissional estamos tratando, isto é, instituição de ensino superior pública subsumida à lógica do capital, todavia com nova configuração dada a necessidade desse capital superar sua crise, e combinada com a lógica

gerencial do Estado que se materializa no cotidiano profissional. Mas, seja também para compreendermos a requisição de assistente social para atuar nas Coordenações de Estágio em Serviço Social e o trabalho desenvolvido por essas profissionais nesses espaços sócio-ocupacionais que concluímos com a pesquisa ser um movimento de resistência à ofensiva do capital.

O estudo proposto apesar de, em parte, ser uma continuidade de investimentos acadêmicos anteriores como por exemplo, participação em cursos de extensão<sup>1</sup>, produção de artigo (COIMBRA, 2018)<sup>2</sup>, bem como encontros com assistentes sociais/docentes que disponibilizaram, em momentos distintos, tempo para discussões, reflexões e sugestões relacionados ao nosso estudo, colocou-se, no entanto, como um desafio ao trazer a questão da inserção da assistente social<sup>3</sup> nas Coordenações de Estágio em Serviço Social, considerando o reduzido acúmulo teórico sobre o tema. Contudo, certa do desafio e considerando a própria inserção profissional da autora em Coordenação de Estágio de uma dessas Universidades em novembro de 2014, as questões suscitadas por essa experiência permitiram identificar a necessidade e oportunidade de aprofundamento dessa discussão a partir do pressuposto supracitado.

Nesse sentido, compreende-se que o conhecimento produzido por esse estudo significou acesso a experiências recentes e pouco conhecidas dessa inserção profissional da assistente social na área de Educação Superior, e, ainda, apontar as possibilidades, limites e desafios que se colocam ao Serviço Social nesse espaço sócio-ocupacional. Bem como, indiretamente, trazer contribuições a esse espaço de inserção sócio-ocupacional da assistente social com reflexões sobre o trabalho realizado nesses *lôcus* da intervenção profissional.

---

<sup>1</sup> Curso de Extensão Trabalho Profissional do Assistente Social e Gestão das Políticas Sociais, organizado por profissional vinculado às Coordenações de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016); curso de Extensão Serviço Social, Trabalho e Políticas Públicas, organizado e ministrado pelo prof. Ney Luiz Teixeira de Almeida da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2016-2017); e curso de Extensão Aperfeiçoamento para Assistentes Sociais Supervisores, organizado pela Coordenação de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016-2018).

<sup>2</sup> Resultado de avaliação final do curso de extensão Aperfeiçoamento para Assistentes Sociais Supervisores, promovido pelas Coordenações de Estágio e Extensão da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2016-2019).

<sup>3</sup> Nessa dissertação, usaremos o gênero feminino, gramaticalmente reconhecido, para se referir a profissionais de Serviço Social, e outras áreas, em geral e informantes da pesquisa, cujo objetivo é de reafirmar uma linguagem não discriminatória.

Desse modo, as razões do estudo se justificam, também, de forma intimamente articulada à Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (PNE/ABEPSS) (ABEPSS, 2010), implementada a partir de 2010, e em consonância com o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão n.º 8.662 de 1993 (CFESS, 1993a-b), as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço, de 1996 (ABEPSS, 1996), e as Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social n.º493 de 2006 e n.º533 de 2008. (CFESS, 2006, 2008). A recente implementação da PNE/ABEPSS e o avanço da inserção de profissionais nas Coordenações de Estágio em Serviço Social no âmbito de universidades no país, constituem, portanto, demarcações importantes para o conhecimento e análise de como esse processo se origina e vem se desenvolvendo no âmbito das Instituições públicas no estado do Rio de Janeiro tomadas para estudo.

Apresentados os objetivos e justificativas desse estudo, optamos também por, nessa parte introdutória da dissertação, expor os aspectos e procedimentos metodológicos da pesquisa e as dificuldades inerentes para a realização desse processo.

A pesquisa proposta nesse estudo se constituiu por um estudo exploratório, de natureza qualitativa, e parte do entendimento que esse estudo se volta para o conhecimento da realidade social e seus determinantes, procurando apreender os valores e significados de que se reveste o fenômeno sob estudo. Nessa abordagem, procura-se transcender ao empirismo e ao subjetivismo, esvaziados de verdade e de conhecimento científicos, conforme já apontou, por exemplo, Minayo (1999). Desse modo, dialogamos com essa autora sobre a abordagem necessária da dialética que “considera que o fenômeno ou processo social tem que ser entendido nas suas determinações e transformações dadas pelos sujeitos” (MINAYO, 1999, p 25).

Acreditamos que o fenômeno sob estudo é, portanto, parte integrante de processos econômico, social e ideopolítico, e, assim, para abordá-lo no desenvolvimento da pesquisa, resgatamos os conceitos e categorias apresentados por Marx (1978, 1996) sobre totalidade, contradição, mediação, processo de trabalho e processo de valorização do capital, por Mandel (1985) sobre o fenômeno da supercapitalização e Gurgel e Filho (2016) sobre o reordenamento do trabalho na esfera estatal, conforme já mencionamos, de forma a contribuir para compreender e explicar as questões do estudo. A partir desse referencial teórico-metodológico, foram

revisadas e problematizadas as formulações de autoras que envolvem o objeto de estudo.

Além de revisão teórico-bibliográfica, a pesquisa contou com entrevistas semiestruturadas com assistentes sociais e docentes e com pesquisa documental. E para isso, em um primeiro momento, as diretoras de cada Universidade ao serem contatadas com objetivo de autorização para realização da pesquisa, concordaram e assinaram os respectivos Termos de Anuência. Em um segundo momento, participaram das entrevistas apenas as assistentes sociais e docentes que, após esclarecimentos sobre a pesquisa, aceitaram dela participar, mediante Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) apresentado, garantindo-se a não identificação das informantes e das Instituições nos resultados.

As entrevistas e a pesquisa documental cumpriram um papel importante nessa pesquisa – na medida em que se trata de um fenômeno relativamente recente e ainda pouco conhecido e problematizado na produção acadêmica – pois, respectivamente, permitiram fornecer informações detalhadas, a partir da narrativa oral das entrevistadas, sobre os temas de interesse para investigação do nosso objeto de estudo, revelando aspectos da situação atual desses espaços sócio-ocupacionais e reconstituir, de forma breve, o histórico e desenvolvimento da inserção profissional das assistentes sociais nas Coordenações de Estágio das Instituições sob estudo, para rememorar o passado de cada uma das experiências<sup>4</sup>.

A combinação entre entrevistas com as assistentes sociais e coordenadoras de estágio em atividade nas coordenações de estágio e os registros dessas experiências, ao longo do tempo, contribuiriam, potencialmente, para a abordagem. De um lado, obtivemos dados relacionados à inserção profissional das assistentes sociais nas coordenações de estágio, ao trabalho profissional, seus limites, desafios, possibilidades e às percepções dos sujeitos participantes das entrevistas. De outro lado, essa aproximação da realidade pôde ser também complementada por fontes documentais diversas, tais como projetos pedagógicos dos cursos de graduação de Serviço Social, políticas internas de estágio e demais diretrizes, relatórios, artigos, tese, resoluções, planos de trabalho, projeto de intervenção e outras, a fim de reconstituir a trajetória das experiências profissionais. No que se refere a essa

---

<sup>4</sup> Duas das universidades pesquisadas, contamos com a contribuição, através de contato telefônico, de 1 (uma) docente e 1 (uma) assistente social que atuaram em cada uma dessas Instituições a fim de complementar as informações obtidas referentes ao processo histórico.

pesquisa documental, Gil (2008) aponta sobre os dados objetivos, obtidos através de registros, que possibilitam, por exemplo, o conhecimento do passado, por terem sido elaborados no período que se pretende estudar e, portanto, são capazes de oferecer um conhecimento da realidade, possibilitando a investigação dos processos de mudança na estrutura social.

Tendo em vista o contexto de pandemia de COVID-19 e em atendimento as recomendações sanitárias para evitar a propagação do vírus, as entrevistas foram realizadas virtualmente, através de aplicativo Google Meet, considerado como acessível e prático, com a compreensão e colaboração das profissionais. E gravadas para posterior transcrição, sistematização e análise dos dados. As transcrições foram feitas integralmente e, posteriormente, organizadas em categorias que expressam as principais questões encontradas na qualificação do trabalho no âmbito das Coordenações de Estágio em Serviço Social.

As dificuldades para realização das entrevistas no contexto de pandemia e trabalho remoto, foram, sobretudo, elas terem ocorrido de forma não prevista, isto é, remotamente e seus desdobramentos, como por exemplo, a realização de contatos com as profissionais por e-mail e WhatsApp, problemas de conexão com a internet, áudios ruins e as gravações das entrevistas de forma remota que exigiram da entrevistadora estratégias para o alcance do objetivo de realização desse estudo, a realização das entrevistas no espaço privado de cada participante e da própria entrevistadora e as questões que envolveram esse processo.

Na condução do processo da entrevista, as informantes estavam à vontade, dispostas em participar desse processo e contribuir com o estudo de forma a qualificar o trabalho realizado nas coordenações de estágio em que elas também estão envolvidas. Reconhecemos uma dimensão coletiva na medida que é uma reflexão que pode contribuir para revisão e/ou aprimoramento das ações desenvolvidas. Também optamos por apresentar às participantes, através de e-mail, apenas os eixos estruturantes – dados da informante, estrutura e composição da Coordenação de Estágio, resgate histórico da inserção de profissional assistente social na Coordenação de Estágio e a experiência da inserção profissional na Coordenação de Estágio: a percepção dos sujeitos deste processo – e no ato da realização da entrevista, apresentar o roteiro de entrevista semiestruturada (Apêndice A) como forma de tentar produzir dados menos viciado possível.



Considera-se aqui que, na pesquisa qualitativa, a amostra de informantes não tem caráter numérico, como também que, nesse estudo, as situações que encontramos variaram em termos da composição do espaço das Coordenações de Estágio em cada uma das Instituições pesquisadas.

Importante destacar que, com base em levantamento prévio, foram identificadas 05 (cinco) universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro que possuem Coordenação de Estágio em Serviço Social. Dessas Universidades, 1 (uma) possui 3 (três) cursos de graduação em Serviço Social devido ao seu processo de expansão<sup>5</sup>, e todos esses cursos possuem Coordenação de Estágio, mas somente 1 (um), conta com atuação de assistentes sociais no setor da Coordenação de Estágio. E devido aos trâmites burocráticos, não foi possível considerar nesse estudo, os sujeitos que compõem a equipe da Coordenação de Estágio de uma dessas 5 (cinco) Universidades, apesar da disponibilidade dessas profissionais em participar da pesquisa.

Desse modo, como campo de investigação, consideramos 04 (quatro) Universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro que contam com assistentes sociais e docentes inseridos e atuando profissionalmente nas Coordenações de Estágio.

O critério de inclusão para a seleção de informantes se referiu a todas assistentes sociais e docentes<sup>6</sup> que estavam em atuação direta junto às Coordenações de Estágio das Universidades selecionadas para o estudo, no momento do trabalho de campo na seguinte distribuição: 4 profissionais em três das Universidades pesquisadas e 2, em outra Instituição, totalizando 14 profissionais. Dessas, foram entrevistadas 10 profissionais que corresponde a 71%<sup>7</sup>. Sendo assim, o grupo de pesquisa se aproximou daquele configurado como sendo de amostra por

---

<sup>5</sup> De acordo com dados, o processo de interiorização do curso de Serviço Social na Universidade, teve início em 1962 com a criação do Curso de Serviço Social na cidade de Campos dos Goytacazes e em 2004, ocorreu a instalação do Pólo Universitário de Rio das Ostras (juntamente com os Cursos de Enfermagem, Psicologia e Ciências da Computação) ao constituir uma Extensão de Turma no município.

<sup>6</sup> As docentes que atuam diretamente nas Coordenações de Estágio em Serviço Social, geralmente, aí se inserem na condição de coordenadoras e vice coordenadoras desses espaços.

<sup>7</sup> As ausências de 3 profissionais na pesquisa foram justificadas por: afastamento das atividades laborais para estudo, indisponibilidade de tempo e a presente autora ser uma dessas profissionais. Outra profissional não retornou ao e-mail enviado.

exaustão, a partir do aceite das informantes para participar das entrevistas. (MINAYO, 1999; 2017; FONTANELLA; RICAS; TURATO, 2008).

Ainda que não podíamos mensurar a priori o quantitativo de informantes, reafirmou-se o critério adotado de convite a todas as assistentes sociais e docentes que estivessem atuando nas coordenações de estágio no momento das entrevistas. Neste sentido, é importante relembrar a observação de Minayo quando afirma, sobre a amostra na pesquisa qualitativa, que

[...] nunca a quantidade de abordagens em campo pode ser uma representação burocrática e formal estabelecida em números. O que precisa prevalecer é a certeza do pesquisador de que, mesmo provisoriamente, encontrou a lógica interna do seu objeto de estudo – que também é sujeito – em todas as suas conexões e interconexões (MINAYO, 2017, p 10).

Nas etapas relativas à sistematização e tratamento dos dados, foi utilizada a técnica de análise de conteúdo – a partir da organização temática e categorial – nas fases que compreendem a pré-análise, exploração do material, tratamento dos resultados obtidos e interpretação (GOMES, 1994; MINAYO, 1999; FRANCO, 2008). Os dados empíricos foram cotejados com a bibliografia, constituindo-se nos elementos para a exposição de resultados em nossa dissertação de mestrado.

Quanto à apresentação dos resultados, os dados referentes ao trabalho realizado pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio pesquisadas, foram fundamentais e, na nossa avaliação, justificou a realização das entrevistas, pois desconhecíamos a dimensão dessas experiências de cunho investigativo e interventivo. Bem como a relação entre a inserção profissional das assistentes sociais naqueles espaços sócio-ocupacionais e as mudanças no mundo do trabalho.

Conforme mencionado no início dessa introdução – mas agora apresentado didaticamente – sobre os objetivos do nosso estudo, este está dividido em três capítulos.

No primeiro capítulo, abordamos os fenômenos sobre a reestruturação do modo de produção capitalista combinada ao neoliberalismo e ao Estado, a partir dos anos 1990, no Brasil, e como esses processos se materializaram no âmbito da gestão e no controle da força de trabalho, particularmente na esfera estatal, universidades públicas, tendo em vista o foco do nosso estudo. As análises estão fundamentadas a partir das principais autoras: Marx (1978, 1996), Mandel (1985) e Filho e Gurgel (2016).

No segundo capítulo, a partir desses referenciais teóricos, abordamos sobre a condição de trabalhadora assalariada da assistente social no setor público, os nexos que a envolve e as implicações impostas a essa força de trabalho, ao fazer profissional e a autonomia relativa como desdobramentos dos fenômenos mencionados. E apresentar parte dos resultados da pesquisa que diz respeito ao resgate histórico das Coordenações de Estágio, composição atual e o perfil profissional.

O terceiro e último capítulo versa sobre a inserção profissional de assistentes sociais nas Coordenações de Estágio em Serviço Social de universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro, as razões que determinaram essa inserção e seus objetivos, bem como o trabalho profissional de assistentes sociais nesses espaços da Coordenação de Estágio, os desafios, limites e possibilidades presentes nessa experiência e a relação entre esses processos com os fenômenos supracitados.

## 1 ESTADO, CRISE DO CAPITAL E TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Neste primeiro capítulo, a partir da revisão teórico-bibliográfica realizada, reconhecemos dois pressupostos centrais que devem orientar nossa pesquisa. O primeiro deles é que as funções política e econômica do Estado em uma sociedade burguesa capitalista se expressam, estruturalmente, combinada a lógica do capital. Para tanto, o Estado desempenha sua função política, ainda que aparentemente de forma paradoxal, intervindo nas reivindicações da classe trabalhadora com objetivo de manutenção da “ordem” social, ao mesmo tempo que tal intervenção política reforça a função econômica do Estado ao favorecer o desenvolvimento do capital. Tais funções do Estado são imutáveis se considerarmos sua estreita relação com o capital e sua necessidade de cada vez mais acumular. Mas, no curso da história, vemos estas funções sob novas práticas determinadas pelo sistema capitalista quando a este se fez necessário reestruturar sua produção para superação da sua própria crise.

O segundo é que, de acordo com essa lógica do capital, e considerando sua necessidade de acumulação, a força de trabalho estará subordinada aos processos mais amplos de enfrentamento da crise do capital – articuladamente, à reestruturação da produção, à financeirização e à mundialização da economia, e ao neoliberalismo. Tais processos se desenvolverão no Brasil, a partir dos anos 1990, com impactos na gestão e controle da força de trabalho do setor público, a partir da contrarreforma do Estado, adensando e aprofundando aquele primeiro pressuposto na atualidade. Essas inflexões sobre a força de trabalho podem ser vistas a partir de um conjunto de racionalidades (ALMEIDA; ALENCAR, 2011; ALMEIDA, 2019)<sup>8</sup> que passam a orientá-la.

---

<sup>8</sup> Toma-se como referência aqui, e conforme será explicitado mais adiante, as formulações de Almeida e Alencar (2011), a respeito das racionalidades presentes na condução das políticas públicas. Posteriormente, a partir de reflexões advindas de sala de aula, na disciplina Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social, do curso de mestrado (ALMEIDA, 2019), desenvolvemos esta perspectiva a fim de desenvolver a fundamentação teórica da nossa pesquisa.

## 1.1 Breves concepções sobre Estado: análises para compreensão da relação entre capital e trabalho e seu vínculo com Estado

Para abordarmos a discussão sobre a lógica gerencial do Estado brasileiro, assumida nos anos 1990, no contexto de reestruturação produtiva no país, antes, faz-se necessário tecer, ainda que de forma breve, algumas concepções de pensadores, expostas por Carnoy (1986), sobre o Estado e suas funções política e econômica na sociedade burguesa capitalista, uma vez que, à manutenção do sistema capitalista é fundamental a intervenção político-econômica desse Estado para manter o funcionamento do mercado.

Carnoy (1986), apoia seu estudo sobre Estado, em Marx, no desenvolvimento de sua teoria sobre sociedade e suas análises de conjunturas históricas (1848, 1871), em Lênin (1917,1965) e em Gramsci (1971). E como contraponto, apresentamos também, a concepção de Hegel (1995), sobre Estado.

Segundo Carnoy (1986), Marx apontou que o Estado emerge das relações de produção e é a expressão política de dominação da sociedade burguesa. E o seu papel é atender aos interesses do capital, garantindo o seu livre desenvolvimento, intervindo nos conflitos sociais entre as classes de forma mediadora ou coercitiva com objetivo de manutenção da “ordem”, a qual reproduz o domínio econômico da burguesia.

Marx contextualizou o Estado em uma concepção materialista histórica. Para este autor, o Estado é uma representação das frações de classes que estão presentes na sociedade (não paira sobre a sociedade), mas não representa o bem comum, uma vez que serve ao capital (e quando se fala em capital também se fala em trabalho assalariado já que nele se encontra o processo de exploração e mais-valia, como veremos mais a frente).

O Estado, ao atender a classe burguesa no sistema capitalista, segue cumprindo duas funções: a acumulação do capital e a legitimação da ordem social. Esta, na sociedade burguesa, imposta por um Estado que segundo Marx representa a repressão da burguesia. Não se trata apenas de garantir a reprodução da força de trabalho, mas também garantir a reprodução da aceitação da ordem social dominante como fundamental para ordem pública, a paz social. Em outros termos, é garantir o processo de acumulação capitalista, o que não se faz sem hegemonia e sem dominação material e simbólica.

[...] a força verdadeira do sistema não reside na violência da classe dominante ou no poder coercitivo do seu aparelho de Estado, mas na aceitação por parte dos dominados de uma concepção de mundo que pertence aos seus dominadores. A filosofia da classe dominante atravessa todo um tecido de vulgarizações complexas para aparecer como senso comum: isto é, a filosofia das massas, que aceitam a moral, os costumes e o comportamento institucionalizado da sociedade em que vivem [...] (GRAMSCI apud CARNOY, 1986, p. 93-94).

A concepção de Estado em Gramsci trouxe outros elementos constitutivos que culminaram no que este autor denominou de Estado ampliado.

A partir da análise do Estado na perspectiva da sociedade oriental, tem-se a sociedade política cujas funções são: ditadura, coerção e dominação. E sua base material são os aparelhos coercitivos e burocrático–executivos. Gramsci, ao analisar o Estado, considerou sua realidade ocidental e acrescentou àquela perspectiva, a sociedade civil imbuída da hegemonia burguesa, do consenso e da direção, sendo sua base material os aparelhos “privados” de hegemonia.

Carnoy (1986), apontou que o conceito de sociedade civil era central em Gramsci, onde a hegemonia expressava o predomínio ideológico das classes dominantes sobre as classes subalternas. Contudo, essa hegemonia não se limitava mais apenas na sociedade civil, estava presente também no Estado “(...) o Estado torna-se um aparelho de hegemonia, abrangendo a sociedade civil, e apenas distingue-se dela pelos aparelhos coercitivos, que pertencem apenas ao Estado” (GRAMSCI apud CARNOY, 1986, p 99).

Lenin, em sua obra *O Estado e a Revolução*, que segundo Carnoy (1986), apesar de não ser o objetivo principal do autor expor sobre a essência do Estado burguês, mas sim, apresentar uma estratégia para se fazer a revolução, defendia a destruição do Estado burguês por este atender a classe burguesa, por legitimar as classes antagônicas, apesar do Estado se colocar como conciliador daquilo que Lênin concluiu ser irreconciliável – conflito de classes. Para ele, acabar com a burguesia era acabar com o Estado criado por ela. Essa era a motivação para fazer a revolução, tendo em vista que o Estado era um instrumento da classe dominante e um aparelho repressor. Lênin argumentou que a ditadura do proletariado viabilizaria a destruição desse Estado capitalista coercitivo para então ocupá-lo com objetivo da revolução socialista.

Trata-se de um Estado presente e ativo na sociedade, distinto da concepção de Hegel, que segundo Carnoy (1986), para Hegel, o Estado emerge do

desenvolvimento geral da mente humana, ou seja, o progresso máximo da inteligência comum,

[...] um Estado ideal que envolve uma relação justa e ética de harmonia entre os elementos da sociedade. [...] o Estado é eterno, não histórico; transcende à sociedade como uma coletividade idealizada [...] é mais do que as instituições simplesmente políticas (HEGEL apud CARNOY, 1986, p 65-66).

Konder (1983), apontou que esse idealismo de Hegel subordinava os movimentos da realidade material ao que ele denominava de ideia absoluta. E que, inclusive, Hegel considerava, por exemplo, o trabalho intelectual e não via significado do trabalho físico, material. Uma concepção abstrata do trabalho, sem análise sobre a alienação do trabalho.

Para Hegel, o Estado é o máximo da razão (racionalismo) – a razão como o fio condutor da história – e este Estado racional que funda a sociedade civil. Um Estado fundamentado em si mesmo, embora mutável, não havendo nada que possa superá-lo. Ele vem antes do indivíduo tanto lógica quanto metafisicamente. (RIBEIRO, 2009).

## 1.2 Fatores determinantes da lógica gerencial do Estado

Com base nessas breves análises sobre o Estado e suas funções política e econômica, abordamos a lógica gerencialista do Estado brasileiro, porém, compreendida também no âmbito hegemônico e internacional, em uma perspectiva de totalidade<sup>9</sup>, combinada à lógica do capital. Para tanto, partimos do período da crise do capital (1970) ao operacionalizar sua produção e de suas estratégias para superação desta crise que culminam em um novo padrão de acumulação do capital.

No fordismo, momento que demarca a consolidação da empresa capitalista moderna (FILHO e GURGEL, 2016), o Estado assumiu um papel de regulador da economia capitalista e interventor das políticas sociais<sup>10</sup> e dessa forma, garantiu a produção e consumo em massa, a lucratividade do capital, a reprodução da força de trabalho - como estratégia garantidora da reprodução da vida social - e o consenso

<sup>9</sup> Para Konder (1983), a totalidade é a estrutura significativa da realidade proporcionada pela visão de conjunto. E essa visão de conjunto é sempre provisória e não pode esgotar a realidade a que se refere, pois a realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que temos dela, ou seja, as nossas sínteses. Caso contrário, a dialética se negaria.

<sup>10</sup> Behring (2007), afirmou que tanto o Estado liberal quanto o Estado social capitalista reconheciam direitos desde que não implicassem nos fundamentos do capitalismo.

dos trabalhadores. Segundo Filho e Gurgel (2016), tratou-se de uma “intervenção econômica do Estado” (p. 103) associada ao fordismo, com medidas para garantia do emprego e assegurar meios necessários para a produção das empresas.

Com o esgotamento da organização da produção fordista, articulada à regulação estatal Keynesiana, nos anos 1970, bem como ao paradigma taylorista que tem como princípio a produtividade<sup>11</sup>, há mudanças na esfera da produção capitalista e conseqüentemente na gestão do Estado. Essas mudanças deram lugar à organização de acumulação flexível<sup>12</sup>. Tem-se então, um novo regime de acumulação do capital frente à necessidade de recuperar e manter sua taxa de lucro apoiado nos processos de reestruturação produtiva, mundialização do capital e ideologia neoliberal.

Frente a esta crise estrutural do capital, novas estratégias são levadas a efeito pelo capitalismo com objetivo de superar ameaças à continuidade de sua valorização e que, para sobreviver, formula e implementa novas estratégias por meio de uma reestruturação do modo do capital operacionalizar sua produção. Tal processo gerou mudanças no mundo do trabalho, com forte impacto à força de trabalho, tendo em vista que foi necessário ao capital, a materialização de outras formas de consumir o trabalho.

Esse processo de mudanças no mundo do trabalho guarda relação com a divisão crescente do trabalho, nos marcos do “capitalismo tardio” (industrialização generalizada), que culminou na expansão dos serviços (comércio, transporte, serviços em geral), pois os capitais excedentes que já não conseguiam ser valorizados na esfera produtiva passaram a penetrar cada vez mais nas esferas dos serviços, da circulação e da reprodução. (MANDEL, 1985). Ou seja, os capitais excedentes, acumulados cada vez mais e sem investimentos/valorização fizeram com que o capital antes concentrado na produção (onde se gera mais-valia) passasse a penetrar nas esferas da circulação (onde se realiza mais-valia), da reprodução e dos serviços.

---

<sup>11</sup> O taylorismo é considerado como conjunto de elementos técnicos e ideológicos destinados à produtividade. Sua ciência era baseada na apropriação do conhecimento do trabalhador com objetivo de definir um tempo padrão para produzir um bem e assim evitar tempo desperdiçado que impactaria negativamente a produtividade (FILHO e GURGEL, 2016).

<sup>12</sup> Filho e Gurgel (2016), que a acumulação flexível não significou um abandono as práticas do taylorismo/fordismo ressaltaram tendo em vista que a flexibilização utiliza do recurso destas práticas quando necessário.



Na esfera da circulação, os serviços e a sua expansão tornam-se necessários à diminuição do tempo de rotação do capital. O capital cumpre sua finalidade de se valorizar e para tanto é fundamental reduzir o tempo dessa circulação para que, na venda da mercadoria produzida, haja realização plena do mais valor já criado. Ou seja, quanto mais o tempo de circulação é reduzido, maior é a produtividade do capital e maior também será a geração de mais-valia.

Apesar de Mandel (1985) apontar que esses serviços não atuam diretamente no acréscimo de mais-valia, mas apenas contribuem de forma modesta para esse acréscimo na circulação de capital e que se trata mais de uma dedução de mais-valia do que o aumento dela criado no capital produtivo, e por isso, o capitalismo não se sustenta somente com a contribuição dos serviços para extrair lucros, o próprio autor ao mesmo tempo afirma ser uma tendência a formação de mais-valia por meio dos serviços. O autor reconhece, assim, que os capitais das esferas de serviço e da circulação podem levar ao aumento de mais-valia quando assumem parcialmente funções produtivas características do capital industrial, quando reduzem o tempo de circulação do capital produtivo, bem como reduzem os custos indiretos da produção e ampliam os limites da produção de mercadorias.

Barbosa, R.N.B. et.al (1998), com base na interpretação de Marx sobre o papel do setor de serviços circunscrito ao processo de circulação e valorização das mercadorias como relação complementar à finalização do giro do capital, apontaram que a área de serviços sempre esteve associada à acumulação capitalista e aos modos de vida social nos diferentes contextos históricos.

Desse modo, essas análises sobre a relação das esferas de serviço, circulação e valorização do capital estão coerentes com a necessidade do capital de realizar mudanças na produção como alternativa de superação da crise provocada pelo processo de supercapitalização. E, ao mesmo tempo que a esfera dos serviços é vista pelo capital como a saída para o escoamento de capitais excedentes na esfera da produção, verificamos também a existência diversificada das máquinas, com suas respectivas finalidades, como necessárias à expansão do setor de serviços, ou seja, uma relação de interdependência entre os capitais da produção e dos serviços com objetivo único de acumular.

Seguindo nessa lógica, ao considerarmos o contexto de crise do capital provocada pelo fenômeno da supercapitalização, conforme apontou Mandel (1985), e ao mesmo tempo como parte dos processos necessários para continuidade do modo

de produção capitalista, a expansão dos serviços ao abranger também o trabalho realizado na esfera do Estado implicou uma reordenação do trabalho onde as racionalidades próprias da esfera produtiva penetraram na esfera de serviços.

E ao considerarmos a transição do capital para sua fase monopólica – uma acentuação do processo de financeirização, com maior subordinação do capital industrial ao capital financeiro com objetivo de acréscimo de lucros –, temos uma força de trabalho condicionada a um reordenamento econômico profundamente modificado com traços de exploração e alienação que atingiram patamares elevados (NETTO, 2006). Segundo Braverman (1987), o capital monopolista modifica o mercado mundial, o trabalho e a força de trabalho, a divisão sociotécnica do trabalho, o próprio movimento do capital que se internaliza e o Estado que dá condições para o desenvolvimento desse capital.

Com a crise do capital, claramente delineada nos anos 1970, assistiu-se às modificações substantivas na esfera da produção, convergindo para o que se denominou de reestruturação produtiva e que levou a cabo uma série de estratégias de gestão e organização do trabalho que se adicionam ao paradigma anterior do taylorismo/fordismo, levando ao momento da acumulação flexível (HARVEY, 1992). Esse processo se articula ao contexto de mundialização do capital, das estratégias neoliberais levadas a efeito e de financeirização.

Harvey (1992), ao analisar o período de crise fordista nas décadas de 70 e 80, afirmou que foi um período de reestruturação econômica e de reajustamento social e que as oscilações e incertezas decorrentes desse período criaram novas experiências na indústria, na sociedade e na política, assumindo nova forma e que, segundo o autor, poderiam representar a passagem para um novo regime de acumulação apoiado na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo, trazendo consigo pressões mais fortes de controle do trabalho exercida pelos empregadores sobre a força de trabalho, aniquilação do trabalho organizado, rápida destruição e reconstrução de habilidades, significativas perdas salariais e retrocesso do poder sindical. No que diz respeito ao mercado de trabalho, houve redução do emprego regular, gerando uma força de trabalho excedente (desempregados ou subempregados) e mesmo os empregados são submetidos ao aumento da jornada de trabalho em períodos de maior demanda.

Mudanças ocorreram nas empresas contemporâneas de forma a reduzir custos através da terceirização e parceria, multifuncionalidade, remuneração flexível,

contrato temporário, *part-time*, banco de horas, virtualização etc. (FILHO e GURGEL, 2016).

[...] flexibiliza o produto, que se descarta a curto prazo e se torna obsoleto com celeridade (obsolescência planejada e acelerada; gestão da qualidade); flexibiliza a estrutura da produção, desterritorializando o processo produtivo; flexibiliza a circulação, os pontos de venda, ao explorar a virtualização, facilitada pela internet; flexibiliza o contrato de fornecimento e de prestação de serviço com a terceirização e as parcerias, negociadas e renegociadas a qualquer momento; flexibiliza o contrato de trabalho em vários planos: exige a funcionalidade polivalente (multifuncionalidade), a disponibilidade da força de trabalho de acordo com a conveniência da empresa (horário flexível, *house-work*, banco de horas), a dispensa de obrigações sociais e trabalhistas (trabalhador jurídico) e algumas vezes o próprio salário (remuneração flexível). Dá-se ainda, no desenvolvimento dessas flexibilidades práticas, a leniência ética e ideológica, a flexibilização da subjetividade do trabalhador – absolutamente necessária a sua submissão ao capital (FILHO e GURGEL, 2016, p. 108).

Estas mudanças no mundo do trabalho para além de atingirem o setor privado, também trouxe impactos para o setor público, veremos a seguir, pois se trata de parte de um processo mais amplo, como vimos em Mandel (1985).

O capital deu início a mudanças na esfera da produção e dos serviços, cujo modelo da acumulação flexível combinado ao toyotismo provocam uma exploração maior da força de trabalho para aumentar a produtividade, reduzir o número de trabalhadoras e os custos, bem como mudanças na função do Estado. Voltemos às análises de Marx (1996) para compreender essa relação capital e trabalho combinada às funções política e econômica do Estado, determinantes dos processos vistos acima.

As concepções sobre o trabalho em Marx (1996) estabelecem a relação entre homem (único ser dotado de intencionalidade<sup>13</sup>) e natureza, e sobre o desenvolvimento desse trabalho, o qual depende do objeto, dos meios e da atividade em si para se realizar e estão, assim, definidos independentemente do tipo de formação ou sistema determinado socialmente. Trata-se de um relacionamento que precede até mesmo a relação entre os homens, posto que esta só ocorreu a partir de todo o processo que envolveu a relação entre homem e natureza. Isto é, na perspectiva marxiana, é o trabalho que funda esta sociabilidade humana, as relações dos homens e das mulheres entre si. Ocorre que dependendo de qual formação social se trata – e aqui nos referimos àquela sob o modo de produção capitalista – o autor,

<sup>13</sup> É o que Marx denomina de teleologia, ou seja, a capacidade humana de antecipação daquilo que se pretende fazer, é a projeção de algo que se pretende executar adiante que se extingue no produto, ou seja, o trabalho unido com seu objetivo.

em sua análise, demonstra que esse processo de transformação da natureza, através do trabalho – o processo de trabalho capitalista – se organiza sob interesses outros, especificamente, ele se estrutura em função do processo de valorização, a fim de garantir a acumulação do capital.

Na formação social capitalista, o trabalho ao ser subsumido ao capital, assume uma forma social, isto é, o trabalho passa, então, a ser social no interior das relações capitalistas, cuja finalidade é acumular, valorizar cada vez mais o capital. Aqui, o processo de trabalho é o consumo da força de trabalho (mercadoria comprada pelo capitalista como meio de produção e vendida pela trabalhadora como meio de sobrevivência), acrescentado aos objetos e meios de produção a fim de chegar a determinados resultados ou produtos (bens ou serviços). Ou seja, são coisas que o capitalista compra e que, portanto, lhe pertencem e se tornam meios para o processo de valorização do capital, cujo objetivo é obter no produto do trabalho um valor de uso constituído de valor de troca. Tem-se, então, um trabalho que produz mercadorias úteis com valor de troca, onde o capitalista detém os meios de produção, compra a força de trabalho e que, ao final de todo processo, extrai mais-valia. Nessa lógica, atribui-se à mercadoria um valor mais elevado que o antes empregado para produzi-la. Esse processo de valorização está voltado para produção de valor excedente, para formação de valor, pois não se trata apenas de produção de mercadorias, mas também, de acordo com os objetivos capitalistas de alcançar lucros, produzir valorização (MARX, 1996).

Desse modo, o Estado na sociedade burguesa capitalista, desempenha sua função no sentido de garantir ao capital meios para acumular cada vez mais. Sob o padrão de acumulação flexível, a função econômica do Estado é se desresponsabilizar e dar condições à livre iniciativa do mercado e flexibilizar direitos das trabalhadoras, ou seja, na relação entre capital e trabalho, o Estado numa ação combinada, favorece a superexploração da força de trabalho de modo que o uso desta força pelo capital garanta cada vez mais valor, mais-valia.

Behring (2009), com base nas interpretações de Husson (1999) e Mandel (1982), ressaltou as mudanças nas funções econômicas do Estado quando apontou a “atratividade, adaptação, flexibilidade e competitividade” (BEHRING, 2009, p. 4), como sendo algumas orientações, condições inerentes às políticas neoliberais, determinadas pela busca do capital pelo lucro através da reestruturação produtiva e da mundialização,

[...] Para Husson (1999), uma das funções econômicas do Estado – a qual Mandel (1982) caracteriza como sendo de assegurar as condições gerais de produção – passou a ser a garantia dessa *atratividade*, a partir de novas relações entre este e grupos mundiais, onde o Estado tem um lugar cada vez mais subordinado e paradoxalmente estrutural. Dentro disso, os Estados nacionais restringem-se a: cobrir o custo de algumas infra-estruturas (sobre as quais não há interesse de investimento privado), aplicar incentivos fiscais, garantir escoamentos suficientes e institucionalizar processos de liberalização e desregulamentação, em nome da *competitividade*. Nesse sentido último, são decisivas as liberalizações, desregulamentações e flexibilidades no âmbito das relações de trabalho [...] (BEHRING, 2009, p. 4)

A reestruturação produtiva significou a necessidade do capital em dar respostas a sua própria crise, mas sob novas modalidades. Segundo Mota e Amaral (2000), o caráter da reestruturação produtiva no Brasil, no marco dos anos 1990, se expressou nas privatizações; na abertura de capital; na terceirização; na demissão de trabalhadores; e no aumento da produtividade devido aos novos processos de trabalho, aos métodos de gestão e ao desemprego.

### 1.3 Aspectos da administração burocrática e gerencial do Estado

Esses processos de mudanças nas relações sociais capitalistas provocaram mudança de paradigma de gestão no Estado, apesar do discurso hegemônico nacional de que a crise da economia brasileira era na verdade uma crise do Estado<sup>14</sup>, como afirmado, em 1995, pelo ministro Luiz Carlos Bresser Pereira, no documento Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado brasileiro do Ministério da Administração e Reforma do Estado (PDRAE/MARE),

A crise do Estado teve início nos anos 70, mas só nos anos 80 se tornou evidente. Paralelamente ao descontrole fiscal, diversos países passaram a apresentar redução nas taxas de crescimento econômico, aumento do desemprego e elevados índices de inflação. Após várias tentativas de explicação, tornou-se claro afinal que a causa da desaceleração econômica nos países desenvolvidos e dos graves desequilíbrios na América Latina e Leste Europeu era a crise do Estado, que não soubera processar de forma adequada a sobrecarga de demandas a ele dirigidas [...] (BRASIL, 1995, p. 14).

No que se refere ao Estado brasileiro, nos anos 1990, este foi objeto da contrarreforma do Estado (BEHRING, 2003), como forma de viabilizar o receituário

---

<sup>14</sup> Para Filho e Gurgel (2016), o Estado não poderia ser o causador da crise, mas parte dela, devido sua baixa liquidez proveniente da crise do mercado, impactada pela queda da demanda seja, em grande parte, pelo pauperismo seja também, pelas limitações do padrão fordista.

neoliberal, levando ao seu próprio processo de organização, mecanismos e estratégias de gestão que deveriam agora se orientar por uma forma de administração gerencial – que absorve muitas daquelas estratégias de organização e gestão do trabalho adotadas no âmbito da produção privada – na órbita estatal.

Segundo informações que constam no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado brasileiro do Ministério da Administração e Reforma do Estado (PDRAE/MARE), já no ano 1967, a partir do Decreto-Lei 200/67, o Estado sofreu uma reforma gerencial com a transferência de atividades para autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista com orientação de expansão da administração indireta, na tentativa de “flexibilizar a administração”. Contudo, na avaliação de Luiz Carlos Bresser Pereira, então ministro e responsável pela elaboração do PDRAE, instituído no governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, devido ao não desencadeamento de mudanças no âmbito da administração burocrática central, outras iniciativas foram tomadas em décadas posteriores para implantar novas técnicas de gestão, combater a burocratização de procedimentos e, até mesmo, para conter os excessos da expansão da administração descentralizada previsto no Decreto-Lei 200/67 (BRASIL, 1995).

Todavia, o próprio documento do PDRAE/MARE indicou que o arcaico e o novo se encontram na trajetória histórica da administração pública, ao referenciar três modelos de administração pública, que se sucedem, mas sem que nenhum deles seja abandonado: Administração Pública Patrimonialista, a Administração Pública Burocrática e a Administração Pública Gerencial (BRASIL, 1995).

À Administração Pública Patrimonialista, onde o aparelho estatal era uma extensão do poder real, o nepotismo e a corrupção eram inerentes. O segundo modelo, a Administração Pública Burocrática, surge na segunda metade do século XIX, Estado liberal, como forma de enfrentamento a corrupção e o nepotismo patrimonialista, através de controles administrativos. E por esta razão, estabeleceu como princípios “a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional legal” (BRASIL, 1995, p. 21). Mas que, por outro lado, segundo análise do MARE, tal burocratização fez com

que o Estado “volta-se para si mesmo” sendo incapaz de trabalhar em favor da sociedade<sup>15</sup> (BRASIL, 1995, p. 21).

A Administração Pública Burocrática é considerada pelo MARE um avanço em relação à Administração Pública Patrimonialista, tendo em vista alguns dos seus princípios combativos a corrupção e ao nepotismo. Contudo, devido aos desdobramentos decorrentes da burocratização, abriu-se espaço para a Administração Pública Gerencial, na qual são preservados alguns princípios da Administração Pública Burocrática, com a diferença na forma de controle que deixaria de se basear nos processos para se concentrar nos resultados.

Todavia, apesar do discurso presente no documento do MARE sobre a necessidade de avançar sob a lógica da Administração Pública Gerencial, em relação ao modelo de Administração Pública Burocrática devido aos problemas ocasionados, esse pretendido avanço não ocorreu, uma vez que permaneceram alguns princípios,

A administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como a admissão segundo rígidos critérios de mérito, a existência de um sistema estruturado e universal de remuneração, as carreiras, a avaliação constante de desempenho, o treinamento sistemático. A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de se basear nos processos para se concentrar nos resultados [...] (BRASIL, 1995, p. 22).

Segundo MARE, esse modelo de Administração Pública Gerencial surge na segunda metade do século XX, para atender, por um lado, a expansão das funções econômicas e sociais do Estado, e, por outro, ao desenvolvimento tecnológico, a globalização da economia, a redução de custos e o aumento da qualidade dos serviços (BRASIL, 1995).

Esse modelo de administração pública, inspirado na “administração de empresas” (p.22), tem como características: a) definição precisa dos objetivos que o administrador público deve atingir em sua unidade; b) garantia da autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros; c) cobrança *a posteriori* dos resultados<sup>16</sup>; d) descentralização; e) maior participação das organizações da sociedade civil; f) eficiência e qualidade na prestação dos serviços

<sup>15</sup> Na Administração Pública Burocrática, o interesse público é identificado como interesse do próprio Estado, enquanto que na Administração Pública Gerencial, o interesse está voltado para a sociedade (BRASIL, 1995).

<sup>16</sup> Segundo MARE (1995), a definição dos objetivos, a autonomia do administrador e o foco nos resultados corroboram para a prática da competição entre unidades internas do Estado (BRASIL, 1995).

públicos; g) ênfase nos resultados alcançados e não mais nos processos (BRASIL, 1995).

O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios de confiança e de descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, [...]. À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente, que já eram características da boa administração burocrática, acrescentam-se os princípios da orientação para o cidadão-cliente, do controle por resultados, e da competição administrada (BRASIL, 1995, p. 23-24).

É possível identificarmos, portanto, o processo ofensivo do capital presente desde o Decreto-Lei 200/67 até a “reforma” do Estado brasileiro, em 1995, combinado com a ação do Estado brasileiro em alterar/acirrar as “reformas”, segundo a dinamicidade do capital ao longo daquelas décadas (de 1960 a 1990)<sup>17</sup> até o momento, sob a falácia do argumento de um Estado efetivo e eficiente para a sociedade civil.

Mas, é nos marcos dos anos 1990 que a “reforma” do Estado, expressa no PDRAE/MARE, encontrou o caminho mais delineador para assumir seu caráter “gerencial” pretendido desde o ano 1967. Para que não haja dúvidas, basta observarmos que no processo da história brasileira ao longo dos últimos vinte e cinco anos posteriores a 1995, não houve elaboração de nova reforma administrativa do Estado – embora o tenha havido em várias políticas deste mesmo Estado – uma vez que a reforma vigente foi projetada e tem sido exitosa em atender às exigências do processo de mundialização e financeirização do capital e conter os gastos do Estado com serviços (educação, saúde, cultura e pesquisa) ao transferi-los para o mercado.

Koike (2009), ao analisar o processo de ajustes e reformas gestados pelos organismos transnacionais – Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) – com objetivo de restaurar a lucratividade do capital, apontou que, no Brasil, esse processo de desresponsabilização do Estado ocorreu a partir dos anos 1990, convergindo com o que vimos anteriormente no que diz respeito à contrarreforma do Estado. E complementa evidenciando que este processo se deu mediado por: a) superávit primário; b) supremacia do mercado; c) reestruturação do

<sup>17</sup> Em meados dos anos 1970 e início dos anos 1980, também ocorreram tentativas de implementar novas técnicas de gestão, através da Secretaria da Modernização e do Ministério da Desburocratização e do Programa Nacional de Desburocratização, respectivamente (BRASIL, 1995).



trabalho; d) supressão de direitos sociais; e) privatizações do patrimônio público e das políticas sociais públicas.

Para maior compreensão da lógica gerencialista do Estado atrelada, como vimos em Mandel (1985), a fenômenos determinados pelo capital, e sua incidência no setor público, abordaremos, a seguir, as alterações concretas no âmbito da gestão e do controle da força de trabalho neste setor, como estratégia do capital de superação da crise e a continuidade de sua incessante valorização.

#### **1.4 A incidência do gerencialismo na gestão e controle da força de trabalho**

A partir das reflexões tecidas no tópico anterior, abordaremos a incidência do gerencialismo no serviço público, como uma proposta para a gestão do Estado onde a lógica do setor privado é transposta para o setor público, determinada pelo fenômeno da supercapitalização (MANDEL, 1985). Todavia, visto pelas defensoras do PDRAE como medida de superação da crise do Estado e dos entraves presentes na Administração Pública Burocrática que inviabilizam a eficiência e a qualidade dos serviços, possíveis de serem alcançados apenas por meio de um novo paradigma organizacional, a saber, gerencialismo.

Entretanto, ressaltamos que a Administração Pública Burocrática é parte constituinte da administração pública do Estado, tendo em vista que, conforme apontamos, no próprio documento do PDRAE/MARE foi reconhecido, o velho ser funcional ao novo, isto é, a dimensão burocrática ser funcional às novas práticas gerenciais.

A burocracia como própria do Estado é devido a sua presença desde a colonização portuguesa que trouxe para o Brasil a sua estrutura estatal e administrativa apoiada no padrão patrimonialista, apesar de praticamente ausente, ela esteve presente com objetivo de organizar os empreendimentos do império (FILHO e SOUZA, 2016). E é esta dimensão burocrática que ao se expandir, combinada aos traços patrimonialistas, será utilizada de forma antidemocrática e como elemento de sustentação política. Desse modo, a expansão da burocracia no Brasil tem como funções fundamentais,

criar condições institucionais para implementar o projeto de expansão capitalista [...], manter relações com o esquema de privilégios patrimonialistas já existente e que será ampliado e centralizado e viabilizar a sustentação do

regime ditatorial, via fortalecimento do poder central [...] (FILHO e SOUZA, 2016, p 159).

Essas funções, somadas ao caráter racional-legal, voltadas para organização institucional e econômica necessária ao processo de industrialização no país, determinaram, inclusive, o trato com as políticas sociais, em geral, efetivadas de “forma seletiva e limitada até o advento do golpe de 1964” (FILHO e SOUZA, 2016, p 159), tendo em vista a mudança operada via Decreto-lei n. 200/67, conforme sinalizamos, com início do desmonte dos direitos sociais, ampliação das políticas sociais de baixa qualidade e a permanência do padrão patrimonialista. (FILHO e SOUZA, 2016). Uma dimensão do Estado que se manifesta tanto na separação entre o interesse coletivo e interesses particulares na divisão capitalista do trabalho e as relações sociais derivadas dessa divisão (IAMAMOTO, 2007), quanto como meio de controle.

O PDRAE/MARE apresentou quatro setores presentes no aparelho do Estado, mas, para o foco do nosso estudo, ressaltamos apenas dois destes setores: o núcleo estratégico e os serviços não exclusivos. No núcleo estratégico estão a definição das leis (poder legislativo) e o planejamento e formulação das políticas públicas (poder executivo), ou seja, a junção da administração burocrática e gerencial. E nos serviços considerados não exclusivos ou competitivo do Estado, isto é, onde as organizações públicas não estatais também atuam, estão os “serviços sociais competitivos” que configuram a lógica da administração gerencial. (BRASIL, 1995, p.56).

O chamado núcleo estratégico é assim definido por reunir neste setor o sistema jurídico que tende a legalizar propostas, permitindo a execução das mesmas. No processo de transição da reforma do Estado, a estratégia era fazer com que as propostas previstas no PDRAE fossem adotadas, porém, amparadas no âmbito institucional-legal. Com base no documento do PDRAE, trata-se de mudanças estruturais no funcionamento do Estado, a partir de uma reforma do sistema jurídico-legal, para assim eliminar os entraves presentes neste sistema e implementar a administração gerencial do Estado, acompanhada de uma mudança de cultura administrativa no país, marcada pelo patrimonialismo e forte caráter burocrático, e de uma mudança no próprio âmbito da gestão com novas práticas gerenciais (BRASIL, 1995).

Nas organizações sociais se inserem os serviços considerados não exclusivos do Estado como saúde, cultura, pesquisa e educação. Neste último, estão as

universidades “que passarão a ser instituições públicas por destinarem seus serviços a setores da população e não estatais, por não terem a totalidade dos seus recursos advindos dos cofres públicos” (PINTO, 2012, p. 28). Essa lógica de “serviços” atribuída às universidades públicas e a obrigatoriedade destas de obter parte dos recursos captados no mercado, retira da educação a sua legitimidade de direito social, pois o Estado se mantém funcional ao capital e para tanto se adequa à reestruturação deste, ao assumir uma administração gerencial, flexível. Um Estado “reformado” para efetuar contínuos cortes dos gastos sociais e reorganizar a gestão dos órgãos públicos vinculados a ele.

Tais medidas funcionam como respostas que o Estado gerencial dá aos problemas da administração pública brasileira quando na verdade, estas respostas se relacionam com a reestruturação da produção capitalista. Ou seja,

[...] a degradação dos serviços públicos e o corte dos gastos sociais levam a um processo de privatização induzida nesse terreno. Ou seja, há uma mercantilização e transformação de políticas sociais em negócios – o que expressa o processo mais amplo de supercapitalização (MANDEL, 1982). O capital não prescinde de seu pressuposto geral – o Estado -, que lhe assegura as condições de produção e reprodução, especialmente num ciclo de estagnação. Hoje, cumprir com esse papel é facilitar o fluxo global de mercadorias e dinheiro, por meio [...] da desregulamentação de direitos sociais, de garantias fiscais ao capital, da ‘vista grossa’ para a fuga fiscal, da política de privatização, entre inúmeras possibilidades que pragmaticamente viabilizem a realização dos superlucros e da acumulação (BEHRING, 2009, p. 9-10)

Segundo Filho e Souza (2016), a proposta gerencialista tem como finalidade central reduzir gastos sociais para que mais recursos provenientes da riqueza socialmente produzida possam ser direcionados à acumulação do capital. Ou seja, “é a identificação da administração do campo da produção, principalmente a administração empresarial, com a do campo da reprodução social, principalmente a administração pública estatal” (FILHO e SOUZA, 2016, p. 138).

A proposição da publicização que expressa a defesa neoliberal de corte dos gastos sociais, atinge em cheio as políticas sociais. A descentralização dos serviços que não envolve mais a intervenção do Estado, contudo, devem ser subsidiados por ele, permite produzir serviços, estabelecendo parcerias com instituições para financiar a execução destes serviços, e dentre estes serviços, está a educação. O Estado ficou responsável por formular as políticas e as agências autônomas as executariam.

Seguindo nessa lógica, importante ressaltar as inflexões do gerencialismo na política de educação superior brasileira – ainda que de forma sucinta por não ser o

foco do nosso estudo, mas que se relaciona a este – expressas nas medidas de transição tomadas tanto pelo núcleo estratégico, de que são exemplos, leis<sup>18</sup>, decretos<sup>19</sup> planos<sup>20</sup>, conteúdos/normativas, quanto na desresponsabilização do Estado ao considerar as universidades públicas como serviços não exclusivos. Ambos setores reconfiguram esta política, bem como reordenam o planejamento e a execução internos das tarefas a serem realizadas pelas trabalhadoras da educação, no âmbito das universidades públicas.

Desde os anos 1990, a política educacional superior brasileira vem sendo orientada por esta lógica gerencial do Estado, resultante da penetração das racionalidades (ALMEIDA; ALENCAR, 2011; ALMEIDA, 2019) próprias do setor privado no âmbito do Estado. Para tanto, temos que:

I. a expansão do ensino privado a partir do final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), e a tendência de ampliação de vagas aprofundada com os programas Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº 11.096 de 2005 (BRASIL, 2005) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Lei nº 10.260 de 2001 (BRASIL, 2001), desproporcional ao número de vagas das instituições públicas a partir do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto n.º 6.096 de 2007 (BRASIL, 2007);

II. a privatização interna das instituições públicas, também demarcada a partir do final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002), materializada no estabelecimento da relação entre a venda de “serviços educacionais” e na expansão da educação pública superior via: a) oferta de cursos pagos

---

<sup>18</sup> As medidas neoliberais implementadas pelo Estado imprimiram à política educacional brasileira uma reconfiguração nos moldes da “flexibilização”, da desregulamentação e da privatização, acompanhando o projeto contrarreformista do Estado. Ao analisar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) n.º 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996), observamos a introdução de alterações na política educacional brasileira com foco na produtividade, na competitividade, na rentabilidade e na “flexibilização” por meio de uma formação aligeirada (cursos à distância, tecnólogos e sequenciais com oferta de certificados a graduandos, graduados e inclusive àqueles que iniciaram curso de graduação ainda que não concluído) a serviço do mercado. Bem como emendas constitucionais, onde, cada vez mais, o Estado se desresponsabiliza e o mercado cada vez mais se apropria, na sua ótica, de mais um nicho de mercado. Tem-se ainda, os programas PROUNI, Lei nº 11.096 de 2005 e FIES, Lei nº 10.260 de 2001 que corroboram para o aumento do ensino privado.

<sup>19</sup> O programa REUNI, Decreto n.º 6.096 de 2007, também aponta para a direção gerencialista.

<sup>20</sup> Segundo Lima (2012), o Plano Nacional de Educação (PNE) 2001-2010, aprovado pela Lei n.º 10.172/01 (BRASIL, 2001), com ações de vetos presidenciais, justificados por possíveis impactos na Lei de Responsabilidade Fiscal, alterou ou ampliou os recursos financeiros para a educação que se desdobrou na materialização da expansão das instituições privadas e na privatização interna das instituições públicas.

(especialmente os cursos de pós-graduação *lato sensu*); b) estabelecimento de parcerias público-privadas<sup>21</sup>; c) concepção da atividade de extensão universitária transmutada e vendida como cursos de curta duração e d) cursos pagos de mestrados profissionalizantes em parcerias com empresas públicas e privadas (LIMA, 2012). Vê-se, claramente, nessas medidas, inclusive, acirradas nos governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e Dilma Rousseff (2011-2016), a materialização da proposta do PDRAE/MARE referente ao Programa de Publicização (descentralização expressa na parceria público-privada), combinado aos cortes dos gastos para a Política de Educação Superior, que leva “a um processo de privatização induzida”, conforme apontado por Behring (2009);

III. a continuidade e aprofundamento de cortes orçamentários, no governo Temer (2017), através da Emenda Constitucional n. 95/2016 (BRASIL, 2016) – referente ao congelamento por vinte anos de recursos financeiros destinados a serviços sociais como Saúde e Educação – reduz o orçamento para a educação pública<sup>22</sup>, apoiado no discurso de retomada do crescimento econômico, sob a alegação da necessidade de redução dos gastos sociais em prol da política fiscal, em detrimento da abrangência e da qualidade desse serviço;

IV. a modalidade de educação a distância<sup>23</sup> regulamentada pela Lei n.º 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) (BRASIL, 1996). Essa modalidade de ensino a distância, configura outra dimensão da mercantilização da educação e com menos custos para os empresários da educação. Segundo Pereira, Souza e Ferreira (2017), no PNE 2014-2024, para além de predominar a lógica mercantil do ensino em instituições privadas, há uma extensão da oferta de cursos na modalidade de educação a distância para pós-graduação *stricto sensu*, bem como a ampliação dos processos de fusões e aquisições dessas instituições por parte de empresas

---

<sup>21</sup> Lima (2012) observou que essa parceria entre as universidades públicas e as empresas ocorria por meio de realização de cursos, consultorias e assessorias viabilizadas através de fundações de direito privado.

<sup>22</sup> Segundo LEHER (2019), reduz, ano a ano, o equivalente a 0,8% do PIB dos gastos públicos com as políticas sociais e investimentos públicos.

<sup>23</sup> Ver Decretos de n.º 5.800 de 8 de junho de 2006 e de n.º 9.057 de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2006, 2017).

privadas do ramo da educação, como por exemplo, a Kroton, considerada uma das maiores empresas educacionais privadas do Brasil<sup>24</sup> e do mundo<sup>25</sup>;

V. o lançamento do programa Future-se, no governo Bolsonaro (2019 - até o momento), cuja ideia central é refuncionalizar as instituições como organizações de serviços e iniciarem o seu autofinanciamento. Para tanto, propugna contratos de gestão com organizações sociais financiadas a partir de fundos de investimentos negociados na Bolsa de Valores. (LEHER, 2019). Esse programa reforça e acirra o direcionamento dado no PDRAE/MARE de 1995, reafirmando o projeto neoliberal, apoiado no discurso da crise financeira ser decorrente do excesso de gastos públicos; e

VI. o caráter autoritário, ideológico e conservador presente na Política de Educação Superior com objetivo de conservar uma educação tecnicista, voltada para atender aos interesses do mercado, expandida cada vez mais por meio do ensino ofertado pelas instituições privadas favorecida pela gestão contrarreformista do Estado.

Dourado (2011), observou que, principalmente, a partir daquele ano, a educação superior vai sendo desenhada por regulamentações do poder público de forma centralizada que se desdobram na naturalização da diversificação e diferenciação da educação superior, na contribuição para a intensificação da expansão das instituições de ensino superior, sobretudo as privadas, e, ao mesmo tempo, contribuindo para a alteração da lógica e das dinâmicas organizativas das instituições públicas, principalmente as federais. São exemplos destes processos: as ações, políticas e regulamentações sobre a avaliação centrada no desempenho da estudante e avaliações das instituições de ensino superior; a criação dos centros universitários como nova forma de organização acadêmica; a flexibilização das exigências para criação de instituições e naturalização do segmento não universitário;

---

<sup>24</sup> A partir dos anos 2000, essa empresa educacional adquiriu as instituições de ensino UNOPAR, UNIDERP, Anhanguera, UNIME, FAMA, LFG e UNIC. Cf. O GLOBO. Compra da Unopar é o maior negócio no setor da educação, diz Kroton. In: G1 – Minas Gerais, 17 dez. 2011. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/noticia/2011/12/compra-da-unopar-e-o-maior-negocio-no-setor-da-educacao-diz-kroton.html>>. Acesso em: 15 set. 2018; O GLOBO. Fusão da Anhanguera e Kroton cria a 17ª maior empresa da Bovespa. In: G1 – São Paulo, Economia, 04 jul. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/mercados/noticia/2014/07/fusao-da-anhanguera-e-kroton-cria-17-maior-empresa-da-bovespa.html>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

<sup>25</sup> Segundo Leher (2019), apesar da redução do número de aquisições de empresas educacionais, em 2017, uma única transação pode envolver um grande número de instituições educacionais, vinculadas aos compradores e vendedores, como exemplo, a aquisição da Somos pela Kroton.

novos processos de regulação e gestão das instituições públicas federais (institucionalização da gratificação de estímulo da docência, novos parâmetros de financiamento, congelamento de salários e precarização do trabalho, etc.); e financiamento público do setor privado através de recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Como vimos, as mudanças circunscritas nas transformações do mundo do trabalho, no novo padrão de gestão do Estado brasileiro, nas políticas públicas em geral, aqui, particularmente a política educacional superior, na perspectiva da publicização e cortes orçamentários, são resultados de um processo mais amplo – a necessidade do capital de superar a crise provocada pelo próprio capital que, para sobreviver, formula e implementa novas estratégias por meio de uma reestruturação da produção. Esse processo determina, também, às trabalhadoras da educação, um reajustamento aos novos ditames do capital com mudanças na gestão e controle da força de trabalho expressas nos processos de trabalho realizados no setor público.

Desse modo, resgatemos aqui, a análise de Marx (1978,1996) sobre a mercadoria força de trabalho que se vende ao capital em troca de salário. A subsunção do trabalho ao capital permitiu que o processo de trabalho fosse convertido em processo de valorização do capital, da mais-valia, ou seja, o processo de trabalho se torna o próprio processo do capital. O trabalho humano enquanto valor de uso que atende a necessidades sociais, é modificado e aquele valor de uso passa a se constituir também como valor de troca e, portanto, constituído de trabalho abstrato, que é a base do valor, que é a incessante acumulação do capital.

A subsunção do trabalho ao capital fez com que a força de trabalho submetida à exploração fosse determinada de forma inversa à concepção de Marx sobre o trabalho como objetivação primária através da qual o homem se autoconstitui e concebe a essência humana como estrutura histórica. Isto é, como o trabalho regido pelas leis do capital, se modifica em um trabalho alienador, uma vez que o produto do trabalho deixa de pertencer ao homem trabalhador para se tornar propriedade do capitalista, bem como a própria força de trabalho ao ser convertida em mercadoria. Os objetivos presentes no resultado final deste trabalho, assim transmutado, são determinados e apropriados pelo capitalista que se utiliza de objetos, meios, pessoas e de suas respectivas capacidades de trabalho para atender sua necessidade de reprodução ampliada. O trabalho antes realizado na relação homem e natureza onde

se cria valor de uso, se produz a existência e se reproduz a vida, passa a atender essencialmente as necessidades do capital, materializadas no seu modo de produção.

A aplicabilidade desta análise de Marx – modificação da gênese do trabalho à subsunção deste ao capital – no trabalho no setor público, está no fato de ser constituído por uma força de trabalho assalariada e o resultado final do seu trabalho ser determinado pela lógica do capital, ainda que possa haver uma relativa autonomia profissional.

Essa lógica do capital determina as mudanças na gestão e no controle da força de trabalho, no setor público, combinada aos resultados pretendidos no PDRAE/MARE, a saber: a) incorporação do modelo empresarial e privatista de gestão de pessoas numa falsa perspectiva de humanização; b) intensificação do trabalho, expressa no aumento de tarefas provocada pela redução no quadro de pessoal devido à escassez de concursos públicos e agravada pela extinção de vários cargos que corrobora para multifuncionalidade no cotidiano profissional; c) privatização que se desdobra na contratação ampliada de trabalhadoras sem estabilidade, reafirmada, no caso das universidades federais, pelo programa Future-se com destaque para terceirização da gestão força de trabalho para Organizações Sociais; d) aumento da produtividade com ênfase nos resultados, no alcance de metas; e) implantação de sistema para gerir teletrabalho das servidoras federais e acompanhar as atividades desenvolvidas pelas mesmas, conforme previsto em Portaria n. 334, 02/10/2020, nos termos da Instrução Normativa n. 65, 30/07/2020, com objetivo de redução de gastos.

Temos ainda, a avaliação de desempenho das trabalhadoras, pautada na “reforma” do Estado como “motivação negativa” (BRASIL, 1995, p. 50), isto é, demissões de servidoras por insuficiência de desempenho. Nesse mesmo documento, alegou-se que a característica da administração pública mais vulnerável para os efeitos da crise fiscal e da política de ajuste é a falta de uma política de recursos humanos condizente com o aparelho do Estado. Ou seja, a regulação das relações de trabalho no serviço público é inadequada e citou como exemplo, a estabilidade do servidor público e os critérios de seleção e contratação que inviabilizam recrutamento direto no mercado, isto é, um recrutamento mais flexível.

Em outros termos, remuneração condicionada às avaliações de desempenho funcional com ênfase em resultados condicionados ao alcance de metas, e sob ameaça de exoneração, possibilitando novas modalidades de contratação com pouca



qualificação a custo menor, sem garantia de direitos e estabilidade constitucionais, ou seja, alterações nas relações de trabalho e aniquilação do trabalho organizado.

Nessa direção, recentemente, vimos a extinção de diversos cargos administrativos efetivos que compõem o corpo técnico das universidades no âmbito federal através do Decreto 9.754, de 11/04/2019 (BRASIL, 2019). Bem como, suspensão de reajustes salariais e constantes ameaças de perda dos direitos remuneratórios adquiridos, como por exemplo, suspensões em folha de pagamento relativas à progressão, ao incentivo à qualificação, às gratificações, ao que o governo classifica como “despesas”, para as quais não há disponibilidade orçamentária.

Com base em nossas reflexões, apoiadas no referencial teórico-bibliográfico, identificamos e apontamos algumas racionalidades (ALMEIDA; ALENCAR, 2011; ALMEIDA, 2019) presentes no setor público ao orientar a força de trabalho. Vejamos.

Conforme sinalizamos, o núcleo estratégico do Estado incorpora, de forma híbrida, uma dimensão burocrático-gerencial, setor onde o Estado gerencia, por meio do aparato legal, o planejamento e formulação das políticas públicas, bem como medeia ao autorizar, credenciar, legalizar medidas, tais como: terceirização e privatização sob a falácia da qualidade na prestação dos serviços, com base na moralização da servidora pública.

Essa racionalidade burocrático-gerencial se manifesta na gestão e no controle da força de trabalho quando a esta cabe apenas a mera execução de tarefas, antecipadamente planejadas e adequadas pela/à nova dinâmica do Estado. Isso inclusive põe em xeque a qualificação da trabalhadora – isto é, sua especialização, a partir do trabalho complexo reduzido ao trabalho simples. Ou seja, o que é próprio do trabalho especializado, qualquer trabalhadora passa a realizar. Essa é a lógica de dominação do capital sobre o trabalho: destituir da trabalhadora o conhecimento que ela tem das suas operações. A burocratização, “tende a se impor sobre qualquer trabalhador [...] o que pode implicar maior pressão para a perda do monopólio do conhecimento-ocupação [...]; em última instância, pressão para desprofissionalização [...]” (BARBOSA; CARDOSO; ALMEIDA, 1998, p. 118).

Ainda segundo Barbosa, Cardoso e Almeida (1998), a reforma administrativa implementada no setor público assumiu a lógica da esfera da produção ao definir o chamado ‘núcleo estratégico’ composto por empregos estáveis e qualificados associado a postos de trabalho precarizados. Para a ponta dos serviços, seriam reservadas cooperativas e modalidades de contratos destituídos de garantias e

vínculos institucionais. A proposta da reforma administrativa, amplia para as atividades mais técnicas e intelectualizadas aquilo que já ocorre com as atividades menos qualificadas na área da limpeza, alimentação e segurança nos serviços públicos – a terceirização.

Verificamos também uma racionalidade de caráter autoritário-conservador, uma vez que o conservadorismo se faz presente na estrutura social, na esfera institucional e, por conseguinte, na organização dos serviços sociais com imposição de regras, visando mudanças de atitudes, valores, comportamentos da força de trabalho do setor público como estratégia de manutenção da ordem existente, mas também de obtenção do consenso frente às novas práticas gerenciais no âmbito público.

Por último, identificamos uma racionalidade econômica expressa, como exemplificamos acima, na redução dos gastos através da extinção de cargos efetivos, escassez de concursos e ameaças de perda de direitos adquiridos e de demissões. Mas, esta racionalidade se expressa também, em um “investimento” nas servidoras públicas no sentido de exigir capacitação e qualificação profissional, inclusive, sendo estas, um dos indicadores presentes na avaliação de desempenho funcional, mas que acaba por atender ao mercado educacional e à acumulação flexível, tendo em vista que a reestruturação produtiva aumentou as exigências educacionais e de qualificação profissional frente às mudanças no mundo do trabalho<sup>26</sup>.

Esse atendimento ao mercado educacional e à acumulação flexível, compreendemos que se dá de duas formas no setor público. A primeira, apoiados no conceito de Marx sobre mercadoria, identificamos a educação como mercadoria quando da oferta de serviços educacionais às servidoras públicas, mediados pelo mercado<sup>27</sup> – “para tornar-se mercadoria, é preciso que o produto seja transferido a quem vai servir como valor de uso por meio da troca” (MARX, 1996, p. 170) – e mesmo no âmbito público, através dos cursos pagos, com objetivo de produzir um

---

<sup>26</sup> Resgatando a revisão de nosso quadro de referência inicial, relembra-se que a expansão dos serviços, apontada por Mandel (1985), aprofundou, conforme vimos, a lógica da educação enquanto mercadoria, uma vez que estava inclusa àquela expansão a necessidade do capital em superar a crise e acumular.

<sup>27</sup> Uma educação, enquanto mercadoria, vendida nas instituições privadas, mediada por contratos que explicitam aqueles que podem ou não pagar para acessá-la, ou seja, o contrato como garantidor da aquisição da educação superior nessas instituições.

conhecimento e, ao mesmo tempo, qualificar estas trabalhadoras de forma funcional à lógica gerencialista do Estado.

A segunda, decorrente da primeira, ao ser conferida à educação a forma mercadoria – uma mercadoria adequada a um fim, constituída de objetos úteis e de valor de troca – identificamos a educação como formadora de “capital humano”<sup>28</sup>, uma força de trabalho dotada de habilidades e competências funcionais ao capital que acaba por contribuir com a exploração da classe trabalhadora, através do trabalho extraído do seu intelecto, ao pôr esta força de trabalho em movimento, nesse caso da servidora pública.

Desse modo, a “reforma” do Estado preconizada no PDRAE/MARE para alcançar o fim de atender a acumulação do capital, adotou novas práticas de gestão que imprimiram nova gestão e controle da força de trabalho para garantir a acumulação do capital. Contudo, a gênese desse processo se dá na relação que se interpõe entre capital e trabalho para materialização do resultado final do capital – lucro – que tem início no seu campo de ideação. Segundo Marx (1996), o resultado obtido no fim do processo de trabalho já existia antecipadamente na imaginação do trabalhador, e, portanto, idealmente. Ou seja, o trabalhador, para além de “efetuar uma transformação da forma da matéria natural, realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo” (MARX, 1996, p. 298). O ato de projetar para se alcançar resultados em um tipo de sociedade como a capitalista tem como única finalidade a acumulação e valorização do capital. Ainda que nesse processo, o capitalista nem sempre seja capaz de prever possíveis incidentes obstaculizadores para atender suas necessidades, essa ideação, que consideramos ser uma racionalidade antiética, própria do capital, não deixa de existir no resultado final, pois a ideação capitalista é sempre pensada de forma a considerar interesses privados, não universais.

Verificamos até aqui, algumas das determinações e condicionantes que demarcam a “reforma” do Estado brasileiro, a partir de referenciais teórico-bibliográficos que procuraram evidenciar como o Estado combinado com o movimento do capital se apropria da lógica gerencial hegemônica frente às transformações operadas em face da crise do capital em fins de 1960 e de respostas ao seu

---

<sup>28</sup> Frigotto (1997), discute o conceito da teoria do capital humano elaborado por Theodoro Schultz na fase áurea do padrão fordista. Para Frigotto (1997), em última análise, essa teoria explica a não efetiva generalização do fordismo no seu ápice, para tanto o investimento em “capital humano” foi a alavanca para resolver a questão do subdesenvolvimento e das desigualdades internacionais, regionais e individuais.

enfrentamento. Isto é, as mudanças da gestão da produção e do trabalho impactaram o setor de serviços e se disseminaram na esfera estatal. Tal processo está relacionado às inflexões relativas à mundialização e financeirização do capital e ao afastamento do Estado de suas funções próprias e inerentes, sustentadas pelo ideário neoliberal.

Com base na lógica gerencial defendida no PDRAE/MARE, observamos uma profunda contrarreforma do Estado preconizadora de privatizações; racionalização dos instrumentos das políticas sociais – regulações, objetivos, critérios e avaliação – pelo “núcleo estratégico” do Estado; contratação de profissionais pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e não como estatutárias, mas com exigência de submissão a processos seletivos; “flexibilização” da estabilidade de servidoras estatutárias; desresponsabilização do Estado ao realizar atividades que considera exclusivas, e os serviços ainda que providos pelo Estado, porém não considerados exclusivos, cabendo às instituições não estatais executarem. Como sinalizado, é o que as Organizações Sociais realizam munidas de autonomia financeira e administrativa devido a esta redução da intervenção do Estado nas políticas sociais, característica do neoliberalismo<sup>29</sup>.

Essas medidas contrarreformistas do Estado são justificadas pela necessidade de romper com a burocratização, tornando o Estado mais flexível, com aumento da sua efetividade e eficiência; e necessidade de viabilizar a qualidade dos serviços com foco nos resultados e na produtividade.

Também destacamos as racionalidades próprias da esfera produtiva incorporadas pela gestão estatal, compreendidas a partir da lógica do capital e, portanto, determinam modos de conceber a gestão e controle da força de trabalho, apoia-se em um discurso disseminado e justificável de um caminho para o futuro, mas na verdade em direção ao passado, à ideação e ao resultado final do capital, tendo o Estado como mediador que ao se dispor ao capital gerencia e medeia suas ações sob a lógica do sistema capitalista. Não se trata, portanto, de superação de racionalidades anteriores, mas de reafirmação destas combinadas a novas, inscritas no

---

<sup>29</sup> Filho e Souza (2016), sinalizaram que a vinculação entre gerencialismo e neoliberalismo está na afinidade entre as propostas econômicas, políticas e filosóficas das escolas neoliberais austríaca e de Chicago e de Virgínia. A escola de Virgínia é considerada a base fundamental das propostas neoliberais para administração pública e incorpora a *teoria da “escolha pública”* de J. M. Buchanan, que, segundo Paula (2005); Fedele (1999); Grau (1998 apud Filho e Souza 2016), utiliza os princípios da economia na perspectiva utilitarista.

reordenamento do Estado a partir da adoção de medidas econômicas ditadas pelo capital financeiro e pela orientação neoliberal.

As mudanças decorrentes do processo de mundialização do capital [...] alteram também as formas de sociabilidade existentes, na medida que necessitam de novos suportes políticos, ideológicos e culturais. Imprimem novas racionalidades às formas de organização do Estado e das políticas públicas alterando os processos de distribuição do fundo público e, conseqüentemente, os modos de organização e prestação dos serviços sociais (ALMEIDA; ALENCAR, 2011, p. 143)

A partir dos anos 1990, essas racionalidades passaram a ser constituídas pela orientação das estratégias levadas a efeito pelo capital a fim de enfrentar sua crise estrutural, isto é, o trinômio: reestruturação produtiva, financeirização e neoliberalismo. Ou seja, a dinamicidade, a projeção cada vez maior de acumulação de capitais, as crises do capital e outros determinantes fazem com que as racionalidades presentes na força de trabalho, incluindo as trabalhadoras da educação, sejam pensadas e adotadas pelo capital com outras configurações no curso da história.

## **2 CAPITALISMO, SERVIÇO SOCIAL E GERENCIALISMO**

Neste segundo capítulo, com base na fundamentação teórica que vem sendo adotada para produção deste estudo, em um primeiro momento, abordaremos o trabalho assalariado da assistente social na esfera estatal, como parte do processo mais amplo inerente à lógica do capital, no contexto neoliberal e de contrarreforma do Estado brasileiro, ao mesmo tempo que, contraditoriamente, discutimos a incidência dos fenômenos supracitados nas competências e atribuições privativas da assistente social como partícipe do processo de reprodução do capital, e a possibilidade da materialização da autonomia profissional, ainda que relativa, combinada a um projeto ético-político profissional na defesa de uma sociedade livre e igualitária.

O segundo e terceiro momentos desse capítulo, com objetivo de iniciarmos a apresentação dos dados da nossa pesquisa sobre a inserção da assistente social na Coordenação de Estágio em Serviço Social, conforme será visto no capítulo 3, resgatamos, também a partir dos anos 1990, a discussão sobre a formação profissional em Serviço Social, com destaque para o estágio, a resistência e luta da categoria profissional na defesa de uma formação com qualidade, o resgate histórico de cada Unidade acadêmica pesquisada e sua estrutura, compreendendo como processos de caráter histórico, social e político, que para além de se relacionarem com nosso objeto de estudo, são materializados por meio daquela autonomia profissional relativa. Bem como apresentaremos a composição atual da equipe de cada Coordenação de Estágio pesquisada e o perfil das profissionais participantes da nossa pesquisa.

### **2.1 A lógica gerencial e os rebatimentos no Serviço Social na esfera estatal**

Os processos sociais abordados até aqui, determinaram (e determinam) o trabalho da assistente social no âmbito do Estado colocado como parte necessária da racionalidade do capital na fase monopólica, impactando tanto a assistente social enquanto força de trabalho assalariada quanto o seu exercício profissional, uma vez que os valores que orientam a ação profissional são mediatizados por aquela condição

de assalariada e o resultado final do seu trabalho, circunscrito na sociedade capitalista, está essencialmente vinculado à antecipação dos objetivos de valorização do capital.

[...] O caminho da profissionalização do Serviço Social é, na verdade, o processo pelo qual seus agentes – ainda que desenvolvendo uma autorepresentação e um discurso centrados na autonomia dos seus valores e da sua vontade – se inserem em atividades interventivas cuja dinâmica, organização, recursos e objetivos são determinados para além do seu controle. [...] deslocamento altera visceralmente, concretizando a ruptura, é, objetivamente, a condição do agente e o significado social da sua ação; o agente passa a inscrever-se numa relação de assalariamento e a significação social do seu fazer passa a ter um sentido novo na malha da reprodução das relações sociais. Em síntese: é com este giro que o Serviço Social se constitui como profissão, inserindo-se no mercado de trabalho, com todas as consequências daí decorrentes (principalmente com o seu agente tornando-se vendedor da sua força de trabalho) (NETTO, 2011, p. 71-72)

Netto (2011), apontou que a profissão de Serviço Social é partícipe do processo de trabalho coletivo<sup>30</sup>, e requisitado na divisão social e técnica do trabalho para execução das políticas sociais como forma de enfrentamento das expressões da questão social. É uma profissão que se insere nos campos social, econômico e político-ideológico da ordem do capital na sua fase monopólica e participa do processo de reprodução, acumulação e valorização do capital, ainda que o profissional não desempenhe diretamente funções produtivas.

Um trabalho realizado na esfera da reprodução, justificado pela necessidade do capital, em uma ação combinada com o Estado, e através deste, intervir na questão social, prestando serviços pela via das políticas sociais que contribuem para a manutenção e acumulação do capital ao garantir condições adequadas ao seu desenvolvimento.

Vimos que as mudanças provocadas pelo sistema capitalista para superação da sua crise e continuidade de valorização do capital, exigiu pensar e materializar no campo das esferas produtivas e não produtivas outras formas de consumir o trabalho – fonte de toda riqueza. A expansão dos serviços ao abranger também o trabalho realizado na esfera do Estado implicou uma reordenação dos processos de trabalho (onde as racionalidades próprias da esfera produtiva penetraram na esfera de serviços) que se desdobra em mudanças para a força de trabalho que se vê obrigada a se reajustar às novas requisições a favor da sua velha e permanente valorização.

---

Essas mudanças ao incidirem na força de trabalho, especificamente da assistente social, no âmbito do Estado, permitem-nos abordar três tendências<sup>31</sup> que expressam o gerencialismo na gestão e controle dessa força de trabalho e, ao mesmo tempo, no trabalho da assistente social na esfera estatal. São elas:

I. reestruturação da produção – conforme vimos, significou a necessidade do capital em dar respostas a sua própria crise, mas sob novas modalidades. Um processo de mudanças nas esferas da produção, circulação, sócio-política e institucional que, ao nosso ver, vincula-se à gênese de quando o trabalho passa a ser subsumido ao capital. Envolve a ideação, o processo de trabalho e o resultado deste no modo de produção capitalista, e os impactos em todas as dimensões do ser social;

II. reorganização das políticas sociais – esse reordenamento impactou as políticas sociais no que tange à formulação, gestão, ao financiamento e execução que se desdobram nos espaços profissionais das assistentes sociais (ALENCAR e ALMEIDA 2011), uma vez que estas profissionais têm nas políticas sociais a mediação fundamental para prestação de serviços sociais;

III. reconfiguração dos espaços sócio-ocupacionais da assistente social – espaços profissionais como partícipes dos processos de reprodução do capital, tendo em vista a função do Estado de preservar a classe trabalhadora por meio das políticas sociais, e os condicionantes presentes na condição da assistente social enquanto trabalhadora assalariada. Trata-se de processos que na verdade são característicos da formação social capitalista, entretanto, alterados com a reestruturação da produção. Espaços profissionais vinculados a um Estado mínimo para a classe trabalhadora, de intensificação do trabalho e de condições de trabalho cada vez mais precarizadas.

Em relação à primeira tendência, se partirmos da compreensão da instrumentalidade (capacidades humanas) enquanto necessária para a efetivação de atividades (GUERRA, 2000), afirmamos que a assistente social enquanto trabalhadora assalariada ao atuar na esfera do Estado está condicionada a uma racionalidade antiética que se opõe a sua ideação, ao processo do trabalho (o objeto, os meios e a atividade em si) e ao resultado do seu trabalho profissional para atender

---

<sup>31</sup> A partir de reflexões advindas de sala de aula, na disciplina Trabalho, Relações Sociais e Serviço Social, do curso de mestrado (ALMEIDA, 2019), sobre estas tendências, desenvolvemos um conhecimento com foco no nosso estudo.



aos interesses do capital. Quando a força de trabalho da assistente social uma vez vendida ao capital deixa de lhe pertencer, a idealização e o resultado do seu trabalho também os deixam. Esse processo de alienação expressa essa racionalidade própria do capital que se materializa no trabalho cotidiano, onde as projeções pensadas pela assistente social – fundamentadas nas dimensões teórico-metodológicas e ético-política – para efetivar e alcançar o resultado final do seu trabalho são subordinadas à condição de trabalhadora assalariada.

Na sociedade capitalista, a instrumentalidade para a efetivação de atividades faz com que as relações sociais sejam transformadas em relações entre coisas para um determinado fim, faz com que seja atribuído à assistente social (convertida em mercadoria) no processo do trabalho, o alcance dos objetivos que são do capitalista, ou seja, a assistente social como instrumento de realização da teleologia, do processo e resultado do trabalho dos capitalistas. A compreensão é a de que o capital para existir necessita, antes mesmo do trabalho em si, é de capacidades humanas submetidas a ele, fundamentais ao modo de produção capitalista.

Também consideramos nessa primeira tendência, que o processo de reestruturação produtiva assumido pelo capital na sua fase monopolista veio acompanhado de mudanças destrutivas no mundo do trabalho e na força de trabalho. Tais mudanças necessárias e viabilizadas para/pelo capital, combinada com o ideário neoliberal e associada ao avanço tecnológico, alcançaram dimensões e interferências em todas as esferas da vida social ainda não experimentadas, uma vez que implicou na esfera econômica, alinhada ao discurso conservador; em mudanças na organização do trabalho; nas condições objetivas de vida da trabalhadora; e no aparato estatal.

A segunda tendência, tratando particularmente da força de trabalho da assistente social na política de educação pública superior, envolve outras racionalidades (ideológica e econômica) próprias da esfera da produção e assumidas pelo Estado no processo de reorganização dessa política, conforme apontamos no capítulo 1, onde o Estado ao agir de forma combinada com o capital assume papel de gerenciador de suas ações sob a razão instrumental presente nesse sistema capitalista. Racionalidades presentes na política educacional superior que exigem mudanças de atitudes, valores e comportamentos das assistentes sociais de maneira que seja mantida tanto a ordem instituída quanto a obtenção do consenso para práticas gerencialistas; escassez de concurso e perdas de direitos; qualificação

dessas profissionais cada vez mais subordinada aos interesses do mercado e treinamentos (sistemas informatizados) com vistas à multifuncionalidade que somada à lógica da administração burocrático-gerencial se desdobra na desespecialização da assistente social.

A terceira e última tendência se expressa: a) nas requisições institucionais (feitas à assistente social assalariada) materializadas no processo de reprodução do capital, combinadas com a lógica gerencial do Estado; b) no controle dessa força de trabalho assalariada por meio de sistemas biométricos e nos critérios de julgamento presentes na avaliação de desempenho funcional relacionada à individualização, atrelados aos incentivos remuneratórios, ao alcance de metas e resultados do trabalho, explicitados naquela avaliação fiscalizatória de desempenho funcional, como por exemplo, autodesenvolvimento no sentido de aquisição de novos conhecimentos ou habilidades, busca de resultados, capacidade de adaptação frente às diferentes exigências institucionais, negociação de conflitos, resolução de problemas; e c) no processo de reorganização dos serviços sociais, particularmente o serviço educacional superior, que diante da não reposição do quadro efetivo de assistente social, contribui para intensificação do trabalho, bem como para rotatividade dessas profissionais em função da flexibilização nas relações de trabalho, como por exemplo as contratações nos hospitais universitários.

A organização do trabalho da assistente social é transversalizada por essas tendências que no cotidiano profissional assumem formas definidoras do sistema capitalista que se valoriza por meio desse trabalho profissional. São racionalidades que se colocam na relação capital e trabalho, disseminadas, aqui em particular, da esfera da produção para a esfera do Estado.

Almeida (1996), ao analisar os meios pelos quais se materializa o trabalho da assistente social, apontou duas questões centrais e indissociáveis: a competência política e teórico-metodológica e a realidade socioinstitucional. A primeira, auxilia na demarcação dos limites e alcances da prática profissional apoiados

num conjunto de habilidades que vão desde o reconhecimento das particularidades do terreno da atuação do Serviço Social e suas implicações político-ocupacionais até o domínio dos recursos técnico-instrumentais mobilizados para analisar e intervir sobre algum aspecto da realidade, como para sistematizar e refletir sobre sua própria prática (ALMEIDA, 1996, p. 40-41).

Já o campo da realidade socioinstitucional, fundida com a competência política e teórico-metodológica, determina a amplitude da eficácia profissional. Esse campo

por ser demarcado por elementos estruturais exige tratamento rigoroso a partir de procedimentos investigativos que tenham como objeto a prática da assistente social. Para o autor, seguindo essa perspectiva, possibilita discutir os processos de gerência e organização do processo de trabalho do Serviço Social, com sua maior ou menor autonomia, bem como fazer as mediações relativas “ao processo de inscrição, no setor de serviços, das formas de gerência científica originárias da esfera produtiva, e que, hoje, colocam novas requisições ao Serviço Social” (ALMEIDA, 1996, p. 42-43).

Esse movimento do capital que, no contexto econômico e social dos anos 1990, impacta a assistente social trabalhadora, as políticas sociais que medeiam a intervenção profissional e o seu trabalho devido às profundas transformações no mundo do trabalho que se fizeram sentir no Brasil determinadas pela reestruturação produtiva no contexto neoliberal e de contrarreforma do Estado, a partir do seu reordenamento econômico do capital com objetivo de acréscimo de lucros, contraditoriamente, também redefine a identidade da profissão de Serviço Social, reafirmando o projeto profissional dos anos 1980 a partir do significado social da profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho acompanhado de ações estratégicas no campo teórico, político e jurídico profissional, elementos constitutivos desse projeto profissional<sup>32</sup>.

Ou seja, um conjunto de ações concretas condizentes a um tipo de sociedade que atendesse (e atenda) aos interesses coletivos, universais diante da necessidade de respostas que a profissão precisava construir no âmbito da formação e do exercício profissional, frente aos novos padrões de acumulação do capital, se considerarmos a necessidade de redimensionar formas de pensar/refletir o caráter investigativo e interventivo da profissão de Serviço Social inserida nas relações sociais capitalistas entre as classes sociais e o Estado mesmo que diante de um processo de contrarreformas realizadas na esfera estatal, nas políticas sociais, na gestão e controle da trabalhadora, assistente social, assalariada.

---

<sup>32</sup> O Serviço Social brasileiro experimentou no âmbito teórico, a ampliação de Programas de Pós-Graduação, consolidação da produção de conhecimento na área do Serviço Social; na dimensão política, houve a organização política da categoria e fortalecimento das entidades representativas, como o conjunto Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)/Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS), a Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e a Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO); e na esfera jurídica profissional, o Código de Ética de 1993 (BRASIL, 1993) e a Lei de Regulamentação da Profissão n.º 8.662 de 1993 (BRASIL, 1993).

Para tanto, os instrumentos de subsídios à ação profissional direcionados para a equidade e justiça social conduzem as competências e atribuições privativas de assistentes sociais de forma a atender aos interesses coletivos na perspectiva defendida pela direção social da profissão de Serviço Social.

Todavia, frente às mudanças engendradas desde os anos 1990 que impactam a educação superior brasileira – no processo de reestruturação da produção, a educação assume um lugar de destaque por privilegiar a acumulação do capital e esvazia a função social da universidade como produtora de conhecimento necessário para a vida em sociedade – as competências e atribuições técnico-operativas da assistente social, previstas na Lei de Regulamentação da Profissão n.º 8.662 de 1993 (CFESS, 1993), são colocadas em xeque.

Considerando o recorte do nosso estudo contextualizado na esfera do Estado subsumido a uma lógica gerencial combinada ao capital, destacamos algumas competências e atribuições profissionais realizadas, também, nesse âmbito estatal.

Sobre as competências:

- 1) Elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta [...];
- 2) Planejar, organizar e administrar benefícios e serviços sociais;
- 3) Prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta [...];
- 4) Realizar estudos socio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta [...] (CFESS, 1993, p.24).

Vimos que o núcleo estratégico do Estado brasileiro composto pelos poderes legislativo, judiciário e executivo exercem, de forma articulada, funções correspondentes à lógica da administração pública burocrática e gerencial com inflexões na política educacional superior (serviço não exclusivo do Estado ou serviço competitivo) e, por conseguinte, na gestão e no controle da força de trabalho atuante nessa política, tendo em vista que nesse núcleo está a base necessária para favorecer ao capital, não sendo coincidência este núcleo ser definido como estratégico. Esse conjunto de medidas projetadas pelo capital e adotadas/mediadas pelo Estado no campo estrutural/institucional, permite-nos afirmar que as competências profissionais da assistente social assalariada sofrem daquelas mesmas inflexões.

Ou seja, se compete à assistente social a elaboração, implementação, execução, avaliação de políticas sociais; planejamento, organização e administração de benefícios e serviços sociais, bem como a realização de estudos socio-econômicos para viabilização de benefícios e serviços para estudantes universitários; e a

prestação de assessoria e consultoria à universidade, essas competências (planejamento, elaboração, avaliação) para além de já serem definidas pelo próprio Estado expressas nas normativas, leis, decretos, planos relativos à educação superior, tornam-se algozes as estudantes que necessitam de ações abrangentes (benefícios e serviços) voltadas para a permanência e conclusão no/do ensino superior crítico, possibilitando a essas usuárias, o estabelecimento de vínculos com a realidade social, mas cujos meios (recursos financeiros, materiais e humanos) e instrumentos de trabalho necessários para a realização desse trabalho da assistente social, pertencem ao Estado.

Já em relação às atribuições privativas:

- 1) Coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;
- 2) Planejar, organizar e administrar programas e projetos em Unidade de Serviço Social;
- 3) Assessoria e consultoria a órgãos da Administração Pública direta e indireta [...] em matéria de Serviço Social;
- 4) Treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiários de Serviço Social;
- 5) Dirigir serviços técnicos de Serviço Social em entidades públicas [...] (CFESS, 1993, p. 24-25).

Essas ações privativas da assistente social, de igual modo sofrem impactos ao serem atravessadas por novas exigências e requisições imbuídas de: burocracia que transforma o trabalho especializado em trabalho simples; multifuncionalidade favorecida pela redução de concursos públicos e até extinção de cargos; comportamento adequado com objetivo de adesão da assistente social à produtividade e metas institucionais sob discurso da eficácia, eficiência e resultados; racionalização do trabalho ao definir as tarefas prioritárias; pressões para cumprimento de prazos; e a crescente informatização do trabalho que, segundo Raichellis (2011), propicia uma atividade mecânica, repetitiva em detrimento da reflexão e criatividade, e intensifica os processos de trabalho, produz efeito mais controlador e quantifica as tarefas realizadas.

O grande capital – na tentativa de ampliar para toda a sociedade, a hegemonia nascida na fábrica – requer e demanda um conjunto de intervenções sócio-institucionais que reatualizem as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital. Estas intervenções apontam para ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política da subalternidade dos trabalhadores (MOTA e AMARAL, 2000, p. 39).

E somados a esses processos, pressupomos a tendência de considerar o Serviço Social tradicional que conserva uma prática profissional incapaz de apreender

a realidade numa perspectiva de totalidade e devolver e imprimir àquela prática profissional esta realidade pensada criticamente.

De forma estrutural, o trabalho e as condições em que ele se realiza na sociedade burguesa capitalista sempre trouxe implicações que incidem na força de trabalho, dentre as quais, não possuir poder de fazer escolhas e a destituição dos meios e instrumentos de trabalho. Todavia, esse trabalho e suas condicionalidades, foram alterados, flexibilizados em escala mundial. E como desdobramento, para além da autonomia da assistente social ser relativa – ao não definir suas ações a partir da sua projeção nem o modo de como pretende desenvolvê-las para se alcançar seus resultados – estão postos para a assistente social novas requisições, habilidades, competências e atribuições profissionais. E isso, porque trata-se de trabalho realizado por assistentes sociais trabalhadoras que vendem sua força de trabalho evidenciada na relação de assalariamento na sociedade capitalista.

Mas por outro lado, apesar da autonomia relativa da assistente social na realização do seu trabalho indicar o cerceamento como parte da lógica geral do sistema capitalista, também contribui para uma direção reivindicada pela categoria profissional de Serviço Social que para ter valor de uso social se redimensionou/renovou e criou estratégias para manter a indissociabilidade entre as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa legitimada por diretrizes, normativas, resoluções, Código de Ética Profissional, lei que regulamenta a profissão e o projeto ético-político profissional consolidado nos anos 1990 que reúne nos três elementos – que aqui podemos denominar de núcleo estratégico do Serviço Social – um aparato jurídico-legal que permite o planejamento e execução do trabalho profissional, ainda que visto como uma projeção (BRAZ, 1993):

I. dimensão jurídico-política da profissão composta por um aparato político-jurídico da categoria – Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética Profissional – e a Constituição de 1988 que contribui no sentido de viabilizar direitos através das políticas sociais que são mediações para planejamento e execução do trabalho;

II. dimensão político-organizativa da profissão formada pelas entidades representativas da profissão – Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), Conselhos Regionais de Serviço Social (CRESS's), Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), Centros e Diretórios Acadêmicos das escolas de Serviço Social (CA's e DA's) e Executiva Nacional de Estudantes de

Serviço Social (ENESSO) que deliberam, de forma coletiva com a categoria, normativas, políticas, resoluções que orientam a execução do trabalho profissional; e

III. dimensão da produção de conhecimentos no interior do Serviço Social, afinada ao pensamento social crítico, que envolve processos reflexivos daquela execução profissional como também os especulativos e prospectivos.

Esses elementos são respostas da categoria profissional de Serviço Social no enfrentamento aos novos ditames do capital diante da sua crise e a necessidade de superá-la. Importante ressaltar que esses avanços da profissão, tanto no campo da projeção quanto no da materialização, alarga a ação profissional ao ampliar, nas esferas estatais ou não, frentes de atuação profissional nas áreas de planejamento, elaboração, organização, administração, avaliação, assessoria e consultoria, cujos objetivos que se pretende alcançar caminham na direção de um resultado final do trabalho condizente aos interesses coletivos e universais no sentido da riqueza socialmente produzida ser também socialmente apropriada, ou seja, imprimindo a direção social hegemônica da profissão de Serviço Social.

A seguir, considerando o foco do nosso estudo, analisaremos as documentações relacionadas ao estágio supervisionado em Serviço Social, evidenciando aquelas respostas da categoria profissional frente ao fenômeno da reestruturação do modo de produção capitalista e a contrarreforma do Estado, para então se pensar o trabalho da assistente social nas Coordenações de Estágio em Serviço Social de universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro.

## **2.2 Estágio em serviço social: precedentes ao trabalho da assistente social nas coordenações de estágio**

Um marco importante e fundamental no Serviço Social diz respeito às Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, de 1996 (ABEPSS,1996), produto de um amplo e sistemático debate realizado pelas unidades de Ensino em conjunto com a Associação Brasileira de Ensino e Serviço Social (ABESS), Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço

Social (CEDEPSS)<sup>33</sup>, Conselho Federal de Serviço Social e Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social (ENESSO), a partir de 1994, quando a XXVIII Convenção Nacional da Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social/ABESS, ocorrida em 1993, deliberou sobre os encaminhamentos da revisão do Currículo Mínimo vigente desde 1982<sup>34</sup>.

Vale destacar que esses debates foram realizados nos anos 1990, em um contexto de reestruturação produtiva e contrarreforma do Estado com impactos na formação profissional em Serviço Social expressos na descaracterização das Diretrizes Curriculares da ABEPSS propostas ao Conselho Nacional de Educação (CNE).

*É de suma importância registrar e denunciar que a forma final assumida pelas diretrizes curriculares no texto legal, ao serem homologadas em 04/07/2001 pelo Ministério da Educação e do Desporto (MEC), sofreu uma forte descaracterização tanto na sua direção social, quanto na base dos conhecimentos e habilidades considerados essenciais ao desempenho profissional do assistente social. Esses elementos, exaustivamente debatidos pelo conjunto das unidades de ensino, pelas entidades representativas da categoria e referendados pela Comissão de Especialistas do MEC - da qual a autora foi membro -, sofreram cortes que comprometem o projeto original proposto ao Conselho Nacional de Educação (CNE). Assim, por exemplo, no*

<sup>33</sup> Desde 1998 denominada Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. No mesmo ano, o Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social junto com a ABESS, transformou-se em ABEPSS.

<sup>34</sup> Em uma primeira etapa, procedeu-se à avaliação dos impasses e tensões que obstaculizavam a formação profissional de qualidade. Com base nesse diagnóstico, foi elaborada e aprovada na XXIX Convenção Nacional da ABESS, 1995, a “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional” composta por pressupostos, diretrizes, metas, núcleos de fundamentação para a nova proposta curricular (ABESS/CEDEPSS, 1997). Disponível na Revista Serviço Social & Sociedade nº 50, Ano XVII, abril, 1996, p. 143-171. E a continuidade deste trabalho coletivo, através da realização das oficinas com a assessoria de um grupo de consultores em 1996, conduziu a elaboração de um segundo documento intitulado “Proposta Básica para o Projeto de Formação Profissional: Novos Subsídios para o Debate. Disponível em Cadernos ABESS, nº 7, 1997, p. 15-57. O objetivo a ser alcançado por esse documento era de maior explicitação e aprofundamento em torno de alguns pontos centrais: compreensão da questão social, o desenvolvimento do núcleo de fundamentação do trabalho profissional, (era o foco privilegiado naquele momento, o que não significa dizer que ele se autonomiza dos outros dois núcleos, pois os três estão articulados) e trazer o debate sobre a universidade brasileira (crise e possibilidades) para o centro do processo de revisão do currículo mínimo. Também foi elaborada pela diretoria da ABESS, com representantes da ENESSO e do CFESS, grupo de consultores de Serviço Social e consultoria pedagógica a “Proposta Nacional de Currículo Mínimo para o curso de Serviço Social”, resultado de seis documentos referentes às proposições das unidades de ensino (ABESS/CEDEPSS, 1997). No processo de revisão do Currículo Mínimo de 1982, essas Diretrizes Curriculares apontaram, de forma articulada, como pressupostos norteadores da concepção de formação profissional, o Serviço Social como profissão que se particulariza nas relações sociais capitalistas de produção e reprodução da vida social, interventiva por ter como fundamento básico a questão social resultante das contradições do capitalismo, agravada pelos processos de reestruturação produtiva e neoliberalismo no Brasil, determinados pelo capital e com implicações no processo de trabalho do Serviço Social (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).



*perfil do bacharel em Serviço Social constava “profissional comprometido com os valores e princípios norteadores do Código de Ética do Assistente Social”, o que foi retirado e substituído por “utilização dos recursos da informática”. Na definição das competências e habilidades, a definição do direcionamento teórico-metodológico e histórico para a análise dos processos sociais e da sociedade brasileira foram suprimidos. Assim, consta no projeto original encaminhado ao CNE que a formação profissional deve viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política, como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas com vistas à: apreensão crítica dos processos sociais na sua totalidade; análise do movimento histórico da sociedade brasileira, apreendendo as particularidades do desenvolvimento do capitalismo no país. Tais objetivos supra destacados foram simplesmente eliminados do texto legal. E os tópicos de estudos foram totalmente banidos do texto oficial para todas as especialidades. Eles consubstanciavam o detalhamento dos conteúdos curriculares anunciados nos três núcleos de fundamentação, que compõem a organização curricular: núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social; núcleo de formação sócio histórica da sociedade brasileira e núcleo de fundamentos do trabalho profissional. Esse corte significa, na prática, a impossibilidade de se garantir um conteúdo básico comum à formação profissional no país, mais além dos três núcleos organizadores da estrutura curricular. O conteúdo da formação passa a ser submetido à livre iniciativa das unidades de ensino, públicas e privadas, desde que preservados os referidos núcleos. Esta total flexibilização da formação acadêmico-profissional, que se expressa no estatuto legal, é condizente com os princípios liberais que vêm presidindo a orientação para o ensino superior, estimulando a sua privatização e submetendo-o aos ditames da lógica do mercado. Este é um forte desafio à construção do projeto ético-político do Serviço Social. A sua materialização na formação universitária exige um especial empenho coletivo das unidades de ensino e entidades da categoria — especialmente o protagonismo da ABEPSS e da Comissão de Especialistas em Serviço Social na SESU-MEC- no sentido de garantir, pela via política da organização, a preservação e implementação do projeto original, impulsionando a luta pela hegemonia no nível teórico e acadêmico do Serviço Social. Nesse contexto é fundamental o acompanhamento e assessoria ao processo de implantação das diretrizes curriculares nas unidades de ensino, uma vez que o texto legal ficou inteiramente omissivo no que se refere ao detalhamento do conteúdo proposto (IAMAMOTO, 2012, p. 43).*

Ambos documentos (LDBEN e as Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social do Conselho Nacional de Educação) foram efetivados pelo Estado, orientados por organismos multilaterais, determinados pelo capital, munidos de aparato legal como medida de garantir as respectivas implementações através das instituições educacionais, como condição para funcionamento das mesmas.

O estágio supervisionado em Serviço Social foi mantido sem alterações pelo CNE/CES nº 492/2001, consubstanciado na Resolução CNE/CES nº 15/2002

O Estágio Supervisionado é uma atividade curricular obrigatória que se configura a partir da inserção do aluno no espaço socioinstitucional, objetivando capacitá-lo para o exercício profissional, o que pressupõe supervisão sistemática. Esta supervisão será feita conjuntamente por professor supervisor e por profissional do campo, com base em planos de estágio elaborados em conjunto pelas unidades de ensino e organizações que oferecem estágio (BRASIL, 2001, p.14.)

Contudo, Ortiz (2013) aponta que a homologação das Diretrizes Curriculares pelo MEC ao suprimir vários aspectos importantes da proposta original das Diretrizes da ABEPSS, tem-se a exclusão da supervisão direta de estágio do rol de competências e habilidades da assistente social. Para a autora, à medida que essa habilidade foi suprimida, não há, desse modo, a exigência, a partir das Diretrizes do MEC, de formarmos assistentes sociais para exercerem a supervisão. Ou seja, ficará a cargo das próprias UFAs identificarem ou não essa necessidade, o que tende a agravar ainda mais o processo de supervisão acadêmica e de campo, em médio prazo.

Tal medida induz-nos a pensar sobre a preservação da qualidade do estágio em Serviço Social. Todavia, se o ensino da prática é parte constituinte da formação profissional, a qual foi alterada pela lógica capitalista através das Diretrizes Curriculares do curso de Serviço Social do Conselho Nacional de Educação, o estágio em Serviço Social, de igual modo, sofre os impactos dessa lógica, bem como devido aos outros determinantes postos nos espaços sócio-ocupacionais de atuação da assistente social onde o estágio é realizado.

O estágio em Serviço Social exige a apreensão constante da totalidade e o fortalecimento dos princípios ético e político da profissão, pois, primeiro, reconhecer os campos de estágio como espaço de formação implica enfrentar o desafio para sua materialidade *in loco* tensionado pelas determinações do mercado que tendem à substituição de um projeto formativo crítico por outro tecnicista para atender seus interesses. E segundo, pela defesa da natureza pedagógica do estágio com seu caráter sócio-histórico e político, em consonância com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), fundamentado em três núcleos interdependentes: a) o da vida social; b) o da formação sócio-histórica da sociedade brasileira; c) o do trabalho profissional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL, 1996).

O estágio supervisionado tem um caráter sócio-histórico e político se considerarmos que a formação profissional em Serviço Social, em consonância com as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), fundamenta-se naqueles três núcleos interdependentes. Trata-se de um projeto formativo que tem como perspectiva “assentar o ensino-aprendizado na

dinâmica da vida social e posicionar o profissional na realidade socioinstitucional” (KOIKE, 2009, p. 15).

Esses núcleos foram absorvidos pela Resolução do CNE, mas alterados por meio de cortes realizados na explicitação do significado dos dois primeiros núcleos – reafirma-se aqui os impactos no estágio em Serviço Social como parte constituinte da formação profissional.

Desse modo, do núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social:

[...] compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório (MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999, p. 3).

Suprimiu-se [...] enquanto totalidade histórica, fornecendo os componentes fundamentais para a compreensão da sociedade burguesa, em seu movimento contraditório (MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999, p. 3).

O núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira:

[...] remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais. Compreende ainda a análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório, no bojo das relações entre as classes e destas com o Estado, abrangendo as dinâmicas institucionais nas esferas estatal e privada (MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, 1999, p. 3-4).

Pela Resolução do CNE, permaneceu apenas a primeira parte dessa citação: “[...] remete à compreensão dessa sociedade, resguardando as características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais” (BRASIL, 2002, p. 2). A parte referente à análise do significado do Serviço Social em seu caráter contraditório foi suprimida.

Evidencia-se que a articulação do conteúdo das Diretrizes Curriculares homologadas pelo MEC com a transformação estrutural capitalista, é a condição para serem implementadas. Significa dizer que essas Diretrizes são parte de um processo de uma educação que prepara para obedecer ao instituído em detrimento ao pensamento crítico potencialmente descortinador da lógica capitalista, acirrada pela necessidade desse capital em superar sua crise e acumular cada vez mais, desdobrando-se em mudanças no mundo do trabalho e na contrarreforma do Estado.

Mas na contramão, o preconizado pela Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social, previsto nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS em consonância ao Código de Ética Profissional, à Lei de Regulamentação da Profissão e ao projeto ético-político da profissão, têm orientado currículos plenos de unidades públicas de ensino, acompanhadas de relativa autonomia, como enfrentamento as determinações legais das Diretrizes Curriculares homologadas pelo Conselho Nacional de Educação (2001) que obedecem à lógica do capital ao legalizarem medidas que devem ser adotadas pelas instituições de ensino superior como condição para autorização de funcionamento, seguido de reconhecimento pelo Ministério da Educação.

Segundo Iamamoto (2012), as Diretrizes Curriculares elevam, de forma inédita, o exercício profissional a uma posição de centralidade no processo de formação ao ser tratado teoricamente sob o ângulo dos processos e relações de trabalho em que se realiza, articulando a análise teórica sobre a profissão e as particulares condições sociais de sua efetivação no mercado de trabalho.

Para além das medidas governamentais abordadas que rebatem no processo formativo profissional, destacamos a modalidade do estágio supervisionado curricular não obrigatório. A lei nº 11.788, que dispõe sobre o estágio de estudante (BRASIL, 2008), ao prever o estágio não obrigatório, apresenta-o com uma atividade opcional, sendo compulsória a concessão de bolsa, ou outra forma de contraprestação, e auxílio transporte a estudante.

Diante da possibilidade de incorrer no risco de transformar essa atividade educacional em atividade que visa atender aos interesses do mercado, uma vez que opcional e remunerada, a Resolução do Conselho Federal de Serviço Social nº 533 que regulamenta a supervisão direta de estágio em Serviço Social como uma atividade privativa da assistente social (CFESS, 2008) afirma que essa modalidade de estágio não obrigatório deverá ocorrer nas condições definidas na Lei nº 11.788, mas também nas condições definidas naquela Resolução, reforçada pela Política Nacional de Estágio PNE/ABEPSS (ABEPSS, 2010) quando das exigências para a realização de estágio em Serviço Social nessa modalidade:

- a) inserção discente em atividades atinentes ao exercício da profissão;
- b) garantia de supervisão acadêmica e de campo;
- c) exigência de relatórios semestrais;
- d) documento comprobatório da carga horária cumprida no campo de estágio;
- e) pre-requisitos ou co-requisitos de disciplinas que abordem conteúdos relacionados a ética profissional e fundamentos histórico-teórico-metodológicos do Serviço Social para a inserção nesta atividade;

- f) a carga horária do estágio não obrigatório não será integralizada como parte das exigências do estágio obrigatório;
- g) o(a) docente responsável pela supervisão destes estágios deverá acompanhar o(a) estagiário(a) por meio de encontros com os(as) estudantes; avaliação das condições éticas e técnicas do campo de estágio e da vinculação das atividades discentes previstas no Termo de Compromisso de Estágio (TCE) ao exercício da profissão Serviço Social; acompanhamento do instrumento comprobatório da frequência no campo; orientação e avaliação dos relatórios elaborados pelo(a) estagiário(a) (ABEPSS, 2010, p. 32).

Cujo objetivo é de:

[...] garantir que a experiência do estágio supervisionado curricular não obrigatório seja apropriada pelos estudantes para a melhoria de suas habilidades, capacidades e conhecimentos, nos níveis teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, e não aproveitada como mecanismo de contratação precária de força de trabalho semi-especializada, menos ainda como substituto à ausência de uma política universitária de assistência estudantil (ABEPSS, 2010, p. 28).

Hillesheim (2016) ao refletir sobre a relação entre estágio e flexibilização do trabalho, ressaltou as vantagens econômicas presentes nas relações contratuais entre estagiário e partes concedentes de estágio – verificadas nos convênios e termos de compromisso de estágio munidas de obrigações e direitos no fato do estagiário estar sujeito às determinações, ao comando e ao controle da parte que o contrata – seja por dispor de mão de obra que se assemelha aos trabalhadores, ratificando a supremacia do mercado em detrimento à dimensão pedagógica do estágio seja pela oferta de benefícios às partes concedentes, onde não são devidos encargos sociais, trabalhistas e previdenciários o que equivale a um custo menor aos contratantes.

As Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social/ABEPSS, a Resolução nº 533/2008 e a PNE/ABEPSS, apesar de não serem constituídas de amparo legal, indicam a observância das disposições contidas na lei que regulamenta a profissão e no Código de Ética profissional da assistente social, bem como expressam a ação política da categoria por meio das entidades representativas da profissão, fundamentada em uma dimensão também teórico-metodológica crítica para intervir na realidade social capitalista. Um conjunto de aparato jurídico-legal e interventivo, essencial a um modelo societário que atenda a interesses universalizantes.

Vale destacar ainda que, nos tempos atuais de ensino remoto emergencial, devido à pandemia do novo coronavírus - COVID-19, a Portaria MEC nº 544, de 16 de junho de 2020, expedida pelo Ministério da Educação, prevê a substituição de aulas presenciais por aulas através de meios digitais, bem como a aplicação dessa

substituição para a realização de atividades de estágio, conforme definido no parágrafo 3º do artigo 1º, desde que obedecidas às Diretrizes Nacionais Curriculares aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação<sup>35</sup>. Uma normativa que, em conjunto com as Diretrizes do MEC, contraria as definições das entidades representativas da profissão de Serviço Social que têm como competências regulamentar a supervisão de estágio e intervir nas questões relativas ao estágio em consonância com as normas específicas e lei que regulamenta a profissão.

A Resolução nº 533 estabeleceu no art. 4º, parágrafo 1º, que a supervisão direta de estágio requer “atividade de aprendizado desenvolvida pelo aluno no campo de estágio, sob o acompanhamento direto do supervisor de campo e a orientação e avaliação [...] pelo supervisor vinculado à instituição de ensino” (CFESS, 2008, p. 4). Nessa mesma normativa, no art. 2º, parágrafo único, a instituição campo de estágio, para além de assegurar outros requisitos básicos, deve dispor de “supervisor de campo para acompanhamento presencial da atividade de aprendizagem” (CFESS, 2008, p. 3).

A PNE/ABEPSS estabelece que o estágio supervisionado curricular obrigatório e não-obrigatório, “caracteriza-se pela atividade teórico-prática, efetivada por meio da inserção da estudante nos espaços sócio-institucionais nos quais trabalham as assistentes sociais” (ABEPSS, 2010, p. 14).

Todos os atos profissionais, dentre eles a supervisão de estágio, estão submetidos à lei que regulamenta a profissão, às normas expedidas pelo Cfess e Cress, especialmente, aquelas de natureza ética, uma construção social que resulta da escolha por um processo coletivo de autoconstrução de normas, derivadas de valores humanistas e emancipatórios. Assistentes sociais devem traduzir em sua atuação a cultura profissional, portanto, deixar de ter autonomia profissional não é uma escolha individual, pois, as normativas profissionais devem ser seguidas, independente de quem seja o demandante das funções profissionais, nos espaços sócio-ocupacionais, pois, é da responsabilidade individual de profissionais zelar por ela (CFESS, 2021, p. 6).

Ou seja, mesmo em um cenário cujas exigências de adoção de medidas protetivas para enfrentamento à pandemia do novo coronavírus - COVID-19 são fundamentais em defesa da vida humana, e em sentido contrário, as pressões impostas pelo sistema capitalista em defesa do lucro e as reações de estudantes determinadas por essa lógica de acumulação do capital expressas na necessidade de

---

<sup>35</sup> O período referente à autorização dessa substituição está previsto para vigorar até enquanto permanecer a pandemia do novo coronavírus – Covid-19, apesar da data estabelecida de até 31 de dezembro de 2020, conforme parágrafo 1º do art. 1º.

conclusão do curso e inserção no mercado de trabalho por questões, sobretudo, objetivas de sobrevivência, e portanto a flexibilização de estágio de forma remota, o compromisso ético-político profissional deve permanecer assegurado.

### **2.3 Coordenação de Estágio em serviço social e perfil profissional**

Vimos que, a partir dos anos 1990, a categoria do Serviço Social vem avançando na defesa e luta por uma formação profissional de qualidade frente às estratégias do capital relacionadas aos fenômenos da reestruturação produtiva e neoliberalismo para superar sua crise. E, com base no resultado da nossa pesquisa, constatamos que uma das propostas que expressam esse posicionamento da categoria refere-se à atuação da assistente social nas Coordenações de Estágio de Serviço Social. Destacamos, inclusive, a ratificação dessa proposta pela categoria profissional no relatório do projeto ABEPSS Itinerante “O estágio supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas”, em 2014, onde foram indicadas estratégias para o enfrentamento aos desafios presentes no processo do estágio supervisionado em Serviço Social, dentre as quais está a defesa de garantir a presença de trabalhadoras técnicas [assistentes sociais] nas Coordenações de Estágio, sendo esta responsabilidade das unidades acadêmicas de formação (TEIXEIRA; AQUINO; GURGEL, 2016, p.414).

Contudo, antes de abordarmos sobre a inserção da assistente social na Coordenação de Estágio em Serviço Social, faremos um breve resgate histórico da criação desse setor de cada Unidade de ensino em Serviço Social pesquisada, bem como sua estrutura e composição atual e perfil das informantes da pesquisa<sup>36</sup>.

Conforme visto na introdução dessa dissertação, a coleta dos dados exigiu bastante da pesquisadora, mas trouxe contribuições importantes, como veremos a partir de agora.

---

<sup>36</sup> Conforme assegurada no Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), a não identificação das instituições e das informantes nos resultados da pesquisa, cada Unidade e as 10 (dez) profissionais participantes da pesquisa serão identificadas através de algarismos da seguinte forma: Unidades 1, 2, 3 e 4 e informantes representadas por algarismos sequenciais adicionados ao número da Unidade que atua profissionalmente, isto é, 11 e 12; 21, 22, 23 e 24; 31 e 32; 41 e 42. Consideramos essa codificação boa para termos melhor abordagem das características das Unidades e contribui para melhor identificar à qual Unidade as entrevistadas estão vinculadas.

Com base em pesquisa documental, o curso de Serviço Social da Unidade 1, foi criado na década de 40, século XX, sendo considerada uma das primeiras Unidade de formação pública no estado do Rio de Janeiro, com referencial teórico funcionalista, vertentes tecnicistas com ênfase na dimensão técnico-operacional sob a tríade Serviço Social de Caso, Grupo e Comunidade. Entretanto, diferentemente de outros cursos de Serviço Social a época, e da própria origem da profissão, esse curso não estava atrelado à Igreja Católica com forte influência na formação de assistentes sociais, a partir dos anos 1930, no processo de institucionalização do Serviço Social no Brasil<sup>37</sup>.

Durante muitos anos, esse curso de Serviço Social foi um dos poucos noturno de universidade pública no estado do Rio de Janeiro, mantendo até os dias atuais o horário noturno, favorecendo o acesso da classe trabalhadora à educação superior. Contudo, essa oferta de turno, também trouxe impactos ao processo de estágio das estudantes dessa Unidade, o que fez com que, durante principalmente os anos 1990, houvesse um investimento em implementação de projetos e programas de extensão universitária que pudessem oferecer estágio.

Em relação ao estágio em Serviço Social, identificamos nessa Unidade que a criação do setor da Coordenação de Estágio ocorreu no processo de redemocratização no país, anos 1980, considerado como um momento de imprimir novos contornos pedagógicos, políticos e administrativos a essa Unidade. A constituição desse setor articulou-se à necessidade de refletir e encaminhar uma política de estágio em consonância com as Diretrizes Curriculares de Serviço Social. Destaca-se que o processo de revisões curriculares dessa Unidade acadêmica serviu de base para elaboração das Diretrizes Curriculares do Serviço Social no Brasil nos anos 1990, considerada a primeira Unidade a sistematizar produção teórica sobre a categoria processo de trabalho fundamentada na teoria social marxista.

Em um primeiro momento, a Coordenação de Estágio estava vinculada ao Departamento de Prática, que após revisão curricular foi substituído pelos Departamento de Fundamentos Teórico-Práticos do Serviço Social e Departamento de Política Social, responsáveis pela oferta de duas disciplinas de estágio supervisionado. No segundo momento, a Coordenação de Estágio passou a ser vinculada à Direção da Unidade, todavia, em diálogo permanente com esses

---

<sup>37</sup> Ver Iamamoto e Carvalho, 2003.



Departamentos, bem como em diálogo com a Coordenação de Curso de Graduação de Serviço Social para realização de ações de planejamento, tomada de decisões e avaliação acerca da formação profissional em Serviço Social.

Entretanto, devido ao não reconhecimento institucional do setor da Coordenação de Estágio como instância de gestão, a estratégia da Unidade acadêmica foi então propor à Universidade, na primeira década dos anos 2000, a junção entre o Núcleo de Extensão – previsto em normativa – e a Coordenação de Estágio, com retorno favorável.

O curso de graduação em Serviço Social da Unidade 2, teve origem nos anos 30, no Curso de Preparação em Trabalho Social da Escola de Enfermagem dessa mesma Universidade. Contudo, na década de 60, foi então criada a Unidade acadêmica de Serviço Social e no final dos anos 1980, o setor da Coordenação de Estágio já existente, ganha estrutura.

Nos anos 1990, o curso passou a ofertar vagas no turno noturno para atender às demandas de estudantes trabalhadoras. Uma ação pioneira na Universidade e considerada importante diante da possibilidade de viabilizar o acesso desse segmento ao ensino superior.

Em 2010, o curso passou por um processo de ampliação das vagas, nos dois turnos. De igual modo, a ampliação de vagas no turno noturno para atender as estudantes trabalhadoras, trouxe implicações no processo de captação de vagas de estágio aos finais de semana devido à restrição de tempo por parte da estudante para realização de estágio durante a semana, somada a concorrência de vagas de estágio com o surgimento de inúmeras instituições privadas de ensino que oferecem cursos de Serviço Social no estado do Rio de Janeiro. Recentemente, a Unidade também passou a ofertar disciplinas no turno vespertino em atendimento a demanda de estudantes trabalhadoras e de outros, com situações específicas, quando iniciaram o estágio devido à dificuldade de organizar a grade horária.

Na Unidade 3, também com base em registros, identificamos que a criação do curso de graduação de Serviço Social foi na década de 40<sup>38</sup>. Apesar da forte influência

---

<sup>38</sup> Essa Unidade foi criada pelo Decreto Estadual 1.397 de 06 de julho de 1945, federalizada através da Lei nº 3.848 de 18 de dezembro de 1960 e incorporada a então Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UFERJ). Através da Lei nº 4.831, de 5 de novembro de 1965, essa Universidade passou a ter outra nomenclatura.

do discurso católico, essa Unidade assumiu desde o início, uma identidade assentada no Poder Público, mais especificamente na extinta Legião Brasileira de Assistência.

Essa Unidade foi uma das primeiras no estado do Rio de Janeiro a realizar revisão curricular (1982), seguindo as Diretrizes da então Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social (ABESS, 1982). E no final dos anos 1990, foi uma das primeiras Unidades a implantar novo currículo em consonância as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (ABEPSS, 1996) – observado a LDB (BRASIL, 1996) e em conformidade com as Diretrizes Curriculares do MEC – com mobilização de docentes e discentes, intercâmbio com profissionais e experiências de outras unidades de ensino, e entidades da categoria profissional.

Até o ano 1997, as demandas relativas ao estágio ficavam sob a responsabilidade dos setores da Direção e Coordenação de Curso de Graduação dessa Unidade acadêmica. No ano seguinte (1998), durante o processo para implementação do novo currículo (1999) orientado pelas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, foi criada a Coordenação de Estágio. No início dos anos 2000, o curso de Serviço Social deixou de ser integral e passou a ofertar vagas em dois turnos (vespertino e noturno), o que possibilitou o acesso de estudantes trabalhadoras ao ensino superior gratuito e de qualidade, ainda que com implicações para/na realização do estágio supervisionado.

Por fim, a criação da Unidade 4, no estado do Rio de Janeiro, é mais recente, final dos anos 2000, com início de suas atividades no ano seguinte, pautadas nas discussões mais recentes da categoria profissional, com apoio do CRESS-RJ e da ABEPSS.

A proposta da criação do curso de graduação de Serviço Social fez parte do processo de expansão da Universidade, concebida pelo Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), de abertura e ampliação de vagas no turno noturno, sendo essa inclusive uma das diretrizes do REUNI. Mas, essa Unidade também emerge como expressão da agenda política definida no XII Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, bem como do compromisso das assistentes sociais dessa Universidade, inclusive da assistente social que compõe atualmente a equipe da Coordenação de Estágio. O Serviço Social na Universidade se faz presente desde a sua fundação, final dos anos 1970<sup>39</sup>, nas

---

<sup>39</sup> De acordo com os dados, a Universidade foi criada em 5 de junho de 1979, regulamentada pela Lei 6.655, originária da Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado da Guanabara (FEFIEG),

áreas da Administração Central, mais especificamente no Departamento de Recursos Humanos, da Saúde e da Assistência Estudantil.

A primeira iniciativa de criação da Coordenação de Estágio nessa Unidade foi após a chegada da primeira turma, mas não se concretizou devido a questões internas. Posteriormente, em 2015, foi criada a Coordenação de Estágio.

Com exceção de uma Unidade acadêmica de Serviço Social que está vinculada à Coordenação de Graduação de Curso de Serviço Social, todas as demais coordenações de estágio estão vinculadas à Direção das respectivas Unidades. Ressalta-se que em uma destas, a Coordenação de Estágio se articula com a Coordenação de Curso de Graduação dada a natureza do estágio e a realização de ações compartilhadas.

Com base nas informações prestadas pelas participantes da pesquisa e que se complementam, uma destas Unidades acadêmicas, é uma das poucas que possui Coordenação de Estágio, tendo em vista que na compreensão da Universidade não há necessidade de institucionalizar uma coordenação para atender ao estágio acadêmico nos cursos de graduação ainda que previsto nos seus respectivos projetos pedagógicos. Essa Universidade reconhece apenas as Coordenações de Graduação e os Núcleos de Extensão de cada unidade acadêmica. E foi devido a esse não reconhecimento, que também ocorreu a junção das Coordenações de Estágio e Extensão. Nas outras três Unidades pesquisadas, a situação é a mesma. Todavia, apesar do não reconhecimento do órgão a que se vinculam as Coordenações de Estágio, está previsto nas Resoluções internas de duas Universidades, a Coordenação de Estágio enquanto instância também responsável pelas questões relativas ao estágio. Uma particularidade não prevista na outra instituição de ensino, tendo em vista a possibilidade apenas de indicação de docente para cargo de coordenadora de estágio<sup>40</sup>.

Em relação à composição de cada espaço sócio-ocupacional, temos:

---

criada em 1969. Em 1975, com a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, passou a denominar-se Federação das Escolas Federais Isoladas do Estado do Rio de Janeiro (FEFIERJ).

<sup>40</sup> Três das Unidades pesquisadas possuem Resoluções específicas. Contudo, somente duas, fazem menção às respectivas Coordenações de Estágio: Resolução Conselho de Ensino de Graduação (CEG) aprovada em 17 de dezembro de 2008 e Resolução nº 3872 de 01 de março de 2012.

- equipe composta por 6 profissionais, distribuídas nos seguintes cargos funcionais: 3 coordenadoras (1 assistente social e 2 docentes), 1 assistente social e 2 assistentes administrativos;
- equipe composta por 5 profissionais, distribuídas nos seguintes cargos funcionais: 3 assistentes sociais (uma destas também atua como coordenadora), 1 docente/coordenadora e 1 assistente administrativo;
- equipe composta por 4 profissionais, distribuídas nos seguintes cargos funcionais: 2 coordenadoras (docentes), 2 assistentes sociais. Duas assistentes administrativas para além de atenderem demandas da Coordenação de Curso de Graduação também respondem demandas da Coordenação de Estágio;
- equipe composta por 2 profissionais, distribuídas nos seguintes cargos funcionais: 1 assistente social e 1 docente.

Das duas entrevistadas (11 e 12) que atuam na mesma Unidade acadêmica (1) a profissional 11 informou que é assistente social, tem 52 anos de idade, com cargo funcional de assistente social na Universidade, mestre em Tecnologia Educacional nas Ciências da Saúde e doutora em Políticas Públicas e Formação Humana. A entrevistada 12, informou que é assistente social, tem 40 anos, com cargo funcional de docente na Universidade, mestre e doutora em Serviço Social, está como coordenadora de estágio desde 2018, compondo duas gestões no período compreendido entre 2018 – 2019 (primeira gestão) e 2020 – 2021 (segunda gestão). E destacou que a permanência por mais tempo na gestão deu-se com base na avaliação das docentes da necessidade de continuidade do trabalho que vem sendo realizado.

Na Unidade 2, a entrevistada 21 informou que é assistente social, tem 36 anos de idade, com cargo funcional de assistente social na Universidade e é mestre em Serviço Social. A informante 22 informou que é assistente social, tem 41 anos de idade, com cargo funcional de assistente social na Universidade, e não possui especialização. A entrevistada 23 informou que é assistente social, possui 39 anos de idade, com cargo funcional também de assistente social na Universidade e mestre em Serviço Social. E a profissional 24 informou que é assistente social, possui 39 anos de idade, com cargo de docente na Universidade, mestre e doutora em Serviço Social e está como coordenadora de estágio desde outubro de 2018, com fim da gestão previsto para 2022.

Em relação à Unidade 3, a entrevistada 31 informou que é assistente social, possui 45 anos de idade, com cargo funcional de docente na Universidade, é mestre e doutora em Serviço Social. A entrevistada 32 também informou que é assistente social, possui 42 anos de idade, com cargo de docente na Universidade, e mestre e doutora em Serviço Social. Ambos profissionais estão como coordenadoras de estágio desde maio de 2021.

Na Unidade 4, duas profissionais (41 e 42) também participaram da pesquisa. A entrevistada 41 informou que é assistente social, tem 54 anos de idade, com cargo funcional de assistente social na Universidade, mestre em Política Social e doutora em Serviço Social. A informante 42 informou que é assistente social, tem 34 anos, com cargo funcional de docente na Universidade, mestre e doutora em Serviço Social e assumiu cargo de coordenadora de estágio em janeiro de 2021.

A partir das discussões que vêm sendo feitas ao longo dessa dissertação e dos dados expostos neste capítulo 2, apresentaremos no capítulo 3, demais resultados da pesquisa que tratam diretamente do nosso objeto de estudo.

### **3 COORDENAÇÃO DE ESTÁGIO EM SERVIÇO SOCIAL COMO ESPAÇO OCUPACIONAL DA ASSISTENTE SOCIAL**

Neste capítulo apresentaremos demais resultados da pesquisa com ênfase na inserção de assistente social nas Coordenações de Estágio de universidades públicas localizadas no estado do Rio de Janeiro e no trabalho profissional desenvolvido nesses espaços sócio-ocupacionais. No primeiro momento, propomo-nos identificar, principalmente, os determinantes dessa inserção profissional e os objetivos que se pretendeu alcançar. No segundo momento, propomos abordar o trabalho das assistentes sociais nas coordenações de estágio, considerando os desafios e limites postos no cotidiano profissional, mas também as possibilidades a partir da realidade, e a relevância dessa intervenção profissional no processo da formação de estudantes em Serviço Social.

Para tanto, dentre as questões identificadas a partir das entrevistas realizadas com assistentes sociais que atuam nas coordenações de estágio, abordamos as requisições dessas profissionais e a atuação relevante nesses espaços sócio-ocupacionais, consideramos a ofensiva do capital, expressa na reestruturação produtiva, neoliberalismo e contrarreforma do Estado, conforme vimos discutindo nesse estudo, tendo em vista as transformações no mundo do trabalho determinadas por esses fenômenos, e no que concerne ao nosso estudo, as mudanças engendradas no serviço público que na condição de trabalhadora assalariada, as assistentes sociais estão submetidas às incidências na gestão e no controle da força de trabalho e no trabalho desenvolvido por essas profissionais nas Coordenações de Estágio em Serviço Social.

#### **3.1 Inserção de assistente social na coordenação de estágio**

A respeito das requisições de assistentes sociais para atuarem nas coordenações de estágio e dos elementos que as justificam, também consideramos na pesquisa, as razões que levaram ao convite de assistentes sociais para assumirem

cargo de coordenadora de estágio, em conjunto com docentes, tendo em vista ser uma particularidade de duas das Unidades acadêmicas pesquisadas (1 e 2).

Em relação ao primeiro caso, a principal razão apontada pelas informantes, foi devido à necessidade de captação e ampliação de vagas de estágio, diante da grande demanda reprimida de estágio. Um outro determinante que justificou a requisição de assistente social para atuar na Coordenação de Estágio se relaciona com essa ampliação de oportunidade de oferta de vagas de estágio aos finais de semana, em projetos de extensão, principalmente em função da grande demanda de estudantes trabalhadoras. Segundo as informantes, essa condição de estudante trabalhadora exigiu (e ainda exige) abertura de vagas de estágio aos finais de semana, demandando um investimento das equipes das respectivas Coordenações de Estágio. E um outro elemento justificador da requisição de assistente social para atuar na Coordenação de Estágio, decorrente ainda do primeiro, diz respeito à necessidade de ampliação de diálogo com as supervisoras de campo e o fortalecimento dessa relação profissional/institucional.

Também foi apontado na pesquisa como justificativa dessa requisição, o acúmulo de atividades inerentes à Coordenação de Estágio, que exigiu atuação de mais profissionais no setor. Em uma das Unidades pesquisadas (4), por exemplo, todas as demandas referentes ao estágio atribuídas às profissionais da Coordenação de Estágio, estavam, até meados de 2019, sob a responsabilidade de apenas uma docente para coordenar e executar as atividades vinculadas à PNE/ABEPSS e a Política de Estágio construída na Unidade.

Ainda sobre esse acúmulo de trabalho, em duas das Unidades pesquisadas (1 e 2), a Coordenação de Estágio está vinculada à Coordenação de Extensão, o que na avaliação das assistentes sociais<sup>41</sup> gera um volume ainda maior de trabalho diante da necessidade de responder demandas de ambas Coordenações. Em uma dessas Unidades (2), as profissionais responsáveis em atender as ações referentes ao estágio em Serviço Social, também assumiram a responsabilidade de acompanhar as atividades de extensão desenvolvidas nessa Unidade acadêmica. Uma das assistentes sociais informou que o projeto no qual atuava, em 2011, vinculado à

---

<sup>41</sup> As assistentes sociais/docentes que atuam na Coordenação de Estágio também avaliam que a junção entre ambas Coordenações precisa ser revista, problematizada para garantir qualidade ao trabalho.

Direção, posteriormente foi vinculado à Coordenação de Estágio e Extensão, sendo esta inclusive a razão da sua posterior lotação na Coordenação de Estágio para atuar em conjunto com outra assistente social, já lotada nesse setor, para atender às demandas relativas ao estágio, mas também desenvolver ações extensionistas. Uma necessidade que historicamente se repete, apesar da separação formal de ambas Coordenações<sup>42</sup>, há cerca de 2 (dois) ou 3 (três) anos atrás, após reordenamento feito pela Unidade. Ambas demandas permanecem colocadas tanto para as assistentes sociais lotadas na Coordenação de Estágio quanto para assistente social que atua na Coordenação de Extensão, razão pela qual a incluímos nessa pesquisa.

Na Unidade 3, a profissional<sup>43</sup> 31 informou desconhecer as razões que levaram essa Unidade a requisitar assistente social. Contudo, acredita que as profissionais responsáveis pela alocação de servidoras na Universidade cuidaram de lotar as novas profissionais, de diferentes áreas, que chegavam à Universidade, em Unidades que se aproximassem do perfil de cada profissional. A hipótese da assistente social sobre sua lotação no setor da Direção da Unidade de Serviço Social, mas com atuação na Coordenação de Estágio, estava no fato da sua experiência como docente de Serviço Social em três instituições privadas, em uma destas, inclusive, atuou como coordenadora de estágio e também lecionou disciplinas atreladas ao estágio.

Em relação às assistentes sociais assumirem cargo de gestão no setor da Coordenação de Estágio, essa experiência ocorre em duas das Instituições pesquisadas (1 e 2), conforme mencionamos.

Na primeira Unidade, a justificativa da requisição de assistente social para assumir cargo de coordenadora de estágio, foi apresentada à Unidade acadêmica pelas então docentes coordenadoras, por um lado, devido ao processo de qualificação profissional dessas profissionais ocorrerem concomitantemente, acompanhado da absorção inerente a esse processo e o acúmulo de atividades inerente ao cargo de gestão. E por outro, o reconhecimento dessas docentes do domínio do trabalho e do acúmulo da experiência profissional, de longos anos, da assistente social na Unidade acadêmica, nos espaços extensionistas, inclusive como coordenadora de projetos e

---

<sup>42</sup> Com base nos dados coletados, a junção entre a Coordenação de Estágio e Coordenação de Extensão ocorreu no ano de 2006, nessa Unidade acadêmica.

<sup>43</sup> Atualmente, a assistente social atua como docente nessa Unidade de Serviço Social.



supervisora de campo de estágio tanto nesses espaços quanto na Coordenação de Estágio.

Contudo, para além desses elementos justificadores, as coordenadoras se viram diante da oportunidade de demarcarem o perfil da gestão que estava por assumir o cargo, isto é, para além da requisição de assistente social como coordenadora de estágio, uma condição para que essas docentes assumissem o cargo de gestão era que não houvesse uma relação hierárquica entre docentes e assistentes sociais coordenadoras, como forma de valorizar o exercício profissional de assistente social na Universidade e, por conseguinte, provocar politicamente tanto a Unidade acadêmica como a Universidade, compreendendo a prática da docência como uma particularidade da Universidade. Vale ressaltar que mediante o ingresso relativamente recente dessas docentes na Unidade acadêmica, acompanhado da necessidade de assumir cargo de gestão, em geral, estas profissionais, coordenadoras de estágio, optaram por assumir esse cargo por avaliarem a Coordenação de Estágio como um espaço que permite ações políticas como a relatada acima, que vão para além das atividades burocráticas institucionais da Universidade. Em 2018, a assistente social assumiu o cargo de coordenadora de estágio em conjunto com essas docentes que articularam e a requisitaram para o cargo de gestão.

Em relação à Unidade acadêmica 2, a requisição se deu em 2018, mas por questões pessoais, a assistente social assumiu o cargo somente em dezembro de 2020, a convite da gestão atual e do Conselho Diretor da Unidade. As razões foram devido ao reconhecimento da capacidade da profissional na execução das atividades, bem como o conhecimento da Unidade e suas instâncias e o posicionamento político que a ela se vincula, bem como o conhecimento da Universidade, tendo em vista sua experiência de formação profissional ter ocorrido nessa Instituição de ensino. Somado a esses elementos, outras participantes da pesquisa que atuam no mesmo setor, avaliaram que o fato da assistente social estar mais presente no cotidiano, atuando de forma contínua – o que para a docente se torna inviável frente ao trabalho intensificado exigido por outras atividades de trabalho – também contribuiu para essa requisição. Outro elemento sinalizado está relacionado ao fato da atuação de única coordenadora no setor, divergindo da estrutura da Unidade, onde as gestões são compartilhadas (coordenadora e vice coordenadora).

Ao pesquisarmos sobre o momento em que se deram as inserções das primeiras assistentes sociais nas coordenações de estágio, em uma das Unidades acadêmicas (2), foi em 1987/88. Essas duas assistentes sociais já estavam lotadas nessa Unidade, após aprovações em concurso público, mas com atuação em projeto de extensão que ao findar, essas profissionais passaram a atuar na Coordenação de Estágio. Em 2011, uma dessas assistentes sociais também assumiu o cargo de coordenação no setor de estágio em conjunto com uma docente<sup>44</sup> e em 2019 se aposentou.

No mesmo ano, 2011, a assistente social 23, concursada, passou a atuar na Coordenação de Estágio junto com aquela assistente social que já atuava nesse espaço. Antes, a assistente social havia sido requisitada para atuar em conjunto com uma socióloga em um projeto vinculado à Direção da Unidade. Após dois meses da sua chegada, o projeto passou a ser vinculado à Coordenação de Estágio e Extensão dessa Unidade. A partir dessa vinculação, a assistente social então foi lotada na Coordenação de Estágio, mas continuou a desenvolver atividades concernentes ao projeto de extensão.

Recentemente, outras duas assistentes sociais (21 e 22), a partir da requisição da Unidade, passaram a atuar na Coordenação de Estágio, uma em dezembro de 2018 e a outra em maio de 2019, respectivamente, ambas também após aprovações em concurso público. Todavia, uma destas profissionais foi (e permanece) lotada na Coordenação de Extensão, mas também atende às demandas relacionadas ao estágio em Serviço Social.

Na Unidade acadêmica 3, a assistente social passou a atuar na Coordenação de Estágio em outubro de 2009, no período do REUNI e de processos de aposentadorias na Universidade, após aprovação em concurso público realizado em 2008. E no início de 2015, foi desligada do setor para assumir o cargo de docente nessa mesma Unidade. Todavia, com base em registro, identificamos que nessa Unidade acadêmica, o trabalho profissional de assistentes sociais teve início na Coordenação de Estágio em 1998, a partir da implementação de uma parceria entre

---

<sup>44</sup> De acordo com Relatório de Gestão (2014), durante o período 2010-2014, a então Coordenação de Estágio e Extensão sofreu algumas mudanças que inclusive dificultou, em parte, a implementação da sua Política. O primeiro terço da gestão, foi interrompido pelo deslocamento de uma docente para assumir outro cargo de coordenação, substituída pela docente que assumiria coordenação de pós-graduação *lato sensu* que não foi desenvolvida. Na segunda metade dessa gestão, a assistente social assumiu o cargo de coordenadora de estágio junto com esse docente.

essa Unidade e o então Departamento de Assistência Social que contava no seu quadro efetivo com essas profissionais, para atender a necessidade de responder algumas das demandas relativas ao estágio. E em janeiro de 2008, duas assistentes sociais, com vínculos temporários, passaram a integrar a equipe da Coordenação de Estágio para atuar diretamente nesse setor.

Em duas das Unidades de formação pesquisadas (1 e 4), identificamos que a inserção das assistentes sociais nas respectivas Coordenações de Estágio foi precedida de processos de remoção.

Em um desses espaços profissionais, (1), a assistente social 11 informou que ingressou como servidora na Universidade em 1995 e atuou no Hospital Universitário. No período entre meados de 2003 e início de 2005, a profissional foi lotada na Superintendência de Recursos Humanos. Mas, devido às questões internas e externas nesses espaços ocupacionais que a profissional atuou, e o convite recebido para trabalhar na Unidade acadêmica de Serviço Social para atuar em projeto de extensão e assumir estagiárias aos finais de semana, principalmente estudantes trabalhadoras, pois devido ao curso de graduação oferecer vagas somente no período noturno abarcou (e ainda abarca) um número significativo de estudantes inseridas no mercado de trabalho, a assistente social então após avaliação, solicitou remoção e buscou essa oportunidade de trabalho nessa Unidade por considerar sua experiência profissional em projetos extensionistas. Desse modo, em agosto de 2005, a profissional ingressou na Unidade de Serviço Social, para atuar inicialmente em um projeto de extensão e posteriormente, em outro – ambos projetos, campos de estágio durante e final de semana.

Em 2010, a assistente social passou a atuar na Coordenação de Estágio, após deliberação da comunidade acadêmica da Unidade (discentes, técnicas e docentes), configurando esse setor como espaço de atuação para assistente social, tendo em vista a não institucionalização de vaga específica para essa lotação até mesmo por não ser um setor reconhecido pela Universidade. Mas, a assistente social permaneceu envolvida com projetos de extensão e supervisionando estagiárias. Por outro lado, a assistente social também vinha cogitando a possibilidade de se inserir na Coordenação de Estágio devido à relação direta com esse setor enquanto supervisora de campo no projeto de extensão. Bem como a formação que a profissional buscou de mais aprofundamento sobre as particularidades do trabalho da assistente social na educação, principalmente no sentido de pensar meios de viabilizar a inserção de

estudantes no estágio que pudessem oportunizar uma experiência enriquecedora, uma formação acadêmica profissional com qualidade que articulasse as três dimensões do Serviço Social: teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa.

Na Unidade 4, a assistente social ingressou na Universidade em 2004, após aprovação em concurso público, e atuou no Hospital Universitário por 15 (quinze) anos. Mas, devido às disputas e tensões nas relações de trabalho provocada pela lógica empresarial imposta e presente nesse Hospital e também por questões pessoais, a assistente social considerou viável sua ida para a Coordenação de Estágio da Unidade acadêmica de Serviço Social e em agosto de 2019, ingressou nesse setor. Do outro lado, as docentes dessa Unidade, durante reunião, entenderam por unanimidade que era uma necessidade requisitar assistente social para atuar na Coordenação de Estágio em atendimento a um encaminhamento feito pelo setor da Coordenação de Estágio.

Todavia, é importante ressaltar que a relação da assistente social com essa Unidade acadêmica iniciou antes mesmo da sua inserção na Coordenação de Estágio, no período de implementação do REUNI, em 2008. Até esse período, não existia o curso de graduação de Serviço Social na Universidade. E foi no contexto do REUNI que a assistente social articulada com outras assistentes sociais da Universidade, uma delas, a época, conselheira do CRESS/7ª Região, e assessoradas por assistentes sociais/docentes de outras duas Unidades públicas de Serviço Social localizadas no estado do Rio de Janeiro, encaminharam à Administração Geral da Universidade, a proposta de criação do curso de graduação de Serviço Social, com início das atividades em 2010.

Em relação aos objetivos que se pretendeu alcançar com a inserção de assistentes sociais na Coordenação de Estágio convergem no que diz respeito à necessidade de captação de vagas de estágio, mas as entrevistadas também apontaram outros objetivos decorrentes desse processo de captação de vagas de estágio (e não), com base no explicitado pelas unidades acadêmicas ao recepcionar as assistentes sociais, a saber: a) ampliação e manutenção das vagas de estágio; b) viabilizar a permanência da estudante no campo de estágio; c) acompanhar as estudantes no campo de estágio; d) solicitar e acompanhar o processo de formalização de convênio; e) atender e acompanhar as supervisoras de campo; f) atendimento as demandas referentes tanto à Coordenação de Estágio quanto à Coordenação de Extensão e proposição de novas ações; g) fortalecimento do trabalho

profissional; h) necessidade de alteração do projeto político pedagógico do curso de graduação, nesse caso, pensava-se várias proposições que envolviam também a participação das profissionais da Coordenação de Estágio.

Em uma das Unidades pesquisadas (1), a necessidade de captação de vagas de estágio nos campos externos e internos a/da Universidade, principalmente para atender estudantes trabalhadoras com disponibilidade de realizar estágio somente aos finais de semana, foi o maior objetivo institucional. No que diz respeito aos campos de estágio internos, a assistente social colocou que as ações desenvolvidas por docentes em projetos de extensão, nos fins de semana, esbarraram nas dificuldades dessas profissionais em dar conta dessas atividades devido às outras frentes de trabalho.

Na Unidade 3, a profissional 31 avaliou que a expectativa era de organização do trabalho, realização de atendimentos às estudantes que antes era feita pela coordenadora de curso que já tinha um trabalho intensificado (na época, não havia coordenadora de estágio), e um investimento no sentido de haver uma continuidade das ações, tendo em vista que, conforme explicitamos, baseado em registros, o trabalho profissional de assistentes sociais, no primeiro momento, teve início a partir de uma parceria estabelecida, em 1998, entre essa Unidade acadêmica e o Serviço Social do Departamento de Assistência Social, para implementação de um projeto com objetivo de avaliar os campos de estágio, através de reuniões com as supervisoras de campo e acadêmica, e realização de visitas institucionais para abertura de campos de estágio. Uma parceria de curto tempo se considerarmos que no mesmo ano, a Coordenação de Estágio foi criada composta por apenas duas docentes em cargo de gestão e um assistente administrativo. E em um segundo momento, as assistentes sociais que atuaram diretamente na Coordenação de Estágio (2008), tinham vínculos empregatício temporário e foram desligadas em junho de 2009.

Com base nos dados da pesquisa, vimos que a principal justificativa para requisição de assistente social para atuar na Coordenação de Estágio deu-se pela maior restrição à oferta de vagas de estágio. Um elemento que tem relação com a expansão das instituições privadas de ensino superior, a partir dos anos 1990, com objetivo de atender aos interesses do mercado.

Nos marcos da contrarreforma do Estado e da orientação neoliberal, no caso brasileiro, a partir do final do segundo governo Fernando Henrique Cardoso (1999-

2002), houve uma expansão do acesso à educação superior através de dois mecanismos básicos: a) a expansão do ensino privado e b) a privatização interna das instituições públicas (LIMA, 2012).

O *primeiro mecanismo* – expansão via instituições privadas – estava direcionado especialmente às instituições não universitárias<sup>45</sup>, bem como aos cursos sequenciais e a distância, caracterizados como processos de formação profissional aligeirada propiciadora de certificados em larga escala. O número de ingressantes nas instituições públicas de ensino superior no ano de 2002 foi de 320.354 (23%), enquanto nas instituições privadas foi de 1.090.854 (77%) (BRASIL (2002 *apud* LIMA, 2012).

A tendência de ampliação de vagas nas instituições privadas, através do financiamento público indireto para o setor privado, aprofundou com o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Lei nº 10.260 de 2001 (BRASIL, 2001) e o programa Universidade para Todos (PROUNI), Lei nº 11.096 de 2005 (BRASIL, 2005), desproporcional ao número de vagas das instituições públicas a partir do programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto n.º 6.096 de 2007 (BRASIL, 2007), como será visto a seguir.

Já o *segundo mecanismo* – privatização interna das instituições de ensino superior públicas – materializou-se no estabelecimento da relação entre a venda de “serviços educacionais” e na expansão da educação pública superior via: a) oferta de cursos pagos (especialmente os cursos de pós-graduação *lato sensu*); b) estabelecimento de parcerias público-privadas<sup>46</sup>; c) concepção da atividade de extensão universitária transmutada e vendida como cursos de curta duração e d) cursos pagos de mestrados profissionalizantes em parcerias com empresas públicas e privadas (LIMA, 2012).

Posteriormente, no governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003), acirrou-se esse processo de reconfiguração da educação superior brasileira, expressa, para Lima

---

<sup>45</sup> Trata-se daquelas instituições que não necessitam, por determinação legal, implementar ações de pesquisa e extensão (LIMA, 2012).

<sup>46</sup> Lima (2012) observa que essa parceria entre as universidades públicas e as empresas ocorria por meio de realização de cursos, consultorias e assessorias viabilizadas através de fundações de direito privado.

(2012), entre outras ações<sup>47</sup>, no programa Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), Decreto n.º 6.096 de 2007 (BRASIL, 2007).

Vale destacar que com a implementação do programa REUNI, a função social das universidades federais foi reconfigurada, isto é, passaram a ser regidas por contratos de gestão, onde parte do orçamento foi atrelada ao cumprimento de metas, definidas e estipuladas fora da instituição (PINTO, 2012). O acesso às universidades federais foi expandido, todavia, uma expansão tímida quando comparada ao acesso as instituições privadas. Segundo o Censo da Educação Superior 2008, um ano após a instituição do programa, havia 24.719 cursos de graduação na modalidade presencial. Desse total, 17.947 eram de instituições privadas e 6.772 de instituições públicas. Em relação ao número de vagas, do total de 2.985.137, as instituições de ensino superior privadas ofertaram 2.641.099, já as instituições públicas 344.038 (BRASIL, 2008).

O programa REUNI tinha como uma das diretrizes, o aumento de vagas de ingresso, especialmente no período noturno - importante destacar que a expansão de cursos noturnos é um movimento de luta das Unidades acadêmicas pesquisadas, do âmbito federal, ao ofertar vagas para o período noturno desde os anos 1990, conforme vimos no capítulo anterior. Com a expansão dos cursos de graduação nas instituições públicas e privadas e o incentivo do governo à criação de cursos noturnos, que possibilitou a ampliação do acesso de estudantes trabalhadoras ao ensino superior, vêm colocando limitações para a efetiva realização do estágio acadêmico em Serviço Social.

E apesar da extinção do programa REUNI, a tendência de expansão dos cursos de graduação permaneceu entre os anos 2009 e 2012, portanto se perpetuando também no governo de Dilma Rousseff (2011-2016). O maior aumento dos cursos prevaleceu nas instituições privadas, em detrimento da expansão nas públicas. Em 2009, eram 20.043 cursos no setor privado, enquanto no setor público, a soma era

---

<sup>47</sup> Lima (2012) apresenta um conjunto de medidas provisórias, projetos de lei, leis e decretos que demonstram a prioridade dada por esse governo à educação superior a serviço da lógica mercantil, dentre os quais, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), Lei nº 10.861, de 2004 (BRASIL, 2004), PROUNI, Universidade Aberta do Brasil (UAB) que trata tanto da regulamentação do EAD, preconizado pela Lei n.º 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) quanto da criação da UAB – consórcio de instituições ofertantes de cursos a distância, Decretos de nº 5.800 de 8 de junho de 2006 e de nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 (BRASIL, 2005, 2006). Este último, revogado em 2017 e substituído pelo Decreto de nº 9.057 de 25 de maio de 2017 (BRASIL, 2017).

de 8.628. Já em 2012, o setor privado detinha 20.961 cursos de graduação e o setor público, 10.905. O Censo da Educação Superior 2012, registrou 31.866 cursos de graduação, o que segundo avaliação do governo, representou uma variação positiva de 4,8% em relação a 2011 (BRASIL, 2012).

Uma das Unidades acadêmicas de Serviço Social pesquisada (1), por estar inserida no âmbito estadual, não experimentou o REUNI. Contudo, segundo informações das participantes da pesquisa, a expansão dos cursos privados de graduação de Serviço Social impactou indistintamente o trabalho realizado na Coordenação de Estágio, devido ao aumento da concorrência por vagas de estágio. Outra particularidade diz respeito à implantação do sistema de cotas (2000)<sup>48</sup> naquela Unidade que aumentou o ingresso da classe trabalhadora na Universidade e exigiu a oferta de vagas aos finais de semana para estudantes trabalhadoras.

Com base na discussão teórica e nos dados da pesquisa adotados no nosso estudo, podemos observar nas instituições federais pesquisadas que a expansão das instituições privadas de ensino (a partir de 1999); a criação dos cursos noturnos nas unidades pesquisadas de Serviço Social (1994, 2000, 2010), seguido do aumento do ingresso da classe trabalhadora nas universidades públicas; e a implementação do REUNI (2007) que viabilizou um aumento de contratação de assistentes sociais para atuarem profissionalmente nas universidades federais – e em uma das Unidades pesquisadas, como movimento estratégico e de resistência, favoreceu a lotação de assistentes sociais na Coordenação de Estágio – mas não necessariamente justificou a requisição dessas profissionais para atuarem nas coordenações de estágio (1987/88; 1998, 2008 e 2009; e 2019), são elementos que se relacionam, estruturalmente, aos interesses do capital já no horizonte do surgimento dos fenômenos da reestruturação produtiva e do neoliberalismo, no Brasil.

Bem como a Instituição estadual pesquisada, nesse caso, considerando a implementação do sistema de cotas (2000), de igual modo, acompanhada do aumento

---

<sup>48</sup> No ano 2000, a Assembleia Legislativa do estado do Rio de Janeiro aprovou a Lei nº 3.524/00 e reservou 50% das vagas das universidades estaduais fluminenses para estudantes egressos de escolas públicas. Em 2001, com aprovação da Lei nº 3.708/01 foi destinado 40% das vagas para negros e pardos. Em 2008, a lei nº 5.346/08 assegurou reserva de vagas para pessoas com deficiência, indígenas e filhos/as de alguns segmentos que compõem a classe trabalhadora. E desde 2018, entrou em vigor a Lei nº 8.121/18 que prorroga por mais 10 anos essas reservas de vagas, com a inclusão de pessoas oriundas de comunidades quilombolas. Com aprovação desta lei ficam reservadas 20% das vagas de cada curso às pessoas negras, indígenas e quilombolas. Outros 20%, destinados às estudantes oriundas de escolas públicas e outros 5% das vagas, reservadas às pessoas com deficiência e filhos/as de parte da classe trabalhadora.



do ingresso de estudantes trabalhadoras na Universidade favorecido pela criação do curso noturno que conforme vimos, foi um dos poucos de universidade pública no estado do Rio de Janeiro durante muitos anos.

E como estratégia, essas unidades acadêmicas pesquisadas passaram a requisitar assistentes sociais seja para atender aos desdobramentos desses processos seja para viabilizar a manutenção da qualidade do estágio acadêmico em Serviço Social, conforme identificamos no próximo tópico.

### **3.2 Trabalho da assistente social na coordenação de estágio**

Apesar do foco do nosso estudo estar na inserção e intervenção profissional da assistente social na Coordenação de Estágio em Serviço Social, ao mesmo tempo, e exatamente por essa razão, consideramos importante apresentar a divisão do trabalho nesse espaço sócio-ocupacional entre as profissionais (assistentes sociais e docentes), mas também as ações desenvolvidas em conjunto, inclusive na função de gestão, experiência de duas Unidades acadêmicas pesquisadas.

Essas ações foram identificadas a partir das entrevistas realizadas em que cada profissional teve a oportunidade de relatar as suas ações e dificuldades, e com base nos documentos fornecidos pelas informantes.

Em relação às ações desenvolvidas pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio<sup>49</sup>, temos as seguintes:

Dimensão prático-interventiva:

I. realização de visitas institucionais para avaliação de possibilidade de abertura de vagas de estágio com base nas informações sobre identificação institucional se inserida na área de Serviço Social; proposta de trabalho da instituição e suas normas; identificação da assistente social; trabalho da assistente social – atividades e projetos desenvolvidos correspondentes às competências e atribuições específicas previstas nos artigos 4.º e 5.º da Lei 8.662/1993, condições éticas e

---

<sup>49</sup> Apesar do foco do nosso estudo, vale destacar que durante a realização da pesquisa, identificamos que três das Unidades acadêmicas (1, 2 e 4) consideram nos seus respectivos documentos, outros sujeitos - responsáveis por outras instâncias (Direção, Departamento e Coordenação de Curso de Graduação) – também envolvidos no processo de estágio, tendo em vista que na organização interna das políticas de estágio lhes são atribuídas algumas ações. Este dado nos permite ter a dimensão do estágio supervisionado em Serviço Social.

técnicas em que esse trabalho é desenvolvido, espaço físico adequado e sigilo profissional; vínculo empregatício no exercício da profissão e carga horária de trabalho compatível ao número de estagiárias, disponibilidade da profissional para realizar acompanhamento presencial da estagiária e das atividades a serem desenvolvidas por ela, tendo em vista os instrumentos jurídicos e normativos relativos ao estágio definidos através da Política Nacional de Estágio da ABEPSS, Políticas de Estágio e Resoluções das respectivas Unidades acadêmicas, Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social de n.º 493/06 e n.º 533/08, Código de Ética da profissão, Lei de Regulamentação da profissão e Lei 11.788/08. Por outro lado, apresentar o projeto pedagógico do curso de graduação de Serviço Social, Resolução e Política interna de estágio e orientar as supervisoras de campo quanto às documentações de estágio;

II. elaboração de relatórios e pareceres sociais referentes às visitas institucionais realizadas para subsidiar a avaliação e decisão de abertura ou não de campo de estágio quanto às condições ética e técnica para viabilizar às estudantes o ingresso em espaços sócio-ocupacionais que possam favorecer uma formação qualificada e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao exercício da profissão; elaboração de pareceres sociais para fechamento de campo de estágio; elaboração de pareceres sociais para mudança de campo de estágio ou realização de estágio não obrigatório; e relatórios de reuniões, tendo em vista a relevância da memória social e possibilidade de reflexão e avaliação do trabalho realizado, contribuindo para construção de ações futuras;

III. estabelecimento de contatos com as supervisoras de campo com objetivo de orientá-las quanto às questões que envolvem o exercício da supervisão direta, tendo como parâmetro as documentações referentes ao estágio em Serviço Social; de acolher essas profissionais na Universidade e estimular a participação das mesmas nas atividades acadêmicas; de acompanhar pedagógica, política e tecnicamente as assistentes sociais; de construir estratégias de ampliação de diálogo e de troca de experiências entre essas supervisoras de campo, considerando a diversidade dos campos de estágio e das formações profissionais em razão do desenvolvimento da atividade pedagógica do estágio supervisionado; de promover eventos e atividades direcionados à capacitação das supervisoras de campo, como oficinas, seminários, colóquios, fortalecendo o processo de articulação entre a Universidade, a Unidade acadêmica de Serviço Social e os campos de estágio, nos processos teórico-políticos e procedimentais em relação à política de estágio, abertura

de campos de estágio e legitimação de campos já conveniados, bem como a possibilidade de captação e ampliação de vagas de estágio. As oficinas e colóquios referem-se a ações que são definidas a partir das demandas oriundas dos levantamentos realizados nas fichas de avaliação preenchidas pelas supervisoras de campo com objetivo debater elementos que subsidiam a prática profissional e os processos de formação continuada. São oficinas temáticas realizadas nos campos de estágio, cujos temas são sugeridos pelas supervisoras de campo e pelas assistentes sociais da Coordenação de Estágio quando identificam a necessidade de trabalhar determinada questão;

IV. participação em reuniões da Coordenação de Estágio com supervisoras acadêmicas, docentes de outras disciplinas vinculadas ao estágio, supervisoras de campo, sujeitos que compõem grupo de trabalho e comissão de estágio, e estudantes com objetivo de discutir, refletir, propor, planejar, definir estratégias, executar novas ações e avaliar as ações desenvolvidas relativas ao estágio supervisionado em Serviço Social; reuniões com profissionais de outras áreas (advogada, psicóloga, enfermeira, médica, pedagoga, professora) responsáveis pela organização e gestão da política de estágio nas respectivas instituições que atuam, para apresentar as particularidades do estágio em Serviço Social, com base no Código de Ética Profissional, Lei de regulamentação da profissão, normativas, resoluções, políticas de Estágio e projetos pedagógico do curso de graduação de Serviço Social;

V. acompanhamento as estudantes - trabalhadoras e outras que se encontram em situações que podem dificultar a realização do estágio - desde o momento que antecede o ingresso no campo de estágio até a conclusão dessa fase do processo formativo.

Nessa ação, foi-nos relatado durante a realização das entrevistas, a preocupação das profissionais com as estudantes que se encontram nessas condições, cujos encaminhamentos vêm se dando em um investimento de abertura de campo de estágio em projetos de extensão, principalmente aos finais de semana, e em duas das Unidades acadêmica pesquisadas (2 e 3), identificamos outros encaminhamentos com metodologias distintas, a saber,

- realização de mapeamento e monitoramento de estudantes represadas devido ao não cumprimento do estágio supervisionado que, para além de dar a dimensão dessa realidade, permite o acesso a elementos concretos para reflexão e qualificação no processo de intervenção profissional. Essa atividade é dividida em

quatro etapas: a) aplicação de questionário para identificar fatores que dificultam o ingresso de estudantes no campo de estágio, bem como as áreas e municípios de interesse e a disponibilidade para realização de estágio; b) tabulação das informações coletadas; c) entrevistas para conhecimento mais aprofundado das situações apresentadas no questionário; d) levantamento e apresentação do quadro de vagas de estágio previstas para o próximo semestre; e) captação de novas vagas de estágio. Nessas duas últimas ações, considera-se as áreas e os municípios de interesse e a disponibilidade informados pelas estudantes para a realização do estágio;

- apresentações semestrais nas turmas de Ética Profissional, com objetivo de socializar informações pertinentes para inserção da estudante no campo de estágio no semestre subsequente. Elaboração e análise de pesquisas, por meio de formulários, sobre o perfil dessas estudantes antes do ingresso no campo de estágio com objetivo de conhecer o perfil (condições de vida e trabalho, econômica, local de moradia, composição familiar, etc) e se aproximar da realidade; Tal atividade tem como prioridade orientar a busca por vaga de estágio, a participação nos processos seletivos, a importância da realização do estágio obrigatório no seu processo de formação profissional, a responsabilidade de escolha da área de atuação acadêmica, bem como o compromisso de permanência nos campos de estágio, por pelo menos dois semestres letivos consecutivos. Realização de pesquisa/levantamento de perfil, semestralmente, para apreender a realidade da estudante com dificuldades de inserção nos campos de estágio, algumas dimensões podem ser destacadas nesse processo, como por exemplo, dificuldades de aprovação em processos seletivos das instituições conveniadas; indisponibilidade de horário para realizar estágio devido à condição de estudante trabalhadora, a territorialidade em que se localizam alguns espaços sócio-ocupacionais distantes da moradia da estudante o que demanda recursos financeiros. Essa pesquisa envolve desde a aplicação de questionário formulado pela equipe, a realização de reuniões e entrevistas individuais com as estudantes com objetivo de incidir na redução do número de estudantes sem estágio.

VI. realização de atividade preparatória para estágio com estudantes que cumpriram os requisitos acadêmicos e se encontram aptos para realizar estágio no semestre subsequente seguida de mapeamento das estudantes por meio de aplicação de questionário com objetivo de se aproximar, conhecer o perfil das estudantes e direcionar o processo de captação de vagas de estágio, e monitoramento através do cumprimento das etapas (inscrição e resultado final) dos processos

seletivos para estágio. Nessa ação, é apresentado às estudantes: a) a equipe e a dinâmica do trabalho da Coordenação de Estágio; b) os aspectos jurídicos-normativos relativos ao estágio – Lei n.º 11.788/08, Parecer Jurídico Normativo CFESS n.º 36/11, Resoluções CFESS n.º 493/06 e 533/08, PNE/ABEPSS e Política de Estágio da ESS/UFF – com ênfase na especificidade do estágio em Serviço Social, com aprofundamento da discussão sobre as normativas estabelecidas pelas entidades representativas da categoria, que estabelecem os princípios que norteiam o estágio supervisionado, suas diretrizes e sua operacionalização, ressaltando as atividades dos fóruns de estágio, cursos de extensão, seminários de integração e rodas de conversa que visam o fortalecimento institucional e a aproximação entre as supervisoras de campo e acadêmicas e estagiárias; c) o material informativo sobre o convênio, o termo de compromisso de estágio, as referências dos aspectos jurídicos-normativos supracitados e a flexibilização de redução da carga horária de estágio em situações específicas. Posteriormente, esse material é encaminhado, via e-mail, as estudantes, possibilitando melhor apreensão das documentações exigidas para realização do estágio em Serviço Social. De igual modo, há realização de mapeamento e monitoramento das estudantes aptas a realizar estágio, com objetivo de conjugar redução de ônus e de distância para melhor rendimento no processo de aprendizagem no estágio. Essa atividade envolve: a) aplicação de questionário para identificar áreas e municípios de interesse e a disponibilidade das estudantes para realização de estágio como estratégia para evitar que essas estudantes fiquem represadas; b) tabulação das informações coletadas; e c) captação de vagas de estágio de acordo com o panorama institucional mapeado e perfil das estudantes aptos ao estágio.

Dimensão informativa:

I. produção de material didático-pedagógico e informativo para estudantes que se preparam para ingressar no estágio que envolve questões documentais e técnicas pertinentes ao estágio supervisionado em Serviço Social. Atividade educativa com as estudantes para informá-las/orientá-las sobre o processo que envolve a inserção no campo de estágio (normas, cadastros, acompanhamento das vagas de estágio, participação nos processos seletivos para estágio) e realização de atividades (oficinas, rodas de conversa, etc.) com as estudantes sobre informações referentes ao estágio.

Dimensão político-formativa:

I. participação em espaços coletivos de debate tanto na Universidade quanto nas entidades organizativas da categoria profissional. Participação em cursos, seminários, fóruns de supervisão com objetivo de capacitação profissional. Participação em encontros com assistentes sociais e docentes das Coordenações de Estágio localizadas no estado do Rio de Janeiro a fim de estabelecer troca de experiências e o aprimoramento de ações relativas ao estágio;

II. realização de treinamento, avaliação e supervisão direta de estagiárias de Serviço Social, como atividade constituinte do processo de trabalho da assistente social, prevista nas resoluções e dimensões jurídico-normativas do conjunto CFESS/CRESS e da ABEPSS.

Dimensão burocrático-administrativa:

I. análise (e assinatura) de termos de compromisso de estágio para confirmação de informações condizentes com a Lei de Regulamentação da Profissão, Resoluções nº 533/2008 e 493/2006, Política Nacional de Estágio em Serviço Social, Política Interna de Estágio em Serviço Social, Resoluções da Universidade e a Lei 11.788/2008; acompanhamento dos processos de formalização de convênio, firmados pela Universidade, cujas instituições interessadas atendem as especificidades do estágio supervisionado em Serviço Social e monitoramento da vigência desse convênio dado os procedimentos burocráticos inerentes ao processo, por vezes morosos, e concomitância com o período letivo; preenchimento de planilhas com informações sobre apólice de seguro e dados das estudantes, relação de estudantes solicitantes de redução de carga horária de estágio, relação de estudantes em campos de estágio não-obrigatório com identificação de supervisoras de campo e acadêmica, contatos institucionais e período de vigência do termo de compromisso de estágio; e divulgação de processos seletivos para estágio, através de mala direta, e-mails das estudantes, site da Unidade, cartazes fixados em mural, página do facebook<sup>50</sup>.

Dimensão investigativa:

I. produções e publicações de artigos sobre sistematização teórica da prática profissional de assistente social na Coordenação de Estágio, dados produzidos pelas assistentes sociais da Coordenação de Estágio, a formação profissional em

---

<sup>50</sup> Com base em registros documentais de uma das Unidades acadêmica pesquisadas (3), a atividade realizada de preenchimento de planilhas difere da divulgação de processos seletivos de estágio, uma vez que esta, fica sob a responsabilidade das assistentes sociais da Coordenação de Estágio, podendo ser divulgado por docente/coordenadora quando necessário.

Serviço Social e demais temas que giram em torno do trabalho realizado pelas assistentes sociais na Coordenação de Estágio.

Na realização conjunta de atividades (assistente social e docente), destacamos aquelas que são mais desempenhadas pelas assistentes sociais seja devido às atribuições que lhes são conferidas na Coordenação de Estágio na atuação profissional cotidiana, já mencionadas, e que se relacionam, seja devido à abrangência das ações desenvolvidas por essas profissionais no processo que envolve o estágio em Serviço Social:

Dimensão formativa:

I. organização e coordenação do curso de extensão que visa atender a demanda por capacitação profissional de assistentes sociais, supervisoras de campo, ampliado também para outras profissionais como potenciais supervisoras, mas a prioridade se mantém para supervisoras de campo. A programação do curso envolve temáticas como: atribuições e competências profissionais; os processos de trabalho da assistente social; a política de estágio e o processo de supervisão; os elementos constitutivos do planejamento e projetos de intervenção profissional; a questão social e o projeto ético-político, dentre outras dimensões definidas e coordenadas no âmbito da Coordenação de Estágio, com a contribuição de docentes da própria Unidade acadêmica, e de outras, para ministração de aulas. A partir do curso as participantes realizam uma pesquisa referente às particularidades de seu espaço sócio-ocupacional, sob orientação de uma docente, e elaboram um artigo científico<sup>51</sup>.

Dimensão prático-interventiva:

I. assessoria permanente aos campos de estágio integrada aos projetos de extensão desenvolvida pelos sujeitos da Coordenação de Estágio e Extensão, sob coordenação das assistentes sociais da própria equipe com objetivo de estreitar e qualificar a relação com as supervisoras de campo, acompanhar os campos de estágio, e sobretudo refletir de forma conjunta sobre o cotidiano profissional dessas assistentes sociais para, através da mediação dessa realidade, pensar alternativas para além da imediatividade;

II. estabelecimento de contato com o setor responsável pelo estágio na Universidade para assuntos relacionados à formalização de convênios entre as

---

<sup>51</sup> Conforme demonstramos, trata-se de uma ação desenvolvida pelas profissionais que ocupam cargo de gestão. Mas, em uma das Unidades acadêmica pesquisadas (2), as assistentes sociais participam diretamente dessa ação.

instituições concedentes de estágio e a Universidade e acompanhamento do processo até sua efetivação;

III. realização de contatos com supervisoras de campo para ampliação e/ou manutenção de vagas de estágio e com instituições para identificar interesse e possibilidade de oferecimento de vagas de estágio em Serviço Social, seguida de realização de visita institucional se manifestado interesse institucional, bem como monitoramento de vagas previstas para semestre letivo subsequente;

IV. atendimento diário às estudantes, com objetivo de informá-las quanto às exigências e aos critérios para a realização de estágio em Serviço Social e acompanhá-las frente as demandas apresentadas durante o período de estágio que se relacionam a esse processo. Atendimento a estudantes represados com dificuldades para ingressar no estágio com objetivo de identificar os motivos pela não inserção no campo de estágio. E atendimento as supervisoras de campo e acadêmicas e profissionais de outras áreas das instituições concedentes de estágio responsáveis pela organização interna do estágio com demandas relacionadas ao estágio.

E na mesma medida e ao mesmo tempo, as atividades realizadas pelas assistentes sociais e docentes são:

Dimensão pedagógica:

I. propor/rever modelos de documentação para a avaliação e acompanhamento do estágio: roteiros de planos de estágio, de relatórios, de projeto de intervenção, de avaliação, como por exemplo, avaliação da supervisora de campo em relação ao processo de aprendizagem da estudante no estágio, avaliação da docente, bem como da estudante do processo de estágio.

Dimensão formativa:

I. avaliar em conjunto com a supervisora de campo e acadêmica, e estudante, a pertinência de fechamento do campo de estágio, uma vez identificado elementos justificadores.

Por último e com base nos dados obtidos através das informantes e registros, as atribuições e competências das coordenadoras de estágio estão voltadas, em geral, para condução da diretriz geral e política do processo de estágio em Serviço Social condizente com os critérios e objetivos da formação profissional, com a participação dos sujeitos envolvidos nesse processo formativo e o atendimento às demandas acadêmicas e acompanhamento da supervisão acadêmica.



Uma observação a ser feita no desenvolvimento de ações de competência da coordenação é a de que pode haver diferença de momentos políticos, conjunturas distintas, inserção e perfil de coordenação, possibilitando uma gestão mais compartilhada, com a participação de assistentes sociais nos processos decisórios.

As atividades atribuídas às coordenadoras de estágio (docentes e assistentes sociais) particularidade de duas das Unidades acadêmica pesquisada (1 e 2), temos:

Dimensão pedagógica:

I. organização de fórum de supervisoras de estágio em Serviço Social que visa aproximar docentes, profissionais e estudantes do debate a respeito das questões do estágio obrigatório e da construção de alternativas convergentes a esse processo de formação profissional. Uma ação planejada em conjunto com as supervisoras de campo, acadêmicas, estagiárias e coordenadoras e assistentes sociais da Coordenação de Estágio; promoção de reuniões periódicas com as supervisoras acadêmicas, com a participação das assistentes sociais da Coordenação de Estágio, com objetivo de democratizar e discutir as questões referentes ao estágio supervisionado em Serviço Social, tendo em vista o acompanhamento dos processos político-pedagógicos desse processo de estágio e a avaliação sistemática; reunião grupo de trabalho com a participação de supervisoras acadêmicas, supervisoras de campo e estagiárias com objetivo de planejamento para realização do fórum de supervisão, oficinas temáticas e outras atividades.

Dimensão política:

I. participação em instâncias deliberativas interna e externa, como por exemplo, colegiados de curso e de Unidade, plenárias/conselhos departamentais, congregações, comissões temáticas e comissão de formação e trabalho profissional do CRESS 7ª Região.

Dimensão formativa:

I. viabilizar a realização de cursos de extensão para supervisoras de campo, com vistas a capacitação profissional; seminários, encontros, conferências e outras atividades de formação e aprimoramento para o desenvolvimento profissional de estudantes e aperfeiçoamento das supervisoras de campo;

II. acompanhar a Comissão de Estágio, formada por representantes, supervisoras acadêmicas, supervisoras de campo e estagiárias e atuar de forma articulada a esta Comissão nas atividades propostas;

III. publicizar e possibilitar o acesso das estudantes, supervisoras de campo e acadêmica, ao material produzido pela Coordenação de Estágio, estudantes e docentes.

Dimensão organizativo-administrativa:

I. promover e/ou participar de reuniões com os Departamentos (chefias e docentes) com objetivo de discutir e acompanhar a disciplina de estágio supervisionado e o processo de estágio; propor e definir os grupos de estudantes que constituirão as turmas de estágio nas diferentes áreas temáticas, consultando docentes que ministram disciplinas de estágio, após ingresso das estudantes no campo de estágio e obedecendo ao critério do quantitativo de estudantes por cada turma; organizar a pré-matrícula das disciplinas vinculadas ao estágio e orientar as estudantes quanto à inscrição em disciplina de estágio, a partir do estabelecimento de um fluxo contínuo de informações atualizadas quanto aos campos de estágio, áreas temáticas correspondentes, horários de funcionamento para efetivo cumprimento da carga horária mínima exigida em estágio supervisionado;

II. coordenar a equipe de trabalho e realizar reuniões periódicas com a equipe da Coordenação de Estágio, visando orientação e aperfeiçoamento da rotina de trabalho;

III. elaboração de atas de reunião e relatórios de gestão.

A relevância do trabalho das assistentes sociais nos espaços das Coordenações de Estágio é explicada pela necessidade de contribuir na viabilização de uma formação profissional qualificada e com compromisso ético-político na contramão da lógica do capital.

As dimensões que constituem o trabalho dessas profissionais e a integralidade expressa na abrangência das atividades desenvolvidas pelas mesmas, refletem as potencialidades do trabalho de assistentes sociais nesses espaços sócio-ocupacionais, acrescido ao fato da disponibilidade de tempo exclusivo, dedicado para a realização das ações – apesar de algumas assistentes sociais estarem também voltadas para realização de atividades extensionistas – com uma perspectiva de compreender o lugar do estágio na formação profissional.

Não se trata mais apenas da realização de atividades que, no primeiro momento, serviram de justificativas para requisição de assistentes sociais para atuar nas Coordenações de Estágio (captação e ampliação de vagas de estágio,

fortalecimento da relação profissional e institucional, e a necessidade de mais assistentes sociais para atuar no setor). O trabalho dessas profissionais passou a abranger tanto o nível de gestão da política de estágio em Serviço Social, com exceção de duas das Unidades acadêmicas pesquisadas, quanto ao nível da execução, e nesse caso, incluindo novas proposições de atividades, no decorrer dos anos, como resposta aos impactos na formação profissional em Serviço Social.

Ou seja, como já mencionamos, essa abrangência está relacionada a um processo mais amplo que, conforme desenvolvido nesse estudo, diz respeito aos desdobramentos da estratégia do capital para superação da sua crise, a partir dos anos 1990, no Brasil, e, ao mesmo tempo, à resposta da categoria profissional a esse processo com fortes impactos à formação profissional em Serviço Social.

### **3.3 Gerencialismo na coordenação de estágio**

Em relação à incidência do gerencialismo na Coordenação de Estágio, apesar de algumas profissionais participantes da pesquisa reconhecerem relativa autonomia profissional, elas apontaram um conjunto de elementos variados que vão desde a reconfiguração, diretrizes e leis específicas da Política de Educação Superior brasileira que, conforme vimos, sofre as inflexões inerentes a essa lógica gerencial do Estado com rebatimentos no setor da Coordenação de Estágio, passando pela normatização específica do Serviço Social, até às expressões mais concretas presentes no cotidiano profissional.

Uma das entrevistadas (12) colocou que apesar de se reconhecer que ainda se tem autonomia na Universidade que permite uma “ilha de resistência progressista, de esquerda”, a lógica gerencial do Estado não deixa de se expressar na Coordenação de Estágio. Um dos exemplos apontados, refere-se ao serviço virtual de processamento de comunicação interna implementado em 2020 na Universidade, sob discurso gerencialista de mais facilidade no encaminhamento das atividades, mas que são na verdade, atividades burocráticas institucionais, e que diante da dificuldade de alguns profissionais da Coordenação de Estágio em lidar com esse serviço virtual, penaliza o trabalho e as trabalhadoras, bem como acarreta intensificação do trabalho.

A informante 11 sinalizou que o gerencialismo ao incidir na Coordenação de Estágio aponta para a necessidade de captação e ampliação de vagas de estágio, acirrada pela abertura exorbitante de novos cursos de Serviço Social vinculados às instituições privadas de ensino superior e com o agravante de fechamento de campos de estágio em função da redução das políticas sociais, que se desdobra na redução de mercado de trabalho para assistentes sociais e conseqüentemente, gera concorrência maior pelas vagas de estágio. Um conjunto de elementos que intensifica o trabalho das assistentes sociais na Coordenação de Estágio e podendo ser comparado a um serviço de *Call Center*.

[...] porque a gente acaba entrando numa lógica produtivista. Porque com a necessidade de captação e ampliação de vagas de estágio, a gente acaba trabalhando como atendente de call center, ligando pros lugares pras organizações na busca por vagas, em vários momentos, enlouquecedoras. A gente teve logo na nossa primeira gestão, a coordenação de graduação de curso fez um levantamento e identificou a existência de 120 estudantes que já deveriam estar estagiando e que não estavam, muitos próximos a finalização do curso. Então, a gente tem essa reserva de estudante que ficou pra trás muitas vezes também por ser estudante trabalhador, pelas dificuldades de sobrevivência, pelas expressões da questão social que vive também, pelo fechamento dos campos de estágio em função da redução das políticas públicas, dos espaços ocupacionais de SESO, abertura exorbitante de novos cursos de Serviço Social das universidades privadas, dos cursos de ead, então a concorrência se tornou muito maior e aí tem a intensificação do nosso trabalho também como resultado de todo esse processo foi aumentando. E aí acaba que a pressão acaba ocorrendo.

A profissional 41 avaliou que a incidência do gerencialismo se dá mais na Universidade, como parte da Política de Educação Superior brasileira, com rebatimentos na Unidade acadêmica de Serviço Social, evidenciado, por exemplo, na elaboração do Projeto Político Pedagógico do curso de graduação, na direção oposta ao formato adotado pelo Ministério da Educação. Já na Coordenação de Estágio, a assistente social informou ainda não ter identificado essa incidência no setor, tendo em vista o seu processo de ambientação e a fase na qual se encontra de refletir sobre o exercício profissional na Coordenação de Estágio, de se aproximar mais do debate sobre os fundamentos do Serviço Social e planejar e implementar ações de forma a

contribuir com a qualidade da formação profissional das estudantes no processo de estágio.

Para informante 42, em termos específicos, o gerencialismo tem a ver com a maneira que a categoria profissional de Serviço Social organizou o trabalho na Coordenação de Estágio desde a Política Nacional de Estágio (2010) que não define claramente qual é o papel das profissionais (assistentes sociais e docentes) inseridos nesse espaço sócio-ocupacional, bem como a identificação nessa normatização de aspecto também burocrático, expresso no processo de captação de vagas de estágio. Mas, reconhece que há autonomia profissional mesmo diante da contradição entre a incidência do gerencialismo no trabalho na Coordenação de Estágio e o direcionamento das ações a ser dado a partir da formação profissional em Serviço Social defendida pela categoria profissional. E avaliou que as atividades de cunho burocrático-administrativas são uma das atividades da Coordenação de Estágio, mas não são as principais. Do contrário, transforma-se esse setor em “balcão de vaga de estágio”, sucumbe o trabalho e esvazia a potência do estágio no processo de formação profissional.

Para a profissional 21, o gerencialismo tem se dado de forma sutil, não tão escancarada como em outras esferas. A entrevistada não vê, de forma direta, cobranças de cumprimento de metas, mas reconhece que a lógica gerencial do Estado está presente na Coordenação de Estágio, apesar da autonomia que tem para realizar o trabalho na Coordenação de Estágio. Como exemplo dessa lógica gerencialista, a profissional observa as multitarefas presentes no cotidiano para serem realizadas, incluindo as de caráter burocrático; o acúmulo de trabalho que inclusive obstaculiza capacitação profissional devido à indisponibilidade de tempo; a implementação de sistema de informatização; a perspectiva de implementação de ponto eletrônico; o tensionamento para inserir estudantes em estágio para se formar e ingressar no mercado de trabalho provocado tanto por parte da estudante que vê a possibilidade de sua ascensão e da sua família quanto também para o capital que impõe a necessidade de formação profissional para atender ao mercado; e de forma mais ampla, o processo de flexibilização nas relações de trabalho dentro da Universidade.

A entrevistada 22 também reconhece que há autonomia para realização do trabalho no sentido de ter espaço para construir ações de acordo com o perfil de cada profissional. Mas, para a profissional, o gerencialismo está presente na Coordenação

de Estágio e se expressa no rebatimento das condições de trabalho; na falta de recursos humanos e materiais; na intensificação do trabalho; na redução, cada vez mais, de auxílios voltados para permanência de estudantes na Universidade que deveria abranger todas as estudantes que configura e legitima um novo perfil acadêmico a partir da inserção da classe trabalhadora nesse espaço de formação superior. Para a entrevistada, se esses auxílios fossem abrangentes, essas estudantes teriam possibilidade de se dedicar aos estudos ao invés de cumprir a exaustiva obrigação de conciliar áreas profissional (com privações do espaço do conhecimento), pessoal e acadêmica.

A informante 24 também avaliou que o trabalho da assistente social na Universidade, e em particular dentro da Unidade acadêmica de Serviço Social, tem um grau de autonomia maior, de pensar a política de estágio para além da lógica gerencial. Contudo, reconhece que essa lógica está presente na organização do trabalho das assistentes sociais na Coordenação de Estágio e aparece das mais diferentes formas ao colocar em primeiro lugar, a questão do que seria a eficácia, eficiência das ações em detrimento da qualidade da formação profissional. Apontou ainda o acúmulo de demandas com pouca estrutura física e de pessoal para atendê-las e que dizem respeito à própria demanda da divisão do trabalho colocadas para as assistentes sociais da Coordenação de Estágio, onde é necessário dividir o trabalho para atender um conjunto de ações as mais diferentes que, por vezes, vêm determinadas de cima para baixo, evidenciado, por exemplo, neste período pandêmico, no encurtamento do tempo de formação e a necessidade de cumprimento das 120 horas de estágio. Para a entrevistada, não se trata apenas de instrumentos pedagógicos, pois são também instrumentos de controle sobre a realização dessas atividades.

A assistente social 23, sinalizou que ainda que se tenha uma autonomia universitária e que a Coordenação de Estágio, e a própria Unidade acadêmica a que se vincula, consiga manter essa autonomia na condução do trabalho, há elementos presentes no espaço da Coordenação de Estágio que caracterizam essa lógica gerencial, como por exemplo, a avaliação de desempenho funcional, o controle de resultados, as normativas internas da Universidade que provocam divergências e, portanto, interferências na condução do trabalho. E também destacou que o período acadêmico enxuto, devido à pandemia, acirrou a intensificação do trabalho.

Para a entrevistada 31, os ataques provenientes dessa lógica gerencial têm sido constantes e direto na organização do trabalho e nas condições em que se realiza; nos direitos trabalhistas, como por exemplo, nas perdas salariais efetivas; no aumento da alíquota da seguridade; nos impactos nas progressões; e na avaliação de desempenho funcional, no caso de docentes, somada ao processo de competição, atrelada ao produtivismo, e que interfere no estágio por ter pouca pontuação, por não ser uma prioridade. Ou seja, é mais importante na avaliação de desempenho da docente, o envolvimento com a realização de pesquisa, produção de vários artigos, atividades estas que tendem a ser reduzidas quando a docente assume cargo de coordenadora de estágio devido às várias demandas inerentes a esse processo. E isso contribui para a perda da perspectiva do elemento formativo e importante que é o estágio, sob o risco de atuar na perspectiva de cumprir um requisito curricular em detrimento da qualidade, das possibilidades de aprendizado que vão sendo secundarizadas, e, às vezes, até uma responsabilidade que recai para a estudante e/ou para profissionais que atuam na Coordenação de Estágio, de assegurar essa qualidade e conseguir vagas de estágio. E de forma geral, essa lógica vem se expressando de forma muito intensa na Universidade com congelamento e cortes de verbas.

Por fim, para a entrevistada 32, a incidência do gerencialismo se expressa na exigência da prestação de contas, no cumprimento de uma série de procedimentos burocráticos e no preenchimento de documentos institucionais, mas a informante também reconhece a autonomia profissional, ainda que relativa.

Nesse tópico, identificamos que, com base nos dados obtidos e no referencial teórico adotado nesse estudo, a manifestação da incidência do gerencialismo na gestão e no controle da força de trabalho (assistentes sociais) assalariada, se dá tanto pela falta de recursos humanos devido à escassez de concurso público, contribuindo para intensificação do trabalho e multifuncionalidade, bem como a falta de recursos materiais, ambos como resultado dos contínuos cortes orçamentários na Política de Educação Superior. Identificamos também com base nos dados, aspectos da dimensão burocrática, mas preservados pela lógica gerencial, como as avaliações constantes de desempenho funcional que, conforme vimos, define remuneração, estabelece critérios de julgamento, ameaça exoneração e com ênfase nos resultados alcançados.

Todavia, em relação à incidência do gerencialismo no trabalho das assistentes sociais nas Coordenações de Estágio, ao nosso ver, não ficou evidenciado onde se manifesta essa incidência. Ao contrário, com base nos dados apresentados, avaliamos ser mais uma dimensão burocrática presente no trabalho realizado pelas profissionais nesses espaços sócio-ocupacionais, mas que não sobrepõe a dimensão político-pedagógica desse trabalho, e sobretudo, não é encarado burocraticamente pelas assistentes sociais por não ser o que rege o trabalho nessas Coordenações de Estágio.

Os dados apresentados no tópico anterior referentes às atividades desenvolvidas pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio, tensiona a hipótese de que ao mesmo tempo que a incidência do gerencialismo se manifesta na organização do trabalho nas instituições de ensino superior, particularmente nas universidades públicas, há autonomia das unidades acadêmicas pesquisadas e uma autonomia pela dimensão da qualificação da força de trabalho, assistentes sociais, ao identificarmos a realização de um trabalho pensado, planejado, apesar das rotinas.

A organização do trabalho das assistentes sociais nas Coordenações de Estágio parte de um planejamento próprio dessas profissionais e não necessariamente é resultado de um instrumento de trabalho institucional, como tende a ser cada vez mais nas áreas de atuação profissional de assistente social.

Ou seja, apesar das assistentes sociais comporem força de trabalho assalariada, contratada para participar do processo de reprodução do capital, considerando sua estratégia de caráter estrutural, sistêmico, conforme apontamos nos capítulos anteriores, e que evidentemente transversaliza o exercício profissional, a autonomia relativa é reafirmada nesses processos contraditórios.

### **3.4 Limites, desafios e possibilidades**

Os limites sinalizados pelas participantes da pesquisa se expressam nos níveis estrutural e institucional/organizacional, no exercício profissional da assistente social, nas condições de trabalho e, de forma direta, no processo de estágio em Serviço Social.



Um desses limites decorre do estrangulamento das Universidades provocado por cortes orçamentários, como desdobramento de uma posição político-ideológica que impõe grandes limites para atuação profissional. A nível organizacional, as entrevistadas que atuam na Coordenação de Estágio vinculada à Coordenação de Extensão e vice-versa, apontaram como limite essa vinculação, tendo em vista, conforme informamos, a absorção da equipe em atender as demandas inerentes a essas duas Coordenações e a necessidade de garantir qualidade nos encaminhamentos propostos e realizados. Essa experiência ocorre em duas das Unidades pesquisadas (1 e 2), apesar de em uma destas (2), as Coordenações, do ponto de vista formal, terem sido separadas, após reordenamento feito pela Unidade acadêmica, na prática, as profissionais permanecem atendendo demandas de ambas Coordenações, inclusive coordenando projetos de extensão, principalmente devido ao recente encaminhamento da Universidade de creditação da extensão no currículo, com pré-requisitos de cumprimento de carga horária e acompanhamento dos espaços extensionistas pela assistente social que atua nessa Coordenação de Extensão, bem como das demais assistentes sociais lotadas na Coordenação de Estágio.

Um outro limite diz respeito ao não reconhecimento das competências e atribuições privativas da assistente social na Coordenação de Estágio em Serviço Social que somado às dificuldades de alguns profissionais de operacionalizar o trabalho (o que expressa a falta de garantia de capacitação, de mais recursos humanos para a realização do trabalho na Coordenação de Estágio) rebatem no trabalho da assistente social e se intensifica enquanto coordenadora por ter que monitorar, realizar junto ou fazer as tarefas administrativas que são atribuídas a outras profissionais.

Os limites referentes às condições de trabalho também foram apontados pelas informantes, de forma enfática e convergente, como por exemplo, espaço físico inadequado devido à destinação única às duas Coordenações (Estágio e Extensão) com a presença de profissionais de outras áreas e cargos funcionais distintos, e até pela total ausência de espaço físico reservado à Coordenação de Estágio, o que exige da assistente social alternativas para resguardar o sigilo profissional, como por exemplo, deslocar para outro espaço para realização de atendimento. Outros limites sinalizados dizem respeito, ainda no campo do ambiente físico, à ventilação e material permanente (mesa, cadeira, arquivo, computador) insuficientes que de igual modo prejudica a realização das atividades. Ainda no campo da infraestrutura, estão as

condições de trabalho providas pela própria profissional para realização das várias atividades de forma remota e que interfere na qualidade do trabalho. Também foram sinalizadas, as dificuldades de acesso ao transporte institucional para realização de visitas institucionais para abertura de vagas de estágio, acompanhamento dos campos de estágio frente ao número de inserção de estudantes em diferentes espaços e para realização de atividades com supervisoras de campo que atuam em instituições, cujo número de profissional é reduzido se comparado a outros campos de estágio, possível de reunir maior número de profissionais para realização de atividades. Ou seja, ações que para serem desenvolvidas exigem mais disponibilidade de transporte institucional.

E a falta de mais recursos humanos, agravada pela ausência de concurso público. Um limite apresentado que se relaciona com um outro que se refere à pulverização das ações profissionais. Nesse sentido, destacam-se as vagas de estágio pulverizadas que, diante da indisponibilidade de tempo frente ao acúmulo de trabalho e o número reduzido de profissionais no setor da Coordenação de Estágio, dificultam o acompanhamento de todos os campos de estágio, através de visitas institucionais e contatos, e o acompanhamento dos trâmites documentais. Em uma das Unidades acadêmicas (2), a disponibilidade de apenas um assistente administrativo para atender às demandas relativas ao estágio também se coloca como um limite para organização do trabalho, principalmente do ponto de vista administrativo, tendo em vista que compete ao setor da Coordenação de Estágio a realização de tarefas administrativas relacionadas à alimentação de dados, organização de documentos, inscrições das estudantes em disciplinas vinculadas ao estágio e o acompanhamento desse processo. Situação acirrada no trabalho remoto de muitas mudanças, demandas, calendário enxuto que têm sobrecarregado profissionais que atuam na Coordenação de Estágio.

Outros elementos colocados como limites dizem respeito diretamente ao processo de estágio. O primeiro, refere-se às condicionalidades presentes na modalidade do estágio remunerado que impõem a submissão da estudante a uma carga horária elevada de estágio e também, por vezes, a submissão desta a um estágio, cujas atividades, a estudante não se identifica. Condições acatadas pela estudante para permanecer na Universidade, tendo em vista que o programa de assistência estudantil não absorve todas as demandas relativas ao acesso a bolsas. O segundo, as exigências nos processos seletivos para estágio que, por vezes,

obstaculizam o ingresso de estudantes no campo por não atenderem aos critérios estabelecidos. O terceiro e último, está atrelado à categoria profissional sobre a discussão do estágio na pandemia e os encaminhamentos feitos um ano após este período de excepcionalidade. Na avaliação da informante 24, a falta de uma leitura objetiva, concreta da realidade, não apenas pautada em valores abstratos que orientam a profissão, para responder às situações que se apresentam no cotidiano profissional, dificultou o direcionamento das ações que antecipada ao posicionamento da categoria, foram e vêm sendo executadas.

Em relação aos desafios, por quase unanimidade, o maior deles apontado pelas profissionais que atuam na Coordenação de Estágio, e que traz impactos na integralização do curso, é a oferta de vagas de estágio por semestre que contemple todas estudantes aptas a realizar estágio, principalmente as estudantes trabalhadoras que só têm disponibilidade de realizar estágio aos finais de semana. Soma-se a isso, a demanda da estudante por estágio com oferta de bolsa como alternativa à falta de emprego e as respostas quantitativa e qualitativa que a Coordenação de Estágio precisa dar a essas questões.

Um outro desafio, seguido da oferta insuficiente de vagas de estágio, é, para além do ingresso da estudante no campo de estágio, tentar garantir a sua permanência e conclusão no/do estágio, tendo em vista as condições de vida e trabalho da estudante atravessadas seja pelas dificuldades de arcar com gastos com transportes e alimentação, seja pela condição de estudante trabalhadora que por vezes, exerce atividade laboral noturna, acrescida das demandas pessoais e acadêmicas.

Também se relaciona ao desafio da restrita disponibilização de vagas de estágio, os rebatimentos no mundo do trabalho que impacta a assistente social enquanto força de trabalho e seu próprio trabalho. A precarização e flexibilização das relações de trabalho, os vínculos empregatícios instáveis que geram rotatividade de profissionais e insegurança nas mesmas em assumir o compromisso em dar supervisão de estágio e cumprir a carga horária exigida, a forma destrutiva das políticas públicas no Brasil, mas também o estranhamento da assistente social de tornar-se uma supervisora de estágio, foram apontados como elementos que interferem no processo de captação de vagas de estágio e formação profissional da estudante. Sobre este último ponto, sinalizado por mais de uma participante, a entrevistada 32 ressaltou que a sensibilidade das assistentes sociais em relação à

importância da supervisão de estágio, apesar de reconhecer todas as problemáticas que envolvem as condições éticas e técnicas dos espaços profissionais, todavia, com base no debate que a categoria profissional acumula, não pode ser um limitador da ação profissional.

Outro desafio apontado diz respeito ao lugar que o estágio acadêmico ocupa, com reflexos na Coordenação de Estágio. Para a entrevistada 11, historicamente, o estágio, apesar de previsto em parte dos currículos profissionais, não tem reconhecimento, condições para o seu desenvolvimento com melhor qualidade. E a falta de legitimidade e reconhecimento do trabalho realizado por profissionais que atuam na Coordenação de Estágio, expressam o espaço e lugar que o estágio supervisionado acaba tendo dentro da formação profissional. Nesse sentido, a entrevistada 11 também apontou o desafio da falta do reconhecimento do exercício profissional da assistente social na Coordenação de Estágio por parte de algumas profissionais dessa categoria.

Ainda nesse ponto, a entrevistada 31 apresentou algumas características ainda presentes no processo de estágio em Serviço Social. A primeira, tem a ver com o lugar que o estágio ainda ocupa na formação profissional que reflete a forma como o corpo docente discute e organiza o estágio. Ao mesmo tempo, nos projetos pedagógicos, e até nos discursos, o estágio está sempre em evidência como elemento fundamental, transversal da/a formação profissional, mas ainda não é priorizado, é algo que precisa ser construído no cotidiano. Segundo, o conhecimento sobre o funcionamento do estágio e as questões, os desafios que o permeiam, voltam-se mais para as profissionais que estão envolvidos no processo do estágio na Unidade acadêmica, supervisoras acadêmica, docentes e assistentes sociais que atuam na Coordenação de Estágio. Terceiro, a equipe da Coordenação de Estágio troca pouco com o coletivo das docentes e isso é uma questão que interfere no trabalho, na organização do processo do estágio. Na avaliação da entrevistada, esse pouco diálogo também já esteve relacionado à hierarquia na divisão do trabalho como se o potencial reflexivo pertencesse as docentes e às assistentes sociais da Coordenação de Estágio, competia a execução das atividades.

Entrevistadas também sinalizaram como desafiador a realização do estágio supervisionado de forma remota dada a sua natureza de uma atividade prático-interventiva. A relação entre a realidade imposta pela pandemia, a perda dos campos de estágio, a demanda da estudante por inserção em campo de estágio, a

implementação do estágio remoto com objetivo de viabilizar o direito da estudante à vida e a condução de todo esse processo com responsabilidade e determinada qualidade, tendo em vista a preponderância da necessidade do cumprimento do estágio, em detrimento da qualidade do processo formativo, para atender as demandas do mercado de trabalho, tem sido um desafio. Bem como o trabalho remoto, cujas recentes mudanças provocadas pela pandemia, têm alterado radicalmente o fluxo e procedimentos do trabalho, a organização técnica do trabalho, reforçando a realização de multitarefas e intensificado o trabalho. E para além desse aumento de demanda, esta aparece diferente, com novas requisições, principalmente no processo de inserção da estudante no estágio de forma remota.

Outros dois desafios apontados dizem respeito à articulação com outras assistentes sociais que também atuam em Coordenações de Estágio em Serviço Social para proposições, encaminhamentos e ações coletivas. E maior diálogo com as supervisoras acadêmica para refletir, debater e problematizar questões sobre o estágio supervisionado em Serviço Social.

Em relação às possibilidades, foram apontadas a ampliação de vagas de estágio nos espaços de atuação de assistentes sociais no interior da Universidade e abertura de novos campos de estágio em projetos de extensão – com oferta de vagas principalmente em horários alternativos ao do trabalho da estudante – coordenados por docentes, com formação em Serviço Social, para dar supervisão de estágio. Essa experiência de estágio em projetos de extensão, coordenado por docentes, vem ocorrendo em três das Unidades (1, 2 e 4) onde foram realizadas a pesquisa, diante da realidade imediata de realização de atividades de estágio de forma remota no contexto de pandemia.

Oferta de curso de extensão com objetivo de capacitar supervisoras de campo através de debates sobre projeto ético-político da profissão e a dimensão do potencial interventivo no processo de supervisão de estágio. Nesse sentido, também foi sinalizado como possibilidade, a capacitação profissional contínua de assistentes sociais que atuam na Coordenação de Estágio através de estudo sobre as documentações referentes ao estágio supervisionado do conjunto CFESS/CRESS para uma leitura melhor da realidade acrescido de realização de pesquisas com objetivo de aproximação do novo perfil estudantil inserido nesta realidade. Criação de espaços de debate em que a formação dialogue diretamente com o exercício

profissional com ênfase na participação das supervisoras de campo como palestrantes, inclusive, enquanto mestres e doutoras.

Também foi apontado como possibilidade, a assistente social ocupar cargo de coordenadora de estágio por razões distintas, mas complementares se pensadas na perspectiva de um processo de estágio determinado por dimensões política, ética e técnica, no sentido da busca de valorização do exercício profissional da assistente social em Unidade acadêmica de Serviço Social, sendo reafirmada pela ocupação de cargo de coordenação dentro dos espaços universitários, cujos cargos de gestão destinam-se para docentes dada a relação hierárquica presente nesses espaços. A outra razão sobre a coordenação de estágio ser gerida também por assistente social, além da docente, é por se tratar de um espaço que se gerencia uma política que requer supervisão de campo e acadêmica, ou seja, um processo de trabalho onde se divide competências, funções e atribuições. Bem como o conhecimento da assistente social do trabalho realizado no setor da Coordenação de Estágio somado a sua experiência do exercício profissional nesse espaço adquirido/a no cotidiano. E a atuação profissional da assistente social nas coordenações de estágio como forma de potencialidade muito grande para realização do trabalho profissional.

Ainda no campo das possibilidades, foi sinalizado por mais de uma participante da pesquisa, a necessidade de realização de atividades com estudantes de cunho informativo relacionado ao estágio em Serviço Social, envolvendo inclusive estudantes dos primeiros períodos de graduação, mas também relacionado à instrumentalização sobre os espaços das unidades acadêmica e universitário, em geral, que vão para além do setor da assistência estudantil e do campo da militância, considerados espaços mais comumente frequentados pelas estudantes. Bem como realização de mais oficinas com as estudantes.

Uma outra possibilidade motivada pela garantia de mais qualidade ao trabalho realizado está na proposta de desvinculação das Coordenações (Extensão e Estágio) que por si só absorvem as profissionais que atuam nesses espaços ao atenderem todas as demandas de cada setor que lhes são atribuídas.

Outra possibilidade é desenvolver o trabalho na Coordenação de Estágio articulado ao caráter da Universidade, com investimento em pesquisas, ensino e extensão. Ou seja, as assistentes sociais caminharem nessa perspectiva, nessas outras frentes possíveis de atuação, produzindo pesquisas sobre o trabalho

desenvolvido no setor, os campos de estágio e os desafios inerentes a esses espaços; e propondo atividades de extensão para as estagiárias e supervisoras de campo.

Outras possibilidades estão nos espaços de debates. A participação das assistentes sociais no colegiado de curso para discussão coletiva sobre estágio, exposição do trabalho realizado no setor, principalmente frente as mudanças colocadas nesse período pandêmico. Ampliação do diálogo com estudante e supervisoras de campo e acadêmica para pensar o processo de estágio de forma remota. E a discussão sobre estágio dentro do processo de formação com ênfase na responsabilidade que a estudante, enquanto futuro profissional, tem na continuidade da atividade de supervisionar.

### **3.5 Relação entre inserção profissional na Coordenação de Estágio e formação profissional de estudantes em Serviço Social**

Devido às particularidades de duas das Unidades acadêmicas pesquisadas (1 e 2) e a participação de docentes na pesquisa, as respostas referentes à relação estabelecida entre a inserção profissional na Coordenação de Estágio e formação profissional em Serviço Social, envolvem assistentes sociais, em cargo de gestão ou não, e docentes coordenadoras.

A relação entre a inserção profissional e o processo formativo em Serviço Social, para uma das entrevistadas (12), sobretudo se dá pela identidade profissional por se tratar de uma atribuição privativa, isto é, somente à profissional de Serviço Social é permitido assumir cargo de coordenação de estágio nessa área. A partir desse entendimento, acredita-se que naquela relação, a contribuição que se pode conceder ao processo formativo é dar centralidade à formação profissional, a própria ideia de exercício profissional, de prática, dar enfoque à instrumentalidade no âmbito dos instrumentos e técnicas profissionais. Tentar garantir que o estágio seja espaço privilegiado do fazer profissional, onde a estagiária terá a possibilidade de pensar sobre como atuar, nos limites do estágio, como assistente social e não ficar apenas em debates teóricos abstratos sem todo conjunto de mediações necessárias para o fazer profissional. Atribui-se ainda àquela relação, um esforço de garantir que o estágio seja locus privilegiado do pensar e fazer profissional enquanto assistente

social que garanta destaque maior dos instrumentos, das técnicas e desse modo, articulado ao debate das teorias sociais que ajudam a explicar fundamentalmente as políticas sociais e o próprio exercício profissional. Considera-se que quanto mais a docente/coordenadora de estágio se reconhecer como assistente social, mais a formação tende a privilegiar o fazer profissional – Como fazer? Para que fazer? Por que fazer? – para constituição de uma assistente social.

Outras informantes também destacaram o aspecto sobre atribuição privativa da assistente social na Coordenação de Estágio. A entrevistada 42 apontou o papel fundamental do exercício profissional na Coordenação de Estágio, tendo em vista que somente a assistente social tem atribuição para responder as demandas que chegam à Coordenação de Estágio por não se tratar apenas de demandas administrativas e pedagógicas em si, mas demandas pedagógicas relacionadas ao exercício profissional da assistente social.

E aí, hoje, estando na Coordenação de Estágio eu entendo o papel fundamental do exercício profissional na Coordenação de Estágio, Olha vou te falar se eu tivesse na Coordenação de Estágio com uma pedagoga, psicóloga, sei lá, qualquer outra profissional não conseguiria responder as demandas que chegam à Coordenação de Estágio porque não são apenas demandas administrativas e pedagógicas em si, são demandas pedagógicas relacionadas ao exercício profissional e isso só uma assistente social consegue exercer, eu acho que isso é uma atribuição privativa inclusive.

A entrevistada 11 sinalizou a especificidade da profissão fundamentada nas dimensões de cunho teórico, ético e operativo, e o aparato legal e normativo próprio do Serviço Social que subsidiam o exercício profissional. E a dimensão prático-interventiva cotidiana da assistente social inserida no debate sobre formação profissional em Serviço Social que oportuniza qualidade no atendimento as demandas.

[...] nós, enquanto assistentes sociais, acho que a gente reforça nos estudantes a importância do estágio e como que essa experiência tem que ser qualificada. Têm muitos estudantes que muitas vezes nos questionam porque querem indicar determinados campos de estágio porque conheceram de algum modo, porque tem em seu círculo familiar ou de amizade que é assistente social ou que conhece um assistente social de determinada organização e acha que é assim que



a gente tem que pegar e inserir, institucionalizar aquele campo de estágio sem minimamente conhecer o trabalho daquela assistente social, sem conhecer aquela organização pra avaliar melhor as condições ético-profissionais, teórico-metodológico e instrumentais do trabalho profissional pra poder realizar abertura daquele campo de estágio. [...] Então todo um processo que a gente busca também contribuir com essa formação profissional, identificando campos de estágio que tenham as condições tanto exigidas pelas normativas por todo um processo formativo desses estudantes. Entender que essa inserção no estágio precisa ter uma qualidade pra não comprometer esse processo formativo.

A entrevistada 42 reforça essas reflexões ao considerar o trabalho profissional da assistente social nas coordenações de estágio gerar mais atribuições privativas do que competências profissionais, pois é um espaço que perpassa um acompanhamento do aprendizado do exercício profissional. Um acompanhamento ético, técnico, político, teórico e pedagógico de problemas nos campos de estágio no que se referem às condições éticas e técnicas, de situações dentro das políticas sociais que descaracterizam o exercício profissional, como por exemplo, assistente social inserida em equipe multiprofissional como forma de diluir o exercício profissional, de estudantes que têm particularidades pessoais e de trabalho que não conseguem realizar estágio; de questionamentos sobre qual é o papel das profissionais, enquanto universidade, de oferecer e acompanhar o estágio na área de Serviço Social. Ou seja, acompanhamento privativo de demandas presentes no processo de execução da política de estágio como parte do processo de aprendizado da estudante sobre o exercício profissional. Um outro elemento, justificado pelo anterior, refere-se ao espaço da Coordenação de Estágio configurar campo de estágio.

Sobre essa relação dar visibilidade às estudantes de como a profissional de Serviço Social atua nos diversos espaços socio-ocupacionais, a profissional 11, durante momento da sua entrevista, complementou que essa viabilização se relaciona com ação de buscar campos de estágio condizentes com as normativas de estágio em Serviço Social no sentido de contribuir com uma experiência acadêmica qualificada. Para a informante, essa relação entre a inserção profissional na Coordenação de Estágio e formação profissional de estudantes de Serviço Social

também contribui no sentido de fazer com que a formação profissional e a experiência da estudante no estágio tenham maior legitimidade dentro do processo formativo que ela vem construindo e reforça nas estudantes a importância do estágio. E também apontou para a viabilização do acesso e permanência da estudante ao/no estágio até sua conclusão que diz respeito à integralização do curso de graduação, principalmente estudantes trabalhadoras que diante da sua dificuldade de ingresso no estágio, desacreditam na sua inserção no campo.

Outra reflexão feita diz respeito ao fato da assistente social uma vez inserida na Coordenação de Estágio, promover a valorização da dimensão técnico-operativa do Serviço Social e com isso, contribui para a problematização dessa dimensão dentro do espaço da Universidade, associada às demais dimensões teórico-metodológica e ético-política. A Coordenação de Estágio por ser um espaço pouco valorizado dos demais, no interior da Universidade, o exercício profissional da assistente social não tem relevância se comparado a outras produções teóricas em detrimento da produção de conhecimento sobre exercício profissional da assistente social. Portanto, a inserção da assistente social na Coordenação de Estágio que cotidianamente dialoga com supervisoras de campo, contribui para provocar um maior investimento do exercício profissional no sentido de trazer o debate sobre o trabalho profissional, as questões que efetivamente são discutidas nos espaços sócio-ocupacionais de atuação da assistente social (campos de estágio), para o espaço da academia, isto é, valorização da atuação profissional da supervisora de campo.

Outro elemento sinalizado na relação entre a inserção profissional na Coordenação de Estágio e a formação profissional, a maior contrapartida que se pode dar à assistente social é a legitimidade da sua ação profissional cotidiana. É poder legitimar, via formação na universidade, o que a assistente social faz, bem como construir estratégias de ação com supervisoras de campo que contribuam para proteger a profissão de alguns ataques do capital – que desconfigura, fragmenta as políticas sociais – e fortalecer a identidade da profissão nos respectivos espaços profissionais que são campos de estágio.

Um outro elemento diz respeito às questões que estão relacionadas à precarização do trabalho que vão incidir no exercício profissional da assistente social, supervisora de campo, e impactar o estágio, mas não só. Isto é, devido àquelas questões, que envolvem esgarçamento da dimensão ética, somadas ao não reconhecimento de algumas assistentes sociais da importância da dimensão formativa

da estudante e seu compromisso profissional nesse processo, acabam que indiretamente incide no processo formativo da estudante com a não oferta de vagas de estágio. E nesse processo está a relevância da intervenção das profissionais da Coordenação de Estágio em promover debate com as supervisoras de campo sobre o compromisso profissional e capacitar assistentes sociais com objetivo de estimular o interesse em supervisionar estagiárias.

Também foi apontada a reduzida oferta de vagas de estágio em Serviço Social, agravada pela pandemia diante da perda de vagas de estágio de campos externos a Universidade, devido à exigência da presença física das estagiárias nesses espaços. Para a entrevistada 41, nesse caso, a intervenção das profissionais da Coordenação de Estágio, junto com outra instância da Unidade acadêmica, tem se dado no sentido de inserir estudantes em projetos de extensão coordenados por assistentes sociais e docentes, uma contribuição no sentido de possibilitar a estudante a pensar o exercício profissional para além dos espaços profissionais tradicionais.

Em relação ao trabalho da docente coordenadora, esta relação com o processo formativo da estudante se dá nas demandas pedagógicas específicas relacionadas a uma fase da formação que é a da apreensão, do aprendizado do exercício profissional na realidade. Contudo, para a informante 42, a função da Coordenação de Estágio quando institucionalizada na PNE/ABEPSS foi implementada no sentido de tentar garantir a supervisão de estágio, mas a categoria profissional não pensou sobre os sujeitos que a comporia, recaindo a responsabilidade para a docente. Isso ocasionou problemas práticos se considerar que o estágio é uma política dentro de um processo de formação profissional onde a ação de gerir tem que expressar a execução, ou seja, a gestão de uma política não pode estar apartada da execução. O trabalho da assistente social e docente na Coordenação de Estágio tem um caráter estratégico da formação e de valorização e fortalecimento do exercício profissional, da identidade profissional a partir da concepção do projeto ético-político, de uma profissão crítica comprometida com a realidade.

A entrevistada 21 avaliou a relação entre a inserção de profissionais na Coordenação de Estágio e o processo da formação profissional da estudante como direta e fundamental. Para ela, a grande relevância é a intervenção profissional nos processos de acesso, permanência e conclusão ao/no/do estágio acadêmico, todavia uma atuação profissional que vai para além de abertura de vagas de estágio, mas de aproximação das demandas trazidas pelas estudantes que apresentam outro perfil a

partir do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, defendido pela categoria profissional, mas desafiador devido à necessidade de viabilizar o acesso, permanência e conclusão do estágio. Uma permanência que está muito vinculada ao programa de assistência estudantil da Universidade como sendo apenas uma falta de recurso material, contudo, ao acompanhar as estudantes, a profissional identifica outras demandas que também dificultam o processo de estágio da estudante e conclui que a intervenção da assistente social é um diferencial no sentido de contribuir com essa fase do processo formativo.

Eu percebo que a nossa atuação na Coordenação de Estágio, eu acho que é fundamental. Primeiro, porque a gente consegue não só dialogar com as assistentes sociais dos campos para acompanhamento, abertura de vagas, mas também por todo um atendimento aos alunos que chegam ao setor e como coloquei, acho que a nossa grande relevância é porque a gente atua sim na permanência deles na graduação, acho que a gente tem uma atuação direta, contribui na permanência e conclusão do estágio, o andamento da sua formação porque acaba que temos o conhecimento grande do dia a dia do setor [...]” [...] eu vejo que nosso trabalho é esse, de se aproximar das demandas trazidas pelos alunos, não só a gente pensar em abrir vagas de estágio não, a gente também tem uma inserção ali de ter uma atuação próxima aos alunos. A gente sabe que o perfil do estudante mudou muito junto aí da democratização do acesso, das políticas que são importantíssimas que vêm ampliando o acesso da classe trabalhadora, é justo, é o que a gente realmente quer, mas isso traz um perfil novo, desafiador, porque não é só o acesso [...] porque eu acho que a nossa atuação nas coordenações de estágio, a gente atua na permanência desse aluno na graduação, não é só garantir o acesso, mas garantir a permanência e a conclusão. E eu vejo que essa permanência está muito ligada só a questão da assistência estudantil, os alunos enxergam muito como sendo um recurso material quando a Universidade transfere. E não é isso. Quando a gente vai lá, atende esse aluno, consegue encaminhar pra uma vaga de estágio ou, às vezes, tem uma questão relacionada à saúde, a gente também encaminha, ou bolsa e aí, a gente encaminha pra assistência estudantil. Alí, a gente está de fato contribuindo com a permanência dele e a gente tem criado esse vínculo com os alunos e a gente faz um diferencial [...].

A entrevistada 22 destacou que desconhecia as atribuições da assistente social na Coordenação de Estágio por ser um espaço de formação profissional. Contudo, a partir da apreensão das atribuições e competências profissionais e a divisão do trabalho nesse setor que, ao mesmo tempo, reuni exercício e formação profissional, avaliou que a relação entre a inserção profissional na Coordenação de Estágio e o processo formativo da estudante para além de contribuir com esta formação profissional enquanto supervisora de campo, tendo em vista o setor ser campo de estágio, também ressaltou sobre a intervenção na atuação direta da assistente social na integralização do curso, permanência e conclusão da graduação da estudante na medida que a intervenção e o acompanhamento profissional da assistente social estão voltados para o ingresso da estudante no campo de estágio até a conclusão desse processo.

A princípio, fiquei um pouco perdida nesse sentido, mas com o tempo, foi ficando mais claro quais eram nossas atribuições e competências. E a gente também teve espaço para ir construindo de acordo com nosso perfil [...]. Mas, pra mim, hoje, é mais claro de quando eu entrei porque é uma atuação no campo da formação, eu nunca tinha visto essa experiência. Apesar de eu ter tido uma assistente social na Coordenação de Estágio, a gente não tinha muito contato, como aluna, com a assistente social e a identificação de um assistente social na Coordenação de Graduação pra mim era muito perdido, eu nem sabia que ela era assistente social. Conhecia a assistente social [...], eu particularmente não conhecia a atividade de um assistente social na Coordenação de Estágio [...]. Eu acho que a gente, como eu acho que já falei outras vezes, interfere muito nessa questão não só na contribuição de ser uma possibilidade de campo de estágio, mas que a nossa atuação, ela impacta diretamente na integralização, permanência e na conclusão do curso. Acho que nesse sentido, a Coordenação de Estágio tem muito a contribuir não só de esclarecimentos sobre estágio, de como se inscrever. Nosso trabalho tem esse impacto na permanência, conclusão do curso na medida que o aluno consegue integralizar o curso, ingressar no campo de estágio e consegue concluir.

A entrevistada 23 avaliou essa relação como direta, estabelecida a partir da contribuição da assistente social no processo de gestão do estágio de forma contínua e qualificada, o que possibilita, por exemplo, estreitar relações com a supervisora de

campo de forma mais aproximada. Um outro elemento diz respeito à aproximação da estudante com o fazer profissional da assistente social na Coordenação de Estágio. E a partir dessa aproximação, a estudante ter a oportunidade de conhecer o trabalho desenvolvido por aquela profissional nesse espaço, pois a estudante de Serviço Social tem dificuldade de identificar o fazer profissional da assistente social para além da esfera da execução. Nesse processo, a Coordenação de Estágio contribui com reflexões no sentido de que a assistente social também atua em outras áreas como, gestão, dentre outras; contribui em mostrar à estudante, o fazer profissional na área da formação, tendo em vista que a Coordenação de Estágio se configura campo de estágio, bem como a assistente social da Coordenação de Estágio, enquanto supervisora de campo, participa de forma direta do processo formativo da estudante.

Acho que uma relação direta do ponto de vista de que o estágio é um elemento central na formação do aluno e de alguma forma, nossa inserção ali, vem pra contribuir com esse processo de gestão do estágio de uma forma qualificada. Então, quando a gente pensa que a gente tem um profissional que ele vai se dedicar somente àquele processo, tudo bem que lá a gente articula com a extensão, mas nós somos vinculados àquele setor, então a gente vai pensar todo esse processo de estágio como uma forma de qualifica-lo e aí se você pensa que não tem uma rotatividade [...]. [...] se você tem um profissional que vai estar ali durante um bom tempo na Coordenação que pode se especializar, se dedicar acho que isso pode ser um ganho pros alunos, acho que isso enriquece o processo de estágio de certa forma. Por outro lado, o fato de ter um profissional que se dedica aquele setor, a gente consegue estreitar as relações com o supervisor de campo de uma outra forma que se a gente não tivesse ali uma dedicação pra isso. [...] E também acho que é bom salientar que a Coordenação de Estágio também é campo de estágio, a gente enquanto assistente social, a gente também é supervisora de campo [...]. Então a gente percebe que os alunos falam “nossa, não sabia que vocês faziam tanta coisa, eu não sabia que a Coordenação fazia isso”. Acho assim, que isso de alguma forma aproxima a coordenação de estágio dos alunos, do que realmente é o fazer profissional na Coordenação. Tem uma outra dimensão disso também que aí acho que fica um pouco pro Serviço Social e isso a gente recebe muito dos alunos enquanto expectativa, os alunos de uma forma geral quando vai se inserir no campo de estágio que não tem aquele fazer profissional tradicional do atendimento, muitos têm uma certa dificuldade de enxergar o Serviço

Social, então acho que a Coordenação enquanto campo de estágio, ela também trabalha e faz esse processo de reflexão que o assistente social não está só ali, na execução, mas também na formação, na gestão, no planejamento, trabalha em várias outras dimensões. Então, acho que essas contribuições de uma forma geral a gente vai agregar ao processo de formação do aluno.

Para a informante 24, a participação da assistente social no processo de formação é direta e indireta. É direta, enquanto supervisora de campo e indireta, ao intervir em processos que vão desde a abertura de campo de estágio com objetivo de avaliar a possibilidade de determinada instituição tornar-se campo de estágio, passando pelas relações que se estabelecem com supervisoras de campo e acadêmica o que contribui pedagogicamente para melhor inserção da estudante no campo de estágio. Um elemento a se destacar se refere à capacidade das assistentes sociais da Coordenação de Estágio de planejamento, de realização de articulações institucionais e ações políticas mais amplas, ou seja, profissionais que não estão restritas a esfera da execução. Ressalta-se ainda o papel preponderante da Coordenação de Estágio na construção da própria Política de Estágio que demanda repensar a organização do estágio, inclusive no período de pandemia. A participação efetiva enquanto coordenadoras (docente e assistente social) na Política da Unidade acadêmica, bem como em outras instâncias deliberativas que de alguma forma influenciam nos rumos daquela Política. E as particularidades do estágio que tem um elemento pedagógico e a Coordenação atua nessa intermediação entre supervisoras de campo e acadêmica e estudantes.

A gente tem uma participação, eu diria, direta e indireta nessa formação. Talvez a direta [...] é que nós diretamente participamos enquanto um ator que é o supervisor de campo. Todos nós temos alunos estagiários, diretamente, no nosso trabalho, então a gente participa dessa formação nesse aspecto enquanto supervisor de campo [...]. E indiretamente, de muitas e muitas formas desde quando você abre um campo de estágio, você permite, analisa a possibilidade dessa experiência acontecer nesse local, passando pelas relações que isso estabelece com supervisores de campo. E isso contribui pedagogicamente pra melhor inserção e desde também das relações com supervisores acadêmicos. Uma série de contatos, atividades que vão desde a organização das turmas de OTP, às turmas vinculadas ao estágio, à supervisão acadêmica, até eventos, e outras situações,

passando pela construção da própria Política de Estágio que a Coordenação tem um papel preponderante também. As situações particulares do estágio também têm um elemento pedagógico nisso que a Coordenação atua nessa intermediação entre alunos, supervisores acadêmico e de campo [...]. Ou seja, a nossa ação acaba tendo direta e indiretamente relação com a formação do estudante e vai desde a formulação da Política, e a Política não só da Coordenação de Estágio, porque nós enquanto coordenadores, eu e a assistente social, participamos do Conselho e de alguma forma influenciemos nos caminhos, nos rumos da Política da Unidade até a ponta lá de um problema de um aluno específico.

A entrevistada 31 avaliou que se trata de uma relação direta e importante. Para ela, o estágio tem um impacto na formação profissional, pois abre um espectro de possibilidades de conexão entre o conteúdo teórico e a realidade, bem como a relação que vai sendo construída com as usuárias. O estágio possibilita estabelecimento de contato com a assistente social, onde é comum a estudante ter nessa profissional, supervisora de campo, uma referência para sua formação profissional. Ao processo de estágio estão vinculados elementos de muita potência, e ter o suporte de uma equipe que cuida da qualidade desse processo de aprendizado e descobertas diferencia a formação, traz segurança para a estudante, e de forma mais ampla, reforça o papel da Universidade de construir esses alicerces para preparar a estudante. Um outro elemento sinalizado pela entrevistada, diz respeito às competências e atribuições privativas da assistente social relacionadas às especificidades do estágio em Serviço Social, mas para além disso, é uma atribuição privativa que contribui para formação profissional da assistente social. E concluiu ao apontar que o trabalho na Coordenação de Estágio tem um caráter pedagógico, materializado, por exemplo, no diálogo estabelecido com as instituições no processo de abertura de campo de estágio e os critérios inerentes a esse processo. E também assume um caráter político expresso no projeto da profissão presente na relação com os campos de estágio, com a organização do estágio na própria Universidade, pois explicita o posicionamento da profissão. Ou seja, um investimento profissional na relação com os campos de estágio, com outras profissionais, com a própria Universidade que apresenta esse caráter pedagógico, político do estágio em Serviço Social que não se restringe a uma formalização de exigência curricular.



Eu acho que tem uma relação direta e importantíssima [...]. Então acho que o estágio abre um espectro de possibilidades de conexão com conceitos que você vem estudando e com a realidade que a gente vive porque a gente também é usuário de um monte de serviços e a relação que a gente vai aprender a construir com nossos usuários. Então acho que isso é um elemento de muita potência no estágio e ter essa experiência de uma forma, com um suporte de uma equipe que está cuidando dessa qualidade desse estágio, que está acompanhando seu processo de aprendizado e de descobertas no estágio, acho que isso faz muita diferença na formação, isso dá uma segurança pro aluno e também reforça o papel da universidade que é esse de construir esses fundamentos, esses alicerces pra que os estudantes voem. Passa também pelas competências profissionais, atribuições que são nossas de cuidar do estágio como esse elemento pra formação, então esse momento de construção de competências com aluno. Mas também tem a ver com as nossas competências profissionais de estar lidando com algo que é específico da nossa profissão que é o estágio. É uma atribuição privativa, mas pra além disso né, é uma atribuição privativa do assistente social e estamos formando assistente social. [...] E o caráter pedagógico, que também tem essa coisa né, o trabalho na Coordenação de Estágio tem um caráter político porque tem a ver com projeto profissional, projeto de formação que a Unidade constrói, tem a ver com projeto de profissão que a gente investe e a nossa relação com os campos de estágio, e nossas relações com as estruturas internas da Universidade de organização do estágio. É uma relação que explicita esse nosso posicionamento de um estágio que não seja só tarefa, de um estágio que não seja só formalização de uma exigência curricular, então isso está explícito na nossa relação tanto interna quanto externa. E tem um caráter pedagógico mesmo de organizar isso na abertura de campo, tem critério de abertura, dialogar com as instituições sobre esses critérios. Acho que tem uma questão política de falar do nosso projeto, mas também pedagógica de ir mostrando os nossos caminhos de formação, os instrumentos que vamos construindo pra isso.

A respeito dessa relação, acreditamos que os fenômenos abordados nesse estudo contribuem para pensar, a formação em Serviço Social, que para além das condições concretas nas quais esta formação se realiza no interior das instituições de ensino, reconfiguradas, contribuindo para uma formação que pode se tornar cada vez

mais precarizada, se atender aos parâmetros tecnicistas ditados pelo mercado; têm-se os espaços sócio-ocupacionais de assistentes sociais – também espaços de formação acadêmica nos quais se realiza o estágio – e que são marcados pelas atuais estratégias de gestão do trabalho. E especificamente neste caso, a partir das reflexões feitas pelas informantes, identificamos a necessidade do exercício profissional nas coordenações de estágio, bem como seu alcance.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na nossa pesquisa, vimos que a partir dos anos 1990, no Brasil, a reestruturação do modo de produção do capital, o neoliberalismo e a contrarreforma do Estado, de fato, guardam relação com a requisição de assistentes sociais para atuar nas coordenações de estágio ao apontarem para inflexões provocadas por aqueles fenômenos nesses espaços sócio-ocupacionais, inseridos em uma Política de Educação Superior reconfigurada para atender ao interesse do capital.

As mudanças no mundo do trabalho combinadas com o neoliberalismo impactaram tanto a esfera produtiva quanto a esfera dos serviços – aqui, especificamente o âmbito estatal de universidades públicas. E nesse contexto, a educação ganhou um lugar de destaque no processo de expansão do capital, propiciando uma formação tecnicista, esvaziada de um ensino com qualidade.

Ao refletirmos sobre os apontamentos feitos pelas informantes da pesquisa sobre os elementos justificadores de tais requisições de assistentes sociais realizadas pelas Unidades acadêmicas pesquisadas (vale lembrar, parte constituinte da Política de Educação Superior reconfigurada), a saber: a) necessidade de captação e ampliação de vagas de estágio, principalmente aos finais de semana, devido à demanda reprimida de estágio; b) necessidade de ampliação de diálogo com assistentes sociais, supervisoras de campo, com objetivo de fortalecimento da relação institucional; e c) o acúmulo de atividades a serem realizadas nas coordenações de estágio, podemos observar algumas questões relacionadas a esses elementos.

Em relação ao dado apresentado na pesquisa sobre a demanda por estágio não atendida, esta tem relação com o incentivo do governo à criação de cursos noturnos na década de 1990, com a expansão das instituições privadas de ensino superior com objetivo de atender aos interesses do mercado – que apesar de reconhecermos e defendermos a possibilidade do acesso de estudantes trabalhadoras ao ensino superior, colocou limitações para a efetiva realização do estágio supervisionado ao incidir em maior demanda de vagas.

Essa demanda reprimida de estágio acirrada pela concorrência de vagas devido ao aumento exorbitante dos cursos de Serviço Social de instituições privadas somada a pouca disponibilidade de estudante trabalhadora para realizar estágio, implicou na requisição de assistentes sociais para atuar nas coordenações de estágio.

Em relação a segunda justificativa apresentada sobre o fortalecimento da relação com as instituições concedentes de estágio, tal ação contribui de fato com a qualidade do estágio da estudante, entretanto, vincula-se à oferta de vagas de estágio seja para sua manutenção ou ampliação se considerarmos a retração do mercado de trabalho para assistentes sociais, cada vez mais acirrada e os limites institucionais expressos em condições e vínculos precários de trabalho de assistentes sociais, situações que podem contribuir para a redução da oferta de vagas para estágio, seja a disputa por vagas de estágio acirrada por aquela expansão das instituições privadas mencionada.

E o terceiro elemento justificador que diz respeito ao acúmulo de ações desenvolvidas nas coordenações de estágio, este, conforme vimos, está relacionado a falta de recursos humanos devido à escassez de concurso público como resultado dos contínuos cortes orçamentários na política de educação superior brasileira.

Portanto, com base na nossa análise, a partir do referencial teórico adotado no estudo (MANDEL, 1985), compreendemos que esse conjunto de elementos apresentados na pesquisa, estão intrinsecamente vinculados aos fenômenos da reestruturação produtiva, neoliberalismo e contrarreforma do Estado.

Mas por outro lado, como resposta a essas estratégias do capital, vimos que, através dos dados coletados, o trabalho realizado pelas assistentes sociais é parte de um projeto de formação aliado aos interesses das usuárias, contrário a lógica do capital, apesar de reconhecermos a relativa autonomia dessas profissionais nos espaços das coordenações de estágio ao intervir para viabilizar o estágio em Serviço Social com qualidade, conforme previsto na Política Nacional de Estágio da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) (PNE/ABEPSS) (ABEPSS, 2010), implementada a partir de 2010, em consonância com o Código de Ética de 1993 e a Lei de Regulamentação da Profissão n.º 8.662 de 1993 (CFESS, 1993 a-b), nas Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço, de 1996 (ABEPSS, 1996), e nas Resoluções do Conselho Federal de Serviço Social n.º493 de 2006 e n.º533 de 2008. (CFESS, 2006, 2008), mencionados ao longo desse estudo.

Nesse estudo, destacamos também o trabalho realizado pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio, os objetivos projetados e o planejamento e execução de novas ações que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, que para além de expressarem as possibilidades presentes na própria realidade, ainda que

diante dos desafios e limites como parte dos determinantes estruturais e institucionais, antes, expressam a legítima necessidade de assistentes sociais atuar nesses espaços profissionais para tornar viável a materialização dessas possibilidades e em consonância aos parâmetros supracitados específicos do estágio em Serviço Social somente sendo possível através de investimento de tempo, dedicação e envolvimento requeridos para essa finalidade.

Desse modo, na nossa avaliação, e aqui repetimos, o trabalho realizado pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio, os objetivos projetados e o planejamento e execução de novas ações que vêm sendo desenvolvidas ao longo dos anos, concluímos que antes, revelam que essas profissionais foram vistas pelas unidades acadêmicas pesquisadas, como um potencial para que as possibilidades, antes no horizonte, fossem materializadas, e vêm no decorrer dos anos, avançando significativamente nessa direção, conforme vimos a partir dos dados coletados. Ou seja, um trabalho necessário, com valor de uso que atende a necessidades sociais (Marx, 1996), e, portanto, indubitavelmente contribui para viabilizar qualidade ao processo de estágio supervisionado em Serviço Social.

A inserção e atuação profissional de assistentes sociais nas coordenações de estágio são um processo de resistência das unidades acadêmicas pesquisadas, de disputa, de demarcação de um elemento de qualidade de gestão do estágio em Serviço Social. Expressam a defesa de um projeto de formação profissional no qual se valoriza esse lugar de gestão de uma das dimensões do processo formativo.

Destacamos ainda os dados obtidos referentes à relação entre a inserção da assistente social na coordenação de estágio e o processo formativo da estudante, que tem relação direta com o trabalho que é desenvolvido nas Coordenações de Estágio pesquisadas se compreendermos que as reflexões trazidas pelas informantes, expressam um trabalho antecipadamente pensado, problematizado, sistematizado teoricamente. Ou seja, antes da ação, tem-se a projeção do alcance dos resultados que caminham na direção social da profissão:

- 1) [...] a identidade profissional por se tratar de uma atribuição privativa [...] (12);
- 2) [...] dar centralidade para a formação profissional, a própria ideia de exercício profissional, de prática [...] (12);
- 3) [...] garantir que o estágio seja lócus privilegiado do pensar e fazer profissional enquanto assistente social que garanta destaque maior dos instrumentos, das técnicas e desse modo, articulado ao debate das

teorias sociais que ajudam a explicar fundamentalmente as políticas sociais e o próprio exercício profissional (12);

- 4) [...] a intervenção profissional nos processos de acesso, permanência e conclusão ao/no/do estágio acadêmico, todavia, uma atuação profissional que vai para além de abertura de vagas de estágio, mas de aproximação das demandas trazidas pelas estudantes que apresentam outro perfil a partir do acesso da classe trabalhadora ao ensino superior, defendido pela categoria profissional, mas desafiador devido à necessidade de viabilizar o acesso, permanência e conclusão do estágio (21);
- 5) [...] a capacidade das assistentes sociais da Coordenação de Estágio de planejamento, de realização de articulações institucionais e ações políticas mais amplas, ou seja, profissionais que não estão restritas à esfera da execução (24);
- 6) [...] o trabalho na Coordenação de Estágio [...] também assume um caráter político expresso no projeto da profissão presente na relação com os campos de estágio, com a organização do estágio na própria Universidade, pois explicita o posicionamento da profissão [...] que não se restringe a uma formalização de exigência curricular (31).

Trata-se de respostas que estão relacionadas às observações feitas sobre o tensionamento entre a autonomia pela dimensão da qualificação das assistentes sociais que conduzem um trabalho antecipadamente pensado, problematizado, planejado, a autonomia das unidades acadêmicas pesquisadas e a incidência do gerencialismo na organização do trabalho nas instituições de ensino superior, particularmente nas universidades públicas

É evidente que os espaços institucionais aos quais estão vinculadas profissionalmente as informantes da pesquisa, no contexto em que o capital ao superar sua crise, usa de estratégias materializadas na reestruturação produtiva, no neoliberalismo, também determina a lógica gerencial do Estado presente nesses espaços profissionais. Apesar de, conforme apontamos, não evidenciarmos a partir dos dados obtidos, a manifestação da incidência gerencial no trabalho das assistentes sociais nas Coordenações de Estágio.

Um dado apresentado por algumas informantes refere-se à implementação de sistema de informatização. Nesse caso, com base na nossa interpretação do referencial teórico e nos dados obtidos referentes às atividades que são desenvolvidas pelas assistentes sociais nas Coordenações de Estágio, não se trata necessariamente

de uma informatização do trabalho sob a lógica gerencial, tendo em vista que identificamos nesse processo um trabalho especializado, qualificado, criativo, com planejamento próprio, resultante de reflexões, oposto a uma atividade mecânica, repetitiva, esvaziada de reflexão e criatividade, conforme apontado por Raichellis (2011). Mas, reconhecemos a dimensão burocrática presente nesse sistema de informatização nas universidades e portanto, nas unidades acadêmicas pesquisadas.

Na nossa avaliação, no conjunto de atividades realizado pelas assistentes sociais, identificamos que o trabalho dessas profissionais possui mais uma dimensão burocrática. Vimos que, com base em Filho e Souza (2016), essa dimensão burocracia é parte inerente ao Estado brasileiro, apesar de praticamente ausente, desde a colonização com a chegada da estrutura estatal e administrativa de Portugal apoiada no padrão patrimonialista com objetivo de organizar os empreendimentos do Império. Uma administração pública patrimonialista, mas com a presença de uma dimensão burocrática que ao se expandir, dentre outras funções, dá condições para implementar o projeto de expansão capitalista e passa a ser funcional às práticas gerenciais. Vimos ainda que a administração pública gerencial está apoiada nessa dimensão burocrática e por isso a conserva, mas com a diferença fundamental de controle nos resultados. Mas, como sinalizamos, essa dimensão burocrática presente no trabalho cotidiano profissional das assistentes sociais nas coordenações de estágio não sobrepõe a lógica de um projeto de formação profissional em Serviço Social político-pedagógico, crítico, elemento este que conduz o trabalho das assistentes sociais realizado nesses espaços profissionais.

Ainda em relação ao gerencialismo, algumas informantes apontaram que a incidência da lógica gerencial na Coordenação de Estágio, materializa-se no processo de captação e ampliação de vagas de estágio, como resultado de um processo de ampliação de acesso à educação superior que de fato tem feito uma pressão sobre a oferta de vaga de estágio e com isso mais estudante para formar em determinado prazo, atendendo exigências institucionais.

Vimos que a principal justificativa para requisitar assistente social para atuar na Coordenação de Estágio se deu pela necessidade de captação e ampliação de vagas de estágio, processo relacionado às mudanças no “mundo do trabalho” (IANNI, 1994; STAMPA, 2012) com fortes impactos nas esferas de produção e serviços, aqui particularmente, a esfera estatal e à reconfiguração da Política de Educação Superior brasileira subsumida à lógica do capital que engloba também, a expansão das

instituições privadas de ensino superior, a partir dos anos 1990, com objetivo de atender aos interesses do mercado. Desse modo, também na nossa avaliação, a dificuldade de obtenção e ampliação de vagas de estágio devido àquela expansão das instituições privadas de ensino superior, resulta da lógica gerencial que ao atravessar o setor privado, mercantil, de ensino, impacta indiretamente as instituições públicas de ensino superior.

A ação voltada para realização de captação e ampliação de vagas de estágio é parte do projeto formativo em Serviço Social que demanda o estágio curricular e por isso, mas também pelos dados apresentados, acreditamos que a atividade em si não necessariamente tem a ver com a hegemonia de uma lógica gerencialista, de cumprimento de metas e alcance de resultados, de um controle estabelecido pelas Universidades públicas pesquisadas. Mas sim se relaciona aos nexos que encobrem a dificuldade de maior oferta de vagas de estágio para inserção de estudantes em campos de estágio, o que inclusive intensifica o trabalho das assistentes sociais nas coordenações de estágio.

Avaliamos que, do ponto de vista metodológico, o limite referente à discussão da manifestação da incidência do gerencialismo no trabalho realizado pelas assistentes sociais nas coordenações de estágio tenha sido abordar essa lógica a partir do diálogo com as interlocutoras e não tratar essa discussão com base em processos de trabalho institucionais. Entretanto, houve uma preocupação de observar como as participantes da pesquisa apreendem essa lógica gerencial no seu trabalho.

Por fim, para além da relevância do tema, já mencionado na introdução, o processo de coleta de dados foi muito rico, apesar das dificuldades, dos limites e desafios impostos às informantes e à pesquisadora em um contexto de realização virtual de entrevista. Avaliamos que os contatos com as profissionais foram fundamentais para apreender o exercício profissional nos espaços acadêmicos de formação em Serviço Social, em uma perspectiva de totalidade, sendo essa uma proposta e sugestão de aprofundamento do tema para realização de pesquisas posteriores, bem como o debate da incidência do gerencialismo nas Coordenações de Estágio em Serviço Social.

Destacamos ainda a realização desse processo de qualificação profissional (mestrado) marcado, também, por uma nova conjuntura, de acirramento da condição de vida, mas permanecendo firme e comprometida com a profissão.





## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, N.L.T.; ALENCAR, M.M.T. **Serviço Social, trabalho e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

ALMEIDA, N.L.T. Considerações para o exame do processo de trabalho do Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n° 52, p. 24-47, dez. 1996.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA de ENSINO e SERVIÇO SOCIAL (ABESS)/ CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL (CEDEPSS). Proposta básica para o projeto de formação profissional. **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo, n. 50, p.143-171, abr. 1996.

\_\_\_\_\_. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social (com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996). **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 58-76, nov. 1997.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL – ABEPSS. **Política Nacional de Estágio**. Brasília. ABEPSS, 2010.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social**. Brasília. CFESS, 1996. Disponível em: <[http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento\\_201603311138166377210.pdf](http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/documento_201603311138166377210.pdf)>. Acesso em: 07 abril. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2008**. 2. ed. Brasília, INEP. 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Portaria nº 544 de 16 de junho de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus – Covid-19. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 17 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-544-de-16-de-junho-de-2020-261924872>>. Acesso em: 08 jul. 2021.

BRASIL. Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado. Brasília. Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1995.

\_\_\_\_\_. Decreto n.º 9.754 de 11 de abril de 2019. Extingue cargos efetivos vagos e que vierem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 11 abr. 2019.

BRASIL. Decreto n.º 6.096 de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 24, abr. 2007.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 13. jan. 2005.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o fundo de financiamento ao estudante do ensino superior e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 12 jul. 2001.

\_\_\_\_\_. Lei 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm)>. Acesso em: 20 março 2020.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES 492/2001 de 3 de abril de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação**. Brasília (DF) 2001 c. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 25 junho 2021.

\_\_\_\_\_. Parecer CNE/CES 1.363/2001 de 12 de dezembro de 2001. Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001 que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. **Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação**. Brasília (DF) 2001d. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363\\_01.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2001/pces1363_01.pdf)>. Acesso em: 25 junho 2021.

BARBOSA, R.N.B.; CARDOSO, F.G. e ALMEIDA, N.L. A categoria processo de trabalho e o trabalho do assistente social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 58, p. 109-130, nov. 1998.

BEHRING, E.R. As novas configurações do Estado e da Sociedade Civil no contexto da crise do capital. In: CFESS/ABEPSS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 1-21, 2009. Disponível em: <[https://www.poderesocial.com.br/livro\\_para\\_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/](https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/)>. Acesso em: 20 jan 2021.

\_\_\_\_\_. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos e história**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista**: a degradação do trabalho no século XX. 3. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1987. p. 213-316.

BRAZ, M. M. R. Notas sobre o projeto ético-político do Serviço Social. In: CRESS-RJ. **Assistente Social, ética e direitos**: coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro, CRESS-RJ, 7ª. Reg., 1993.

CARDOSO, I.; GRANERMANN, S.; BEHRING, E.R.; ALMEIDA, N. T. Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Cadernos ABESS**, São Paulo, n. 7, p. 15-57, nov. 1997.

CARNOY, M. **Estado e teoria política**. São Paulo: Papyrus, 1986. p 63-87, 89-117.

COIMBRA, L. Da especificidade da intervenção profissional do assistente social no estágio: uma reflexão a partir da Coordenação de Estágio na ESS/UFF em Niterói. **Revista do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, p. 281-304, out./nov. 2018.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS. Código de ética do/a assistente social. In: CRESS-RJ. **Assistente Social, ética e direitos**: coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro: CRESS-RJ, 7ª. Reg., 1993.

\_\_\_\_\_. Lei de Regulamentação da Profissão. In: CRESS-RJ. **Assistente Social, ética e direitos**: coletânea de leis e resoluções. Rio de Janeiro, CRESS-RJ, 7ª. Reg., 1993.

\_\_\_\_\_. **Resolução CFESS nº 533/2008**. Regulamenta a supervisão direta de estágio no Serviço Social. Brasília, CFESS, 2008

\_\_\_\_\_. **Resolução CFESS nº 493/2006**. Dispõe sobre as condições éticas e técnicas do exercício profissional do assistente social. Brasília, CFESS, 2006.

\_\_\_\_\_. Supervisão de estágio em tempo de pandemia - **Reflexões e orientações político-normativas**. Brasília, CFESS, 2021.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil). Resolução CNE/CES 15 de 13 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Brasília, DF, 2002.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL – CRESS. **Práxis**. Rio de Janeiro, nº 76, p. 4-5, março/abril, 2014.

DOURADO, L. Políticas e gestão da educação superior no Brasil: múltiplas regulações e controle. **RBPAE**, v.27, n.1, p. 53-65, jan./abr. 2011.

FILHO, R. S; GURGEL, C. **Gestão democrática e serviço social**: princípios e propostas para a intervenção crítica. São Paulo: Cortez, 2016.

GUERRA, Y. Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 62, p. 5-34, 2000.

HARVEY, D. A transformação político-econômica do capitalismo do final do século XX [Parte II]. In: \_\_\_\_\_. **A condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993. p. 117-162.

HILLESHEIM, J. Estágio profissional e precarização do trabalho. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 32, jul/dez. 2016.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 425-426.

\_\_\_\_\_. A formação acadêmico profissional no Serviço Social brasileiro. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n.120, p. 624-625, 2014.

\_\_\_\_\_. Os espaços sócio-ocupacionais do assistente social. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CFESS/ABEPSS, 2009. p. 1-40 Disponível em: <[https://www.poderesocial.com.br/livro\\_para\\_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/](https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/)>. Acesso em: 16 jun. 2021.

\_\_\_\_\_. Projeto Profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social na atualidade. In: **Conselho Federal de Serviço Social (CFESS)**. Atribuições privativas do (a) assistente social em questão. Brasília, CFESS, 2012. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/atribuicoes2012-completo.pdf>. Acesso em: 29 junho 2021.

IANNI, O. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n. 1, p. 2-12, jan./mar., 1994.

KOIKE, M. M. Formação profissional em Serviço Social: exigências atuais. In: CFESS/ABEPSS. (Org.) **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, p.1-25, 2009. Disponível em: <[https://www.poderesocial.com.br/livro\\_para\\_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/](https://www.poderesocial.com.br/livro_para_download-servico-social-direitos-sociais-e-competencias-profissionais/)>. Acesso em: 10 jul. 2021.

KONDER, L. **O que é dialética**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Primeiros Passos).

LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade: o desafio de popularizar a defesa da educação pública**. 1. ed. São Paulo: Rosa Luxemburgo, 2019.

LIMA, K. R. de S. Expansão da educação superior brasileira na primeira década do novo século. In: PEREIRA, L.D.; ALMEIDA, N. L.T. (Org.) **Serviço Social e educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 1-26.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. [Os Economistas]. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. p. 265-307.

MARX, K. **O Capital**. [Os Economistas]. Crítica da Economia Política. Livro Primeiro. O Processo de Produção do Capital. Tomo 1. Nova Cultural, c1996. V 1.

MEC/SESU/CONESS/Comissão de Especialistas de Ensino em Serviço Social. Diretrizes Curriculares. Curso: Serviço Social. Brasília, 1999. Disponível em: <[http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao\\_diretrizes.pdf](http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes.pdf)>. Acesso em: 25 jun. 2021.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (Org.) **A nova fábrica de consensos**. São Paulo: Cortez, 2000. p. 23-44.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez, p. 19-81, 2011.

ORTIZ, F. G. A Política Nacional de Estágio e a Supervisão Direta: avanços e desafios. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 27, p. 203-219, jan./jun. 2014.

PEREIRA, L. D.; SOUZA, A. C. V.; FERREIRA, A. T. S. Ensino superior mercantilizado e seus impactos para o perfil profissional de Serviço Social. In: MOTTA, V. C.; PEREIRA, L. D. (Org.). **Educação e Serviço Social**: subsídios para uma análise crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017. p. 187-210.

PINTO, M. Precarização do trabalho docente: competitividade e fim do trabalho coletivo. In: PEREIRA, L. D.; ALMEIDA, N.L.T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. p. 27-47.

RAICHELIS, R. O assistente social como trabalhador assalariado: desafios frente às violações de seus direitos. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 107, p. 420-437, jul./set. 2011.

RIBEIRO, F. J. A. A Constituição do Estado no Pensamento de Hegel. **Revista Faculdade de Direito**. UFMG, Belo Horizonte, n. 55, p. 11-32, jul/dez 2009.

STAMPA, I. Transformações recentes no “mundo do trabalho” e suas consequências para os trabalhadores brasileiros e suas organizações. **Em Pauta**: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, n. 30, v. 10, 2º. sem. 2012.

TEIXEIRA, R.; AQUINO, I.; GURGEL, T. Estágio Supervisionado em Serviço Social: desfazendo os nós e construindo alternativas. Relatório do Projeto ABEPSS Itinerante 2014. **Revista Temporalis**, Brasília (DF), n. 31, p. 401-417, jan/jun 2016.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL. **Manual de estágio curricular**. Rio de Janeiro, 1999/2000.

SILVA, J. A. P. **Há um outro modo de construir a relação escola família num sentido instituinte?** Reflexões críticas sobre a experiência da extensão universitária da UERJ com o ensino fundamental público no município de Queimados/RJ. 2019. 405 f. Tese (Doutorado em Políticas Públicas e Formação Humana) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

SILVA, J. A. P.; CARVALHO, M.; ALMEIDA, C.; BERNARDO, M. A gestão do estágio supervisionado na unidade de ensino: dilemas, desafios e possibilidades. In: VELOSO, Renato dos Santos et al (org.). **Trajetórias da Faculdade de Serviço Social da UERJ: 70 anos de história**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.

RIO DE JANEIRO. GOVERNO DO ESTADO. Lei nº 3.524, de 28 de dezembro de 2000. Dispõe sobre os critérios de seleção e admissão de estudantes da rede pública estadual de ensino em universidades públicas estaduais e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>>. Acesso em: 08 agosto de 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 3.708 de 09 de novembro de 2001. Institui cota de até 40% (quarenta por cento) para as populações negra e parda no acesso a Universidade do estado do Rio de Janeiro e a Universidade Estadual do Norte Fluminense, e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 5.346 de 11 de dezembro de 2008. Dispõe sobre o novo sistema de cotas para ingresso nas Universidades Estaduais e dá outras providências. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.121 de 27 de setembro de 2018. Dispõe sobre a prorrogação da vigência da Lei 5346, de 11 de dezembro de 2008, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.alerj.rj.gov.br>>. Acesso em: 08 ago. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de Estágio**. Niterói, 2013.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Serviço Social**. Niterói, 2010.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Curso de Graduação em Serviço Social. Niterói, 2016.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Curso de Graduação em Serviço Social. Niterói, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de Estágio**. Rio de Janeiro, 2018.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Direção da Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<https://ess.ufrj.br/index.php/ess>>. Acesso em: 12 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<https://ess.ufrj.br/index.php/ess>>. Acesso em: 12 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Relatório de gestão**. Escola de Serviço Social. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://ess.ufrj.br/index.php/ess>>. Acesso em: 12 maio 2021.

\_\_\_\_\_. **Resolução Conselho de Ensino de Graduação**. Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. **Plano de atividades da Coordenação de Estágio e Extensão**. Rio de Janeiro, 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL. **Política de Estágio Curricular Supervisionado**. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Intervenção do Serviço Social**. Rio de Janeiro, 2021.

\_\_\_\_\_. **Projeto Pedagógico de Curso de Graduação em Serviço Social**. 2009.

\_\_\_\_\_. **Resolução UNIRIO nº 3872/2012**. Dispõe sobre a regulamentação da realização de estágios obrigatório e não obrigatório dos cursos de graduação.



**APÊNDICE** – Roteiro de entrevista semiestruturada

## ROTEIRO DE ENTREVISTA ASSISTENTES SOCIAIS E DOCENTES

Nº. de identificação: \_\_\_\_\_

Entrevista realizada em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Dados da informante:

1. Qualificar se docente ou assistente social
2. Idade
3. Cargo funcional
4. Formação (pós-graduação)
5. Período de inserção na Coordenação de Estágio

Estrutura e composição da Coordenação de Estágio

6. Estrutura hierárquica na Faculdade, Direção ou Departamento ou Coordenação de Curso.
7. Composição (integrantes e funções)

Resgate histórico da inserção de profissional assistente social na Coordenação de Estágio

8. Em que momento, a gestão de sua unidade acadêmica se decidiu por requisitar assistente social para atuar na Coordenação de Estágio em Serviço Social (solicitar o relato deste histórico)
9. O que determinou que sua unidade acadêmica requisitasse a profissional assistente social para atuar nas Coordenações de Estágio em Serviço Social.
10. As assistentes sociais que passaram a integrar a Coordenação de Estágio em Serviço Social o fizeram por transferência/remoção de outro setor para este ou houve concurso público com destinação de vaga específica para esta lotação institucional na coordenação de estágio?
11. Nos casos em que ocorreu relocação / transferência de outro setor, quais fatores estiveram envolvidos (qual a lógica desta recolocação das profissionais)?
12. Quais os objetivos que se pretendeu alcançar com a inserção de assistente social na Coordenação de Estágio em Serviço Social de sua unidade acadêmica?

A experiência da inserção profissional na Coordenação de Estágio: a percepção dos sujeitos deste processo

13. Avaliando a experiência da inserção de profissional de Serviço Social em Coordenação de Estágio de sua unidade acadêmica, aponte, por gentileza, os limites, possibilidades e desafios vinculados a esta experiência?

14. Como se dá a divisão do trabalho (atribuições e competências) entre assistentes sociais e docentes inseridos nos espaços das Coordenações de Estágio em Serviço Social? Descreva.

15. A partir da experiência de sua unidade acadêmica e considerando a divisão do trabalho mencionada, qual percepção você tem sobre as atribuições e competências de cada um dos sujeitos – assistentes sociais e docentes e/ou coordenadores de estágio – frente ao trabalho realizado.

16. Quais relações você estabelece entre a inserção de profissional na Coordenação de Estágio e o processo formativo em Serviço Social.

17. Como se expressa a incidência do gerencialismo na Coordenação de Estágio em Serviço Social?